

IPSEMC



Pró-Gestão
RPPS
CERTIFICAÇÃO
NÍVEL III



NOSSA MISSÃO: "Assegurar os direitos previdenciários dos segurados e dependentes, mantendo o equilíbrio financeiro e atuarial, promover a educação previdenciária e contribuir para gestão responsável do município."

**VALORIZANDO
SEU FUTURO**

RELATÓRIO DE GOVERNANÇA

**Referente ao
período de
2025**

Relatório de Governança Corporativa. Cabedelo, 31 de março de 2026.

 ipsemc.pb.gov.br
 facebook.com/ipsemc
 instagram.com/ipsemc
 Rua Ver. Benedito Ribeiro de Araújo, 648,
Formosa, Cabedelo/PB, CEP: 58.101-132
 ipsemc@ipsemc.pb.gov.br
 Tel.: (83) 3228-1434 e (83) 3228-4799



OFÍCIO nº 20/2025/GAPRES

Cabedelo, 04 de fevereiro de 2026

**AO EXCELENTÍSSIMO SENHOR
Dr. FÁBIO TÚLIO FILGUEIRAS NOGUEIRA
M.D. CONSELHEIRO PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DA PARAÍBA –
TCE-PB**

Ref.: Encaminha Relatório de Gestão 2026 – Ano Base 2025.

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Em atenção às disposições legais e normativas vigentes, encaminhamos a *Vossa Excelência* o Relatório de Governança Corporativa – Gestão 2026, desta Autarquia inerente ao Exercício de 2025, conforme Art. 15º, I, da Resolução RN TC Nº 03/10 que trata de nossa obrigação em efetuar remessa à Egrégia Corte de Contas desse instrumento de gestão, por meio do qual se faz menção às atividades administrativas realizadas por essa organização.

Sintetizamos o desenrolar das atividades no exercício de 2025, um ano desafiador, porém com resultados positivos alcançados com o esforço, a dedicação e o trabalho exaustivo de todos visando a sustentabilidade do sistema sob nossa responsabilidade.

Os documentos exigidos encontram-se devidamente organizados e anexados conforme determinações estabelecidas pela Egrégia Corte de Contas, garantindo transparência e regularidade na gestão dos recursos e atividades públicos.

Sendo o que nos cumpria para este momento, apresentamos a *Vossa Excelência* nossos protestos de elevado respeito e estima, com eterna gratidão. Colocamo-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos adicionais que se fizerem necessários.

Respeitosamente,



LÉA SANTANA PRAXEDES
Presidente – CRA/PB 1-2723
lea@ipsemc.pb.gov.br

SUMÁRIO

Equipe Previdenciária	06
Conselhos Previdenciários	07
1 MENSAGEM DA PRESIDÊNCIA	08
2 BREVE HISTÓRICO DO IPSEMC	10
2.1 O que é o IPSEMC?	10
2.2 Por que o IPSEMC foi criado?	10
2.3 Diretrizes Estratégicas do IPSEMC	11
Resumo Institucional	12
3 INTRODUÇÃO	13
4 PROGRAMA DE MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO DOS REGIMES PRÓPRIOS DE PREVIDÊNCIA – PRO-GESTÃO RPPS	14
4.1 Certificação em Nível III do Pró Gestão RPPS	15
4.3 Grandes áreas de atuação do RPPS segundo o PRÓ-GESTÃO RPPS	15
5 OPERALIZAÇÃO TÉCNICA DAS ATIVIDADES DO IPSEMC NO ÂMBITO DO PRÓ-GESTÃO RPPS	16
5.1 Censo Previdenciário	16
5.2 Resultado do Censo Anual dos Aposentados, Pensionistas e Servidores Ativos	17
6 SISTEMA RPPS DIGITAL / ACOMPANHAMENTO DE PROCESSOS	18
6.1 Inovação Digital do Processos do Ipsemc	18
6.2 Metodologia de Gestão e Mensuração de Resultados	18
6.3 Compromisso com a excelência Pública	18
6.4 Amostragem gráfica dos Resultados obtidos – Sistema RPPS Digital	18
6.5 Atuação da Comissão de Junta Médica do Município no Ipsemc	19
7 GESTÃO ATUARIAL / AVALIAÇÃO ATUARIAL	20
8 CERTIFICADO DE REGULARIDADE PREVIDENCIÁRIA	21
9 POLÍTICA ANUAL DE INVESTIMENTOS (PAI) DO IPSEMC PARA 2023 E 2024	22
10 ATIVIDADES NOS PILARES / DIMENSÕES DE BENEFÍCIOS, RH, Financeiro, Orçamentário	24
10.1 Contracheques eletrônicos	24
10.2 Resumo da folha de pagamento de 2005 a 2025	24
10.3 Benefícios Concedidos	25
10.4 Distribuição por tipo de benefício concedido	26
10.5 Benefícios por sexo	26
10.6 Outras realizações administrativas nas áreas de Benefícios e Recursos Humanos	27
10.7 No âmbito do Sistema do Sistema de Governança do Ipsemc	27
10.8 E-Social no âmbito da Governança Previdenciária do Ipsemc	29
10.9 Desafios de Inadimplência do Ente Federativo Superados com a força do trabalho conjunto	31
11 ATIVIDADES JURÍDICAS / CONTENCIOSO	32
11.1 Relatório de Processos Judiciais – Exercício 2025 (Relatório no link)	32
12 PORTAL DO IPSEMC	33
13 PRÁTICAS DA GESTÃO PREVIDENCIÁRIA DO MUNICÍPIO EXECUTADAS DENTRO DO ASPECTO DO CONTROLE INTERNO, QUALIDADE E TRANSPARÊNCIA PÚBLICA	34
13.1 Práticas de Transparência – tudo divulgado no Portal.	34
13.2 Práticas de Ética – a Unidade Gestora possui seu próprio Código de Ética.	34
13.3 Práticas de Equidade – a unidade gestora divulga matéria de interesse dos segurados:	34
13.4 Práticas de Responsabilidade Corporativa e Social	34
13.5 Transparência em sua amplitude	35
14 PESQUISA DE SATISFAÇÃO	39
14.1 Apresentação	39
14.2 Objetivos da Pesquisa	39
14.3 Critérios Percentuais de Avaliação	39
14.4 Resultados Consolidados	40
14.5 Análise Qualitativa	41
14.6 Providências Avaliadas	41
14.7 Setores envolvidos na Pesquisa do Ipsemc	41
14.8 Princípios da Pesquisa de Satisfação do Ipsemc	41
15 ATIVIDADES NA ÁREA DE COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA – COMPREV	43

	15.1 Resumo- Controle dos Processos no COMPREV	43
	15.2 Amostragem Gráfica	43
	15.3 CTCs Emitidas e CTCs em Pagamento	43
16	ANÁLISE DA CARTEIRA DE INVESTIMENTOS DO IPSEMC	44
17	EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	46
	17.1 Relação das Instituições Financeiras Credenciadas	46
	17.2 Cadastramento de Distribuidores e Agentes Autônomos	48
	17.3 Carteira Consolidada / Dezembro de 2024 (Saldo conciliados fundos de investimentos em bancos) / Enquadramento	48
	17.4 Estratégias de Alocação e a Política Anual de Investimentos 2024	49
	17.5 Composição dos Investimentos	50
	17.6 Receitas de Investimentos	51
	17.7 Rentabilidade	51
	17.8 Índices / Indicadores	51
	17.9 Resgate e Aplicações e Investimentos dos Recursos – DAIR-CADPREV	52
	17.10 Amostragem da evolução das reservas previdenciárias até dezembro/2023 após conciliação bancária final	53
18	CONTROLE DA TAXA DE ADMINISTRAÇÃO	54
19	GESTÃO DOS DOCUMENTOS DO IPSEMC	55
	19.1 Ações do SETARQ em 2022	55
20	GESTÃO DE PROCESSAMENTO DE DADOS / TI / CPSI	56
21	INFORMAÇÕES RELEVANTES DIVERSAS	60
	21.1 Controle da Dívida	60
	21.2 Relatório de Procedimentos Licitatórios – Exercício 2025	60
	21.3 Relações de Leis	60
	21.4 Resumo em anexo de Benefícios Concedidos	60
	21.5 Quadro demonstrativos de Servidores Vinculados	60
	21.6 Certidão sobre Inquérito Administrativo	60
	21.7 Relação de Convênios Celebrados	60
22	RESUMO DAS ATIVIDADES / DESAFIOS VENCIDOS E CONQUISTAS OBTIDAS EM 2024..	61
23	METAS DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO ALCANÇADAS EM 2024	78
24	METAS DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO PARA 2025	80
25	CONTROLE DE BENS PATRIMONIAIS MÓVEIS, MATERIAL DE LIMPEZA E HIGIENE, CONSUMO E EXPEDIENTE	81
26	CONTROLE DE CERTIDÕES DE TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO EMITIDAS E RECEBIDAS	82
27	CONSELHO ADMINISTRATIVO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA - CAMPREV E CONSELHO FISCAL MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA – CONFIPREV	83
29	CONSIDERAÇÕES FINAIS	84
30	PARECER DA ASSESSORIA JURÍDICA DO IPSEMC	85
31	DELIBERAÇÃO DO CONSELHO ADMINISTRATIVO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA	89

ANEXOS:

- I- Pastas com os arquivos determinados pela PORTARIA 201 DE 2019.
- II- Pastas com os arquivos determinados pela RESOLUÇÃO NORM RN-TC 03 2010.



“2025 não foi para os fracos. As conquistas exigiram muita luta, esforço, comprometimento, determinação e força de vontade. Continuemos segurando a mão de Deus que nos enche de esperança e nos conduz vitoriosos sempre.”

(Léa Praxedes)



EQUIPE PREVIDENCIÁRIA

Edvaldo Manoel de Lima Neto
Prefeito

Léa Santana Praxedes
Presidente

Landsberg Famento Nascimento
Assessor Jurídico Previdenciário

João Thomaz da Silva Neto
Diretor Administrativo-Financeiro Previdenciário

Thiago Silveira
Diretor de Gestão Atuarial

Rômulo Gomes Pereira
Diretor de Benefícios Previdenciários

Ítalo Beltrão de Lucena Córdula
Assessor de Informática Previdenciário

Guilhardo de Souza Lourenço
Diretor de Gestão de Investimentos

Dárcio Xavier Ferreira
Assessor de Desenvolvimento Institucional e Controle Interno

Thereza Maynara de Almeida Silva
Coordenadora de Benefícios Previdenciários

Vanessa Vencato Lena
Coordenadora de Recursos Humanos Previdenciária

Erivaldo de Lima
Coordenador de Benefícios Previdenciários

Cristiane Jaqueline Felinto
Coordenadora de Diligências Previdenciárias

Daniella Cabral de Albuquerque
Chefe do Setor de Acompanhamento Processual

Fátima Maria de Araújo Pereira
Chefe do Setor de Aposentadorias

Jackson Angelo Pereira
Chefe do Setor de Processamento de Dados

Lia Nazareth Gonçalves
Chefe do Setor de Arquivo

Leni Santana P. Ribeiro
Resp. Setor de Patrimônio e Materiais / Revisão de Linguagem

CONSELHOS PREVIDENCIÁRIOS

CONSELHO DELIBERATIVO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA – CONDPREV

Léa Santana Praxedes
Presidente do Conselho

Wilma Alves de Lima
Conselheira /Representante dos Servidores Ativos do Poder Legislativo

Juliana de Lima Silva
Conselheira/ Representante dos servidores ativos do Município

Marileide Lourenço da Silva
Conselheira /Representante dos Servidores Inativos do Município

CONSELHO FISCAL MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA – CONFIPREV

Adriana Maria Morsch Schmid
Conselheira/ Representante dos Segurados Inativos

Lorena Rakel Domingos de Farias
Conselheiro Presidente /Representante dos Servidores Ativos

Edilza da Paixão Rodrigues
Conselheira / Representante da Câmara Municipal - Poder Legislativo

Jackson Ângelo Pereira
Conselheiro/ Representante do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS/IPSEMC

1. MENSAGEM DA PRESIDÊNCIA

“A vida é uma gangorra de dificuldades e superações. Resta-nos não desanimar, mas enfrentá-las com fé, determinação, garra e coragem na busca diária pelo cumprimento de nossa missão.”

(Léa Praxedes)

O exercício de 2025 novamente não foi para os fracos, caracterizou-se por intenso e exaustivo trabalho, culminando na elaboração deste Relatório de Prestação de Contas da Governança Previdenciária Municipal. O documento compila dados e informações abrangentes de todos os setores desta autarquia, apresentando de forma objetiva as atividades executadas e os esforços despendidos para a consecução de nossa missão institucional: oferecer um serviço previdenciário eficiente e de excelência.

Diante de desafios estruturais e conjunturais, a instituição buscou, por meio da mobilização e dedicação de seus servidores, alcançar resultados significativos. Destacam-se as ações voltadas à capacitação técnico-profissional de membros e servidores, a execução de projetos vinculados ao Pró-Gestão RPPS e o compromisso contínuo com a valorização de nossos segurados, considerados ativos estratégicos para a sustentabilidade do sistema.

A instituição priorizou a qualificação dos integrantes da equipe, dos conselhos e do comitê de investimentos, além de promover e também participar de eventos técnicos relevantes. Foram realizados dois seminários abordando temáticas como combate a fraudes, segurança da informação, modalidades de benefícios, qualidade de vida e finanças pessoais. Também incentivamos a participação em cursos internos especializados e eventos externos estratégicos, alinhados ao aprimoramento institucional.

Mesmo diante das adversidades enfrentadas, mantivemos o foco na reestruturação organizacional, com revisões detalhadas de processos institucionais, atualizações de manuais e mapeamentos operacionais para assegurar conformidade com os critérios estabelecidos pelo Pró-Gestão RPPS. Essa abordagem visou à preservação da sustentabilidade previdenciária e ao fortalecimento das rotinas de governança.

Entre os principais resultados obtidos em 2025, destacamos:

- **Permanência no Pró-Gestão Nível III**, algo que promove grande motivação na equipe;
- **Cumprimento integral dos critérios do Pró-Gestão RPPS** de aderência em todas as dimensões avaliadas;
- **Equipe técnica, membros do comitê de investimentos e dos conselhos certificados**, reforçando a qualificação técnica interna.
- **Renovação Automática do CRP** – é sempre uma vitória grandiosa;

Ademais, diversas outras ações merecem registro, mas, em virtude da natureza sucinta deste relatório, destacamos apenas aquelas de maior relevância estratégica. Mantemos nosso compromisso com a consolidação da governança, pautada pela ética, transparência e busca pela excelência na administração pública.

Nossa atuação continua direcionada à preservação da sustentabilidade do sistema previdenciário municipal, com a formação de reservas técnicas para o pagamento de benefícios e a promoção da cidadania. Reiteramos nossa busca pelo desenvolvimento socioeconômico, ambiental, cultural e previdenciário da comunidade de beneficiários.

Mesmo diante das limitações orçamentárias, a dedicação e resiliência de nossa equipe permitiram a continuidade das atividades institucionais, sejam elas operacionais ou voltadas a pesquisa, capacitação e eventos técnicos.

Para o próximo exercício, desejamos saúde, paz e resiliência a todos, com a plena certeza de que, por meio de uma gestão transparente, responsável e participativa, continuaremos avançando com práticas inovadoras e alinhadas aos preceitos da boa governança.

Encerramos com profundo agradecimento:

- A Deus, por sustentar nossas ações diante das adversidades;
- À minha família, por sua compreensão e suporte nas ausências inevitáveis;
- Ao Tribunal de Contas do Estado da Paraíba (TCE-PB), pela atuação técnica essencial ao fortalecimento dos RPPS;
- Ao Ministério da Previdência, por meio da Secretaria de Regimes Próprios e Complementar (SRPC), pelo suporte institucional;
- Ao Prefeito André Coutinho e ao Presidente da Câmara Municipal Edvaldo Neto, pelo alinhamento estratégico e cumprimento das obrigações legais;
- À nossa equipe, cuja competência e dedicação foram essenciais para cada conquista;
- E aos nossos segurados, servidores ativos, aposentados e pensionistas, cuja confiança nos motiva a seguir aprimorando nossas atividades.

Este relatório foi construído com a participação integrada das diversas áreas do Instituto e aprovado pelos Conselhos Deliberativo e Fiscal Previdenciários, como parte da prestação de contas referente ao exercício de 2025.

Feliz 2026!

2. BREVE HISTÓRICO DO IPSEMC

“A Constituição de 1988 impôs à União a adoção de um Regime Jurídico Único, havendo na época, o entendimento legal de que o único regime que caberia aos servidores seria o estatutário”.

A Constituição também impôs o pagamento de aposentadoria integral aos seus servidores possibilitando que os entes federativos criassem seus regimes próprios de previdência. Em 1993, o cenário nacional apresentava-se muito caótico principalmente pela ausência de uma legislação que disciplinasse a questão, além do insucesso das experiências obtidas pelos Estados e Municípios, os quais abrigaram sob o mesmo manto a previdência e a assistência à saúde dos servidores e familiares, sem a devida previsão orçamentária. Alguns regimes previdenciários só previam contribuição para pagamentos de pensões e assistência à saúde, cabendo aos cofres públicos o pagamento das aposentadorias o que acabou por inviabilizar muitas administrações públicas. O Prefeito José Francisco Régis, à época, com ampla visão administrativa, compreendeu a necessidade de se criar um sistema de previdência para os servidores municipais objetivando assegurar o direito constitucional a uma aposentadoria integral de forma a não comprometer as finanças públicas do Município de Cabedelo.

Assim, foi constituído um grupo de trabalho que, durante dois anos, estudou, pesquisou, realizou cursos, elaborou um anteprojeto de lei, promoveu discussões internas bem aprofundadas, acarretando por diversas vezes a reelaboração do anteprojeto de lei, pois o processo de discussão assim o exigia. Destacam-se a participação da Secretaria de Administração e da Procuradoria-Geral do Município que, de forma muito responsável, contribuiu significativamente para este processo.

Como resultado deste desafio, em 23 de julho de 1993, é criado o Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Cabedelo (IPSEMC), pela Lei nº 687/93, a qual passou a vigorar em 28/07/93 - publicada no Diário Oficial do Estado - DOE. O tempo, o dia a dia, a Lei 9717/98 e a Emenda Constitucional nº 20/98, trouxeram a necessidade de adequação da legislação do Ipsemc, o que foi concretizado pela Lei nº 1000/2000 e em 22/08/2008 foi atualizada e consolidada pela Lei 1.412/2008 e publicada no DOE."

2.1 O que é o IPSEMC?

O IPSEMC é uma Autarquia Municipal responsável pela Gestão do Regime Próprio de Previdência dos Servidores Municipais de Cabedelo, criado pela Lei Municipal nº 687/93, de 28/07/93, composto por servidores ativos e inativos pertencentes ao quadro de provimento efetivo.

2.2 Por que o IPSEMC foi criado?

Para cumprir o que determina o artigo 40 da Constituição Federal que assegura a todos os servidores em cargo efetivo um Regime Próprio de Previdência com a finalidade de assegurar aos seus beneficiários os meios imprescindíveis para sua manutenção em situação de incapacidade, idade avançada, tempo de contribuição, reclusão e morte, e assim garantir os recursos para cobrir os benefícios previdenciários de cada servidor público vinculado ao mesmo juntamente com a Administração Municipal, a Diretoria Executiva do IPSEMC e seus Conselhos.

2.3 Diretrizes Estratégicas do IPSEMC

2.3.1 Missão

Assegurar os direitos previdenciários dos segurados e dependentes, mantendo o equilíbrio financeiro e atuarial, promover a educação previdenciária e contribuir para gestão responsável do município.

2.3.2 Slogan

“Valorizando o seu futuro.”

“Zeze esta casa. Hoje você a sustenta. Amanhã será sustentado por ela.”

2.3.3 Visão

Ser referência na gestão previdenciária, com inovação e sustentabilidade, garantindo a segurança financeira e social dos nossos segurados.

2.3.4 Valores

♣ **Transparência**

Aprimorar a transparência e a honestidade institucional de modo a aumentar confiança, a respeitabilidade com os segurados e sociedade em geral.

♣ **Excelência na Gestão**

Promover a melhoria contínua dos resultados organizacionais, de forma lógica e sustentável, mantendo a conformidade com os padrões comparáveis aos das melhores organizações previdenciárias.

♣ **Sustentabilidade**

Desenvolver a cultura da responsabilidade institucional e, socioambiental visando realizar ações que contribuirão para o bem-estar e a defesa dos interesses dos previdenciários e da sociedade.

♣ **Educação Previdenciária**

Fortalecer a educação continuada visando disseminar o conhecimento previdenciário com informações de qualidade; promover ações educacionais com o propósito de conscientizar aos segurados sobre seus deveres e direitos.

♣ **Ética**

Ética: Agir de acordo com os princípios morais que delimitam as relações pessoais e impessoais descritas no Código do IPSEMC.

Jingle + slogan do IPSEMC: “Zeze esta casa. Hoje você a sustenta, amanhã será sustentado por ela. Ipsemc valorizando o seu futuro!”

R

ESUMO INSTITUCIONAL

3. INTRODUÇÃO

“Não penso em desistir frente aos desafios. Eles surgem para testar e amadurecer nosso caráter, nosso trabalho e se tornam os maiores construtores de nossas vidas, dos nossos propósitos.”

(Léa Praxedes)

Como evidenciamos no relatório anterior, continuamos pautados por nossos valores no cumprimento de nossa missão institucional aprimoramos ano a ano nossas práticas de governança corporativa, a partir de autoavaliações, critérios, regulamentos e conceitos de excelência do Programa de Certificação Institucional e Modernização da Gestão dos Regimes Próprios de Previdência Social da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios – “Pró-Gestão RPPS”. Entre as boas práticas adotadas destacam-se: (1) Dimensão/Pilar: Controle Interno: (a) Mapeamento das atividades das áreas de atuação do RPPR; (b) Manualização das atividades das áreas de atuação do RPPS; (c) Capacitação e certificação dos Gestores e servidores das áreas de risco; (d) Estrutura de controle interno; (e) Política de segurança da informação; (f) Gestão e controle da base de dados cadastrais dos servidores ativos, aposentados e pensionistas. (2) Dimensão/Pilar: Governança Corporativa: (a) Relatório de Governança Corporativa; (b) Planejamento; (c) Relatório de gestão atuarial; (d) Código de ética da Instituição; (e) Políticas previdenciárias de saúde e segurança do servidor; (f) Política de investimentos; (g) Comitê de investimentos; (h) Transparência; (i) Definição de limites de alçadas; (j) Segregação das atividades: (l) Ouvidoria; (m) Diretoria executiva; (n) Conselho fiscal; (o) Conselho deliberativo; (p) Mandato, representação e recondução; (q) Gestão de pessoas e (3) Dimensão / Pilar: Educação Previdenciária: (a) Plano de ação de capacitação; e (b) Ações de diálogo com segurados e a sociedade.

Observa-se que, a cada exercício, temos que reforçar o nosso compromisso e posicionamento público previdenciário, pois somos signatários de um pacto de responsabilidade e integridade com a previdência pública, objetivando construir uma previdência sustentável que sirva de exemplo e estimule outros a seguir o mesmo rumo.

A anormalidade causada pelas ocorrências no ambiente externo proporciona, muitas vezes, preocupações tendo em vista que lidamos com ativos e passivos que dizem respeito à vida presente e futura dos nossos segurados e, incorporar mudanças em tempos difíceis ocasiona uma carga de trabalho dobrada uma vez que acumulamos muitas funções como dirigentes de RPPS, mesmo assim, conseguimos atenuar as demandas e atualizar o que era preciso objetivando o atingimento das metas que havíamos planejado.

Enfim, este relatório tem por objetivo proporcionar aos órgãos fiscalizadores, a consolidação de informações relevantes inerentes ao exercício de 2025 até mesmo por serem de interesse público, pois é uma forma de prestação de contas aos segurados e à sociedade, e reforça o nosso compromisso com a transparência pública. Sua elaboração cumpre com as exigências do Ministério da Previdência para a obtenção da certificação no Programa de Certificação Pró-Gestão (Portaria MPS nº 185/2015, alterada pela Portaria MF nº 577/2017). Esta edição apresenta o resultado das ações realizadas em 2025 reforçando o nosso compromisso corporativo com os valores e princípios éticos que defendemos e que com qualidade e transparência nos norteiam quanto ao cumprimento da missão institucional mesmo em meio às incertezas.

4. PROGRAMA DE MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO DOS REGIMES PRÓPRIOS DE PREVIDÊNCIA – PRO-GESTÃO RPPS

O Programa de Modernização da Gestão dos Regimes Próprios de Previdência Social – Pró-Gestão RPPS é uma iniciativa do Ministério da Previdência Social, instituída pela Portaria MPS nº 185/2015, com o objetivo de estimular a melhoria contínua da gestão, da governança e da sustentabilidade dos RPPS dos entes federativos.

Objetivo central

Promover boas práticas de gestão previdenciária, fortalecendo os controles internos, a transparência, a eficiência administrativa e a segurança na administração dos recursos que garantem os benefícios presentes e futuros dos segurados.

Estrutura do Pró-Gestão RPPS

O programa é baseado em pilares de avaliação, que medem o grau de maturidade do RPPS, e em níveis de certificação (I, II, III e IV), sendo o Nível IV o mais elevado. Principais dimensões avaliadas:

Governança Corporativa

Avalia a atuação dos conselhos (Deliberativo e Fiscal), comitês, segregação de funções, tomada de decisões e responsabilidade institucional.

Controles Internos

Verifica a existência e efetividade de normas, procedimentos, gestão de riscos, conformidade legal e auditorias.

Gestão e Transparência

Analisa planejamento estratégico, políticas institucionais, divulgação de informações, relatórios de governança e comunicação com os segurados.

Educação Previdenciária

Incentiva ações de capacitação contínua para gestores, conselheiros, servidores e segurados.

Certificação

A adesão ao Pró-Gestão RPPS é voluntária, e a certificação é concedida por entidade certificadora credenciada, mediante auditoria independente. Cada nível alcançado demonstra o grau de amadurecimento da gestão previdenciária do RPPS.

Benefícios do Pró-Gestão RPPS

-  Fortalecimento da **credibilidade institucional**
-  Melhoria da **qualidade da gestão e dos controles**
-  Maior **segurança na aplicação dos recursos**
-  Estímulo à **transparência e à Accountability**
-  Contribuição direta para a **sustentabilidade atuarial e financeira**
-  Valorização do papel dos **gestores e conselheiros**

Importância estratégica

O Pró-Gestão RPPS se consolidou como uma ferramenta essencial de governança previdenciária, alinhando os regimes próprios às melhores práticas do setor público, reforçando a responsabilidade na gestão dos recursos e assegurando a proteção dos direitos previdenciários dos servidores. Em síntese, o Pró-Gestão RPPS não é apenas uma certificação, mas um compromisso permanente com a excelência, a transparência e a sustentabilidade da previdência pública.

4.1 Certificação em Nível III do Pró-Gestão RPPS

Essa conquista representa um marco significativo, resultado do esforço coletivo, comprometimento e dedicação da equipe. A certificação em Nível III demonstra a capacidade da instituição de implementar padrões elevados de governança, transparência e eficiência, evidenciando que o serviço público pode e deve ser um exemplo de excelência. A seguir, flashe do último certificado:



Imagem: 01 – Certificado do Pró Gestão RPPS.

4.2 Grandes áreas de atuação do RPPS segundo o PRÓ-GESTÃO RPPS

NOMENCLATURA	DEFINIÇÃO	ATIVIDADES RELACIONADAS
ADMINISTRATIVA	Área de Suporte Administrativo aos setores internos da unidade gestora.	Contratos, compras, licitações, material de almoxarifado, imóveis, bens patrimoniais, recursos humanos, protocolo, arquivo geral, serviços gerais.
ARRECADAÇÃO	Área de controle de repasse das contribuições previdenciárias e aportes.	Controle de repasse das contribuições e aportes, cobrança de débitos, servidores licenciados, cedidos ou afastados sem remuneração.
ATENDIMENTO	Área de serviços de atendimento aos servidores, aposentadora e pensionistas.	Atendimento presencial aos segurados, atendimento telefônico, ouvidoria.
ATUARIAL	Área de estudos e acompanhamento dos resultados das avaliações atuariais.	Acompanhamento atuarial, elaboração de relatório de gestão atuarial.
BENEFÍCIOS	Área de concessão, implantação, manutenção e pagamento dos benefícios previdenciários.	Análise, concessão e revisão de benefícios, gestão da folha de pagamento.
COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA	Área de atividades específicas de compensação previdenciária, como regime instituidor- RI ou regime de origem – RO.	Procedimentos de envio e análise de requerimentos via sistema COMPREV.
FINANCEIRA	Área de gestão e controle financeiro.	Tesouraria, orçamento, contabilidade geral.
INVESTIMENTOS	Área de estudos, tomada de decisão e acompanhamento dos resultados das aplicações dos recursos do RPPS.	Operações de investimentos, análises de risco e gestão dos ativos mobiliários e imobiliários, elaboração da política de investimentos, credenciamento das instituições financeiras.
JURÍDICA	Área de consultoria e defesa judicial da unidade gestora do RPPS.	Pareceres em processos de contratação, processos de concessão de benefícios e revisão da legislação, defesa em processos judiciais e cumprimento das decisões judiciais.
TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	Área de apoio de informática e manutenção de bases de dados.	Segurança, acesso e operacionalização dos sistemas de informática e das bases de dados.

Tabela 01 - Fonte: Manual do Pró-Gestão RPPS/SPREV/ME

5. OPERALIZAÇÃO TÉCNICA DAS ATIVIDADES DO IPSEMC NO ÂMBITO DO PRÓ-GESTÃO RPPS

5.1 Censo Previdenciário

5.1.1 O que é?

O Censo Previdenciário Anual, que inclui a atualização cadastral, funcional e financeira, desempenha um papel estratégico na gestão do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS). Sua principal finalidade é manter a base de dados atualizada, abrangendo todos os segurados — servidores efetivos, aposentados, pensionistas e seus dependentes.: aposentados e pensionistas.

Como prática de governança corporativa previdenciária, o IPSEMC realiza a atualização cadastral de forma contínua no mês de aniversário de cada beneficiário. Para os segurados residentes fora da região metropolitana ou impossibilitados de comparecer à sede, utiliza-se a ferramenta WhatsApp Empresarial, com chamadas de vídeo para validação do censo e realização da prova de vida, ou prova de vida pelo Portal do instituto.

5.1.2 Fundamentação Legal

A realização do censo atende a requisitos legais estabelecidos no art. 3º, § 4º da Lei nº 10.887/2004 e no art. 15, inciso II, da Orientação Normativa nº 02/2009, que determinam a realização de recenseamentos previdenciários com periodicidade máxima de cinco anos.

- **Lei Federal nº 10.887/2004, Art. 3º, § 4º:**

"Para efeito do disposto no caput deste artigo, o Ministério da Previdência Social e o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) procederão, no mínimo a cada cinco anos, ao recenseamento previdenciário."

- **Orientação Normativa nº 02/2009, Art. 15:**

"II – procederá ao recenseamento previdenciário, com periodicidade não superior a cinco anos."

Além disso, a Portaria nº 1.467/2022 reforça a importância de uma base cadastral precisa, destacando que inconsistências devem ser corrigidas antes da próxima avaliação atuarial, sob pena de impactos negativos nos resultados atuariais.

5.1.3 Importância Estratégica

A participação no censo previdenciário gera diversos benefícios para o RPPS e para os próprios segurados, sendo fundamental para:

- a) **Avaliação Atuarial Eficiente:** Uma base de dados consistente permite maior precisão na avaliação atuarial, fundamental para o equilíbrio financeiro e atuarial do RPPS.

- b) **Compensação Previdenciária:** Conforme o art. 34 da Portaria nº 1.467/2022, a atualização cadastral é essencial para o cálculo correto do tempo de contribuição do segurado e para a compensação entre regimes previdenciários.
- c) **Gestão Eficiente:** Uma base de dados atualizada melhora a gestão de benefícios, como concessão de aposentadorias, cálculo da folha de pagamento e arrecadação de contribuições.

5.1.4 Gestão Integrada com o eSocial

A implementação do eSocial promete ganhos significativos na governança previdenciária, unificando documentos e informações fiscais, previdenciárias e trabalhistas em um ambiente único. Essa integração trará mais eficiência e segurança na gestão dos dados dos servidores públicos.

5.1.5 Conclusão

Este ano, o Ipsemc realizou o grande censo previdenciário incluindo todos os aposentados, pensionistas e servidores pertencentes ao quadro de provimento efetivo, que iniciou no mês agosto, foi cumprido o planejamento feito o que culminou com um resultado espetacular com o registro de comparecimento: Aposentados = 100%. Pensionistas = 100% e Servidores Efetivos = 100%. A realização do Censo Previdenciário é uma medida indispensável para a manutenção da saúde financeira e atuarial do RPPS. A participação ativa dos segurados garante a proteção de seus direitos previdenciários e contribui para a excelência da gestão previdenciária. Com uma base de dados atualizada e integrada ao eSocial, o IPSEMC estará cada vez mais preparado para enfrentar desafios e garantir benefícios com transparência e eficiência.

5.2 RESULTADO DO CENSO ANUAL DOS APOSENTADOS E PENSIONISTAS

No exercício finalizado de 2025 podemos registrar que o Ipsemc atingiu 100% de cobertura no censo previdenciário abrangendo todos os beneficiários elegíveis, garantindo que todos os beneficiários fossem contabilizados com sucesso na Coleta de Dados, conforme relatório emitido pela Coordenação de RH contendo o registro fotográfico e comprovantes de comparecimento devidamente assinados. Para o censo realizado foi consolidado com: 2.203 servidores ativos; 556 Aposentados e 105 Pensionistas e todos compareceram.



Gráfico: 01

6. SISTEMA RPPS DIGITAL / ACOMPANHAMENTO DE PROCESSOS

6.1 Inovação Digital dos Processos no IPSEMC

O investimento em ferramentas tecnológicas tornou-se um pilar estratégico fundamental para a autarquia institucional. A inovação digital é um caminho irreversível na busca por melhores resultados, transformando a lógica dos processos físicos em operações digitais ágeis e eficientes. No IPSEMC, essa transformação trouxe avanços significativos, como a economia de papel e a agilidade processual. As soluções digitais proporcionaram uma organização superior dos processos e facilitaram novos formatos de comunicação entre clientes, servidores e fornecedores, além de aumentar a visibilidade institucional.

6.2 Metodologia de Gestão e Mensuração de Resultados

O processo de acompanhamento dessa transição foi desafiador, mas os resultados positivos validaram nosso propósito de adotar uma gestão orientada por resultados. Utilizamos uma metodologia que permite aferir informações de forma valorativa, sempre em conformidade com os aspectos legais. A mensuração dos resultados é essencial para que a alta administração do RPPS possa avaliar o progresso em relação aos objetivos estratégicos, assumindo responsabilidade pelos atos de gestão, independentemente de interferências políticas e limitações orçamentárias.

6.3 Compromisso com a Excelência Pública

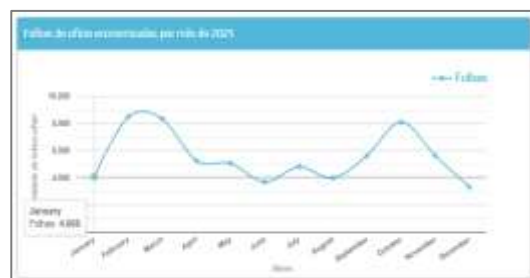
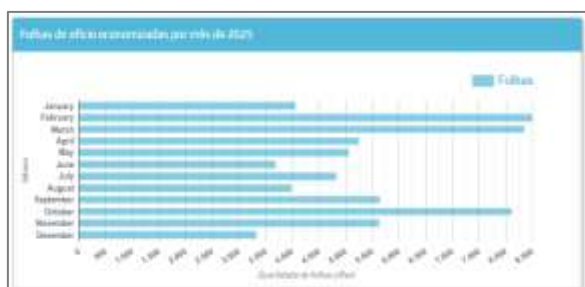
Desde o início, não medimos esforços para alcançar os objetivos estratégicos que norteiam nossa gestão. Lutamos pela criação e recriação de caminhos, esclarecendo estratégias, metas e ações que direcionam nossa atuação rumo à excelência pública. Seguindo um plano estratégico sólido, conduzimos nossa equipe de profissionais pelo caminho do desenvolvimento, promovendo o aperfeiçoamento de suas habilidades, além do crescimento pessoal e profissional.

6.4 Amostragem gráfica com os resultados obtidos por meio da utilização do Sistema RPPS Digital

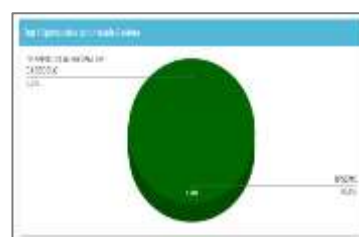
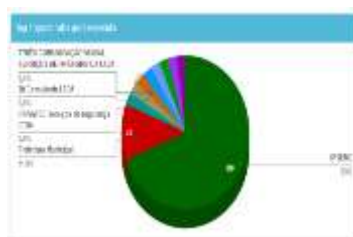
- a) Utilização de Assinaturas e carimbos pela Equipe Previdenciária via sistema / economia de papel / desempenho por setor/servidor



b) Folhas Ofício economizadas por mês em 2025



c) Protocolos por setor



6.5 Atuação da Comissão de Junta Médica do Município

A Comissão de Junta Médica do Município atua no âmbito da Secretaria de Administração junto ao Serviço de Segurança e Medicina do Trabalho – SESMT, e continua desenvolvendo os trabalhos de avaliação dos processos de licença para tratamento de saúde, aposentadoria por incapacidade / invalidez, aposentadoria especial, entre outros, no âmbito do Município de Cabedelo, objetivando a oferta dos laudos periciais necessários à concessão de benefícios do tipo.

7. GESTÃO ATUARIAL / AVALIAÇÃO ATUARIAL

A Gestão Atuarial foi implantada no IPSEMC no mês janeiro de 2020 objetivando cumprir, dentro das possibilidades existentes, o que disciplina a Portaria Ministerial 464/2018.

Dentre as atividades de extrema relevância a avaliação atuarial vem sendo efetuada, pois se trata de uma ferramenta indispensável à sustentabilidade dos regimes próprios, normalmente e, conforme legislação pertinente, uma vez ao ano realiza-se esse estudo técnico através do qual o atuário mensura os recursos (patrimônio) necessários para a cobertura dos benefícios oferecidos (compromissos) pelo Plano de Benefícios. A Avaliação Atuarial é elaborada a partir de dados estatísticos da população coberta pelo Plano, aí inclusos, a taxa de mortalidade, taxa de sobrevivência após a aposentadoria, taxa de invalidez por doenças e por acidentes, taxa de retorno esperado para os investimentos, entre outros.

A cada novo exercício vem se promovendo a avaliação atuarial anual, avaliações outras e consequente acompanhamento para manter o controle por meio de estudos e análises dirigidas até que haja, em futuro próximo, o desaparecimento desse evento e se possa proclamar em alto e bom som o equilíbrio financeiro e atuarial.

Outras atividades relevantes da gestão atuarial no exercício de 2025:

- I- Elaboração da Avaliação Atuarial Exercício 2026– Ano Base 2025;
- II- Participação efetiva junto à Presidência na Audiência Pública - 2025 – sobre questões da gestão atuarial;
- III- Elaboração dos slides para prestação de contas na Audiência Pública;
- IV- Relatórios periódicos da Gestão Atuarial (aí inclusos: o percentual de invalidez; o percentual de participantes; o demonstrativo atuarial – DRA; a nota técnica atuarial do plano – em sendo necessária; a Evolução das Provisões Matemáticas).- <http://www.ipsemc.pb.gov.br/pg16/rgga.aspx>;
- V- Estudos e pesquisas para subsidiar a gestão de Investimentos;
- VI- Reavaliação atuarial para fins de estabelecimento de novo plano de equacionamento do déficit atuarial, com elaboração do projeto de lei para o Executivo;
- VII- Participação em reunião com os Conselhos Municipais visando dirimir dúvidas atuarias;
- VIII- Participação nas salas atendimentos do Ministério / SRPC para fins de entendimento e ajustes quanto ao envio de legislação, DRAA, dados estatísticos, entre outros;
- IX- Em elaboração do Relatório de Aderência (aí incluso: comportamento demográfico, tábua biométrica, taxa mínima atuarial);
- X- Participação em discussões sobre concessão de benefícios;
- XI- Participações como palestrante (sem ônus) em eventos da ASPREVPB;
- XII- Participações como palestrante (sem ônus) em eventos da Municipais;
- XIII- Elaboração do Relatório Anual de Investimentos;
- XIV- Entre outros assuntos que são exigidos necessariamente.

8. CERTIFICADO DE REGULARIDADE PREVIDENCIÁRIA – CRP

O Certificado de Regularidade Previdenciária – CRP é um documento que atesta a regularidade do regime de previdência social dos servidores titulares de cargos efetivos de um Estado ou Município. Para obtê-lo é preciso preencher os critérios exigidos pelo Ministério da Previdência Social (MPS), como: Demonstrativo das Receitas e Despesas; Avaliação Atuarial; Demonstrativo Financeiro relativo às aplicações dos recursos; Comprovantes de Repasses dos valores das contribuições sociais (servidor e patronal), entre outros.

Assim, o não cumprimento desses critérios, além de suspender o CRP, penaliza o município com as seguintes sanções: suspensão das transferências voluntárias; suspensão de empréstimos e financiamento; suspensão de compensação previdenciária, etc.



Imagem: 02

Imagem 01: Print do atual CRP divulgado no Portal do Ipsemc – Menu: Institucional > CRP

8.1 Evidência/Comprovação:

Link direto para o atual CRP do Ipsemc publicado no Portal da Previdência:

<http://www.ipsemc.pb.gov.br/pg16/crp.aspx>

9. POLÍTICA ANUAL DE INVESTIMENTOS (PAI) 2025 e 2026

O que é a PAI no RPPS?

A PAI é um documento formal, elaborado anualmente, que estabelece diretrizes, limites, estratégias e critérios para a aplicação dos recursos financeiros do RPPS, em conformidade com a legislação vigente, especialmente a Resolução CMN nº 4.963/2021, substituída pela Resolução CMN nº 5.272, datada de 18/12/2025, que dispõe sobre as aplicações dos recursos dos regimes próprios de previdência social – RPPS e normativos da Secretaria de Previdência.

- 🔥 **Objetivo central** é assegurar o equilíbrio financeiro e atuarial, garantindo recursos suficientes para o pagamento dos benefícios presentes e futuros.

Objetivos Específicos da Política Anual de Investimentos: a PAI busca:

- 🔧 Preservar o patrimônio previdenciário;
- 🔧 Obter rentabilidade compatível com a meta atuarial;
- 🔧 Controlar e mitigar riscos (mercado, crédito, liquidez, operacional e legal);
- 🔧 Assegurar liquidez para o pagamento regular dos benefícios;
- 🔧 Promover transparência e governança na gestão dos investimentos.

 **Principais diretrizes da PAI:** A Política Anual de Investimentos contempla, entre outros pontos:

- 🔧 Cenário macroeconômico (inflação, juros, crescimento econômico);
- 🔧 Alocação estratégica e tática dos recursos;
- 🔧 Segmentos de aplicação (renda fixa, renda variável, investimentos no exterior, conforme permitido);
- 🔧 Limites de aplicação por tipo de ativo e emissor;
- 🔧 Critérios para seleção de instituições financeiras e gestores;
- 🔧 Parâmetros de avaliação de desempenho;
- 🔧 Regras de governança, controle e monitoramento.

Papel dos órgãos de governança: A construção e execução da PAI envolve:

- 🔧 **Gestor do RPPS**- responsável pela condução e execução;
- 🔧 **Comitê de Investimentos** - que analisa cenários, riscos e estratégias;
- 🔧 **Conselho Deliberativo** - que aprecia e aprova a PAI;
- 🔧 **Conselho Fiscal** - que acompanha e fiscaliza a execução;
- 🔧 **Órgãos de controle externo** - que avaliam a conformidade e a boa gestão.

 **Importância da PAI para o RPPS:** A Política Anual de Investimentos é essencial porque:

- 🔧 Fortalece a segurança jurídica das decisões de investimento;
- 🔧 Reduz riscos de decisões discricionárias ou inadequadas;
- 🔧 Demonstra responsabilidade com recursos públicos;

- Atende aos princípios da legalidade, prudência, transparência e eficiência;
- Contribui diretamente para a sustentabilidade do regime.

Ademais a PAI no nosso RPPS não é apenas uma exigência legal, mas um instrumento estratégico de gestão previdenciária, que reflete o compromisso institucional com o futuro dos segurados. Uma política bem estruturada, alinhada ao perfil do regime e à sua realidade atuarial, é decisiva para garantir estabilidade, solvência e confiança no sistema previdenciário.

Como se trata de um assunto complexo em termos da correta aplicação dos recursos, elaboramos esse documento sob a assessoria da Empresa Crédito & Mercado do Estado de São Paulo, envolvendo o Comitê de Investimentos - COI do Ipsemc e os Conselhos Previdenciários na formulação dessa política, dentro do que preveem as normas supracitadas, disponível no Portal do Ipsemc: www.ipsemc.pb.gov.br.



Imagem: 03



Imagem: 04

Imagem 02: Print das PAIS divulgado no Portal do Ipsemc – Menu: Investimentos > Política de Investimentos > Política de Investimentos 2025 e 2026

9.1 Evidência/Comprovação: <http://www.ipsemc.pb.gov.br/pg16/pdf/politica2025.pdf> e <http://www.ipsemc.pb.gov.br/pg16/pdf/politica2026.pdf>

10. ATIVIDADES NOS PILARES / DIMENSÕES DE BENEFÍCIOS E RECURSOS HUMANOS

10.1 Contracheques

A partir de janeiro de 2020, o Ipsemc passou a adotar contracheques eletrônicos disponibilizados por meio do Portal da Autarquia www.ipsemc.pb.gov.br visando a otimização, economia relacionada ao uso de papel, impressão o que tem dado resultado e bem-estar ao meio-ambiente.

10.2 Resumo da folha de pagamento de 2005 a 2025

ANO	INATIVOS	PENSIONISTAS	TOTAL	CRESCIMENTO EM RELAÇÃO AO ANO ANTERIOR
2005	887.043,21	126.078,79	1.013.122,00	
2006	1.467.525,00	235.212,07	1.702.737,07	68,07%
2007	1.584.721,64	285.277,89	1.869.999,53	9,82%
2008	1.926.349,91	388.783,80	2.315.133,71	23,80%
2009	2.147.065,58	415.672,78	2.562.738,36	10,70%
2010	2.625.175,23	486.183,95	3.111.359,18	21,41%
2011	2.919.098,78	285.745,91	3.204.844,69	3,00%
2012	3.625.990,79	614.441,83	4.240.432,62	32,31%
2013	4.446.481,58	710.124,64	5.156.606,22	21,61%
2014	5.507.297,08	852.931,32	6.360.228,40	23,34%
2015	6.548.244,87	1.009.668,04	7.557.912,91	18,83%
2016	7.469.173,99	1.092.655,86	8.561.829,85	13,28%
2017	8.771.642,33	1.406.095,05	10.177.737,38	18,87%
2018	11.689.771,60	1.350.755,20	13.040.526,80	28,13%
2019	13.210.407,61	1.527.522,41	14.737.930,02	13,02%
2020	18.013.440,16	1.945.024,30	19.958.464,46	35,42%
2021	19.637.495,99	2.157.378,90	21.794.874,89	9,20%
2022	24.849.714,77	2.603.200,81	27.452.915,58	25,96%
2023	28.971.028,24	2.859.951,41	31.830.979,65	15,95%
2024	29.771.920,43	2.841.282,22	32.613.202,65	2,46%
2025	34.390.402,75	3.167.574,86	37.557.977,61	15,16%
Crescimento Acumulado (variação de 2025 em relação a 2005)				3607,15%
Crescimento Acumulado SOMA				410,35%

Tabela 2 - Resumo da Folha de Pagamento de 2005 a 2025.

Assim, a Folha Bruta de 2025 teve um crescimento em relação ao ano anterior de 15,16% e acumulado no período supramencionado de 410,35%, sendo que em relação à despesa referente ao exercício de 2005, ou seja, se comparada à de 2005 pode-se verificar o crescimento enorme de 3607,15% o que representa uma evolução preocupante da folha de beneficiários, pois houve muitas entradas de servidores efetivos contribuintes se aposentando, outros percebendo pensão e o que preocupa e servidores efetivos ativos pediram exoneração, fator que diminui a base contributiva do regime até mesmo em virtude da ausência de concurso público para alimentar a base contributiva.

10.2.1 Amostragem gráfica do crescimento do montante pago em benefícios

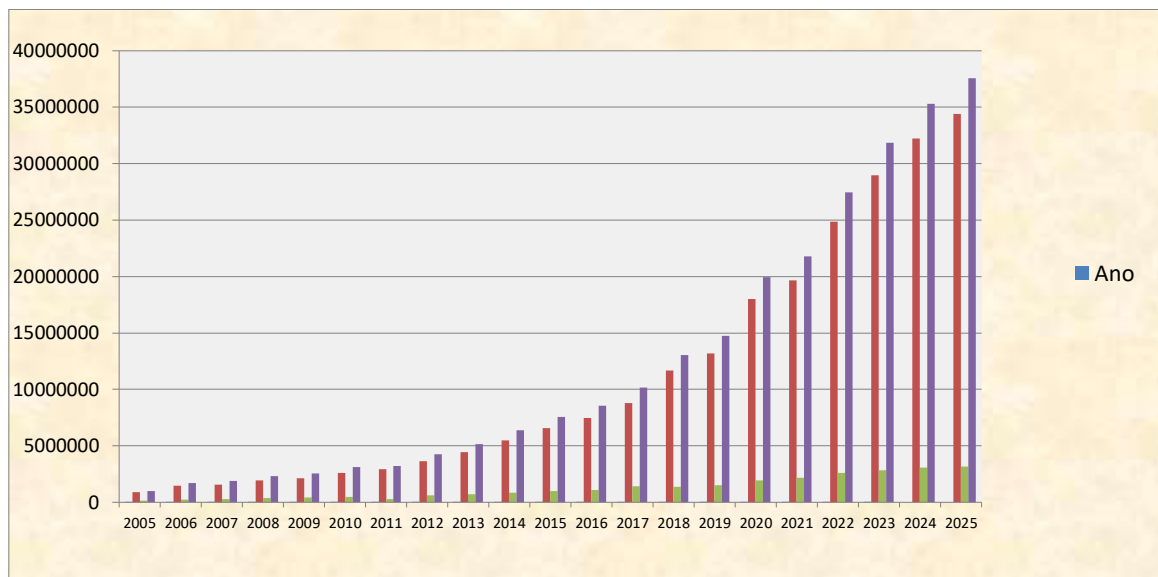


Gráfico 01: Crescimento do montante pago em benefícios de 2005 a 2025

10.3 Benefícios Concedidos

Benefícios Concedidos	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
Aposentadorias	8	14	9	24	18	21	12	19	36	27	17	28	51	44	49	34	37	25	51	45
Pensões	8	3	5	4	6	2	4	5	15	8	5	5	4	3	22	15	7	07	09	20
TOTAL DE BENEFÍCIOS	16	17	14	28	24	23	16	24	51	35	22	33	55	47	71	49	44	32	60	65

Tabela 03: Benefícios Concedidos

10.3.1 Amostragem gráfica da concessão de benefícios

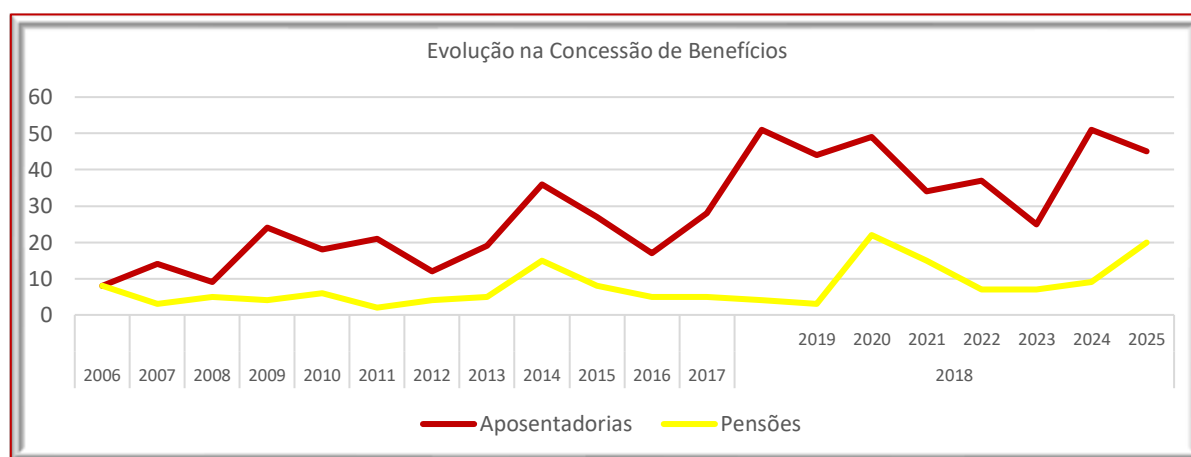


Gráfico 02: Evolução na concessão de Benefícios

10.4 Distribuição por tipo de benefício concedido

ATÉ 2025		QTDE	%
Aposentadoria por Tempo de Contribuição (incluindo Professor)		403	57%
Aposentadoria por Invalidez		85	12%
Aposentadoria Compulsória		07	1%
Aposentadoria Voluntária por Idade		76	11%
Aposentadoria Especial		08	1%
Pensão por Morte de Aposentado		48	7%
Pensão por Morte de Ativo		83	11%
TOTAIS DEZEMBRO 2025			
APOSENTADOS		579	
PENSIONISTAS		131	
TOTAL GERAL		710	

Tabela 04: Tipos de Benefícios concedidos

10.4.1 Amostragem gráfica por tipo de benefício

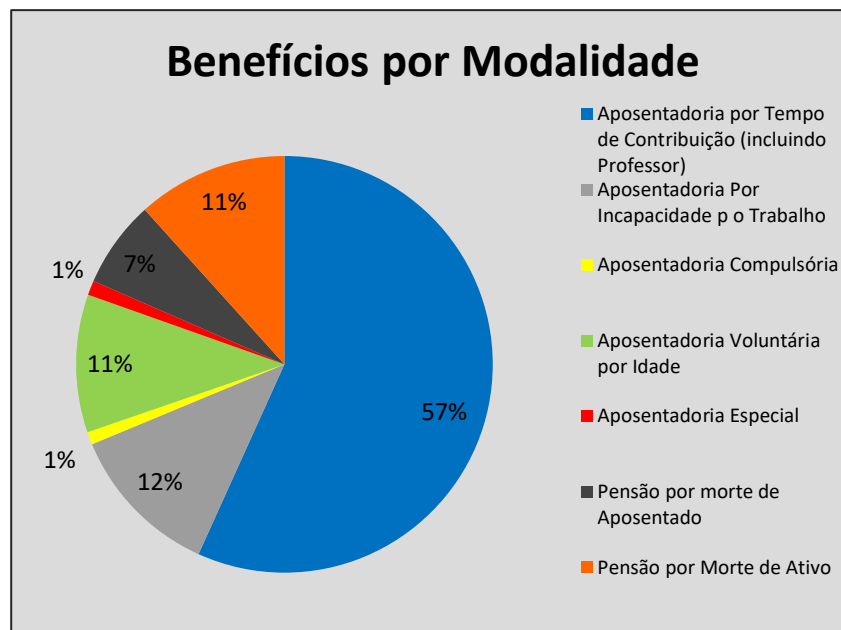


Gráfico 03: Tipos de Benefícios

10.5 Benefícios por sexo

Aposentados por Sexo Exercício 2025		Pensões por morte de aposentado Exercício 2025		Pensões por morte de ativo Exercício 2025	
Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
98	481	18	30	36	47

Tabela 06: Inativos e pensionistas por sexo

10.5.1 Amostragem gráfica

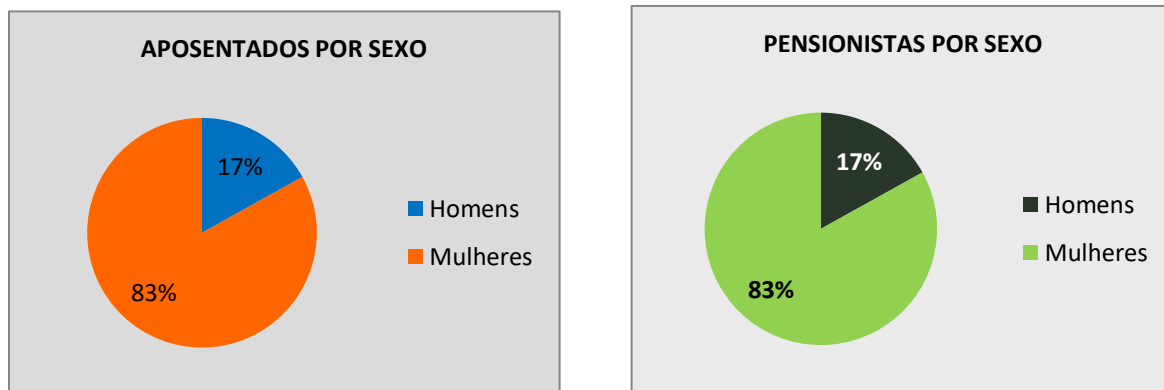


Gráfico 05: Comparativo aposentados e pensionistas por sexo.

10.6 Outras realizações administrativas nas áreas de Benefícios, Recursos Humanos, Financeira e Orçamentária

O Exercício de 2025 envolveu além das atividades rotineiras da autarquia a melhoria contínua de processos administrativos diversos, principalmente de concessão de pensões e aposentadorias junto ao TCE/PB, cujos resultados finais já envolvem o advento de mais de 85% de acórdãos baixados.

Ainda durante o ano de 2025, além dos processos relacionados a aposentadorias e pensões, diversos requerimentos foram efetivados tais como: mudança de conta bancária, abertura de conta salário, emissão de declarações.

Foram emitidas Certidões de Tempo de Contribuição – CTCs e atendidos todos os requerimentos que foram realizados conforme as procurações dos nossos beneficiários, em que os mesmos mantiveram a responsabilidade de renovarem no momento oportuno e legalmente estabelecido.

No geral, permanentemente são exercidas atividades e atribuições nas áreas de Benefícios e Recursos Humanos, segundo o que foi definido no Planejamento Estratégico do Ipsemc, como a seguir especificadas:

10.7 No âmbito do Sistema de Governança Previdenciária do IPSEMC pode-se destacar:

ATENDIMENTO A CLIENTES / USUÁRIOS / BENEFICIÁRIOS	ATIVIDADES DE OSM (ORGANIZAÇÃO, SISTEMAS E MÉTODOS)
Esta dimensão, envolve: o atendimento ao público; auxílio e suporte no processo de atendimento; auxílio e cooperação no atendimento telefônico prestando informações sobre os serviços do Ipsemc, que também estão disponibilizados no portal que ainda se encontra em permanente construção para melhor servir a todos; auxílio e cooperação no atendimento via WhatsApp institucional cujo canal tem sido de extrema relevância para os segurados; levantamento, identificação e esclarecimento de dúvidas dos clientes, usuários e beneficiários; recebimento e direcionamento de clientes, usuários e beneficiários; realização / análise / atualização de cadastros de clientes, usuários e beneficiários; relacionamento Interpessoal através do contato com clientes, usuários e beneficiários internos e externos; auxílio na promoção de network da instituição com clientes, usuários, beneficiários e fornecedores; censo / prova de vida como rotina anual.	Manualização e mapeamento dos processos institucionais com desenho de fluxos; auxilia no desenvolvimento de atividades de OSM; participa da elaboração de formulários, gráficos, planilhas, fluxogramas e demais instrumentos organizacionais; participa do desenho e redesenho dos processos administrativos e organizacionais; elaboração de manuais, relatórios, atas e outros documentos em forma digital; realiza levantamentos de procedimentos e faz a montagem de organogramas e fluxos; desenvolve acompanhamento dos contratos; desenvolvimento de planilhas para gerenciamento dos processos dentro da instituição.

RELATÓRIOS	FINANCEIRO / COBRANÇA / CUSTOS
Esta dimensão, envolve: emissão de relatórios em geral, análise de resultados, elaboração de gráficos; elaboração de planilha e documentos para análises gerenciais de controle; elaboração e conferência de relatórios/ planilhas; controle de relatórios, levantamento e tabulação de dados para composição de projetos organizacionais e suporte nos controles internos visando análise de métricas e otimização de resultados; preparação de apresentações em PowerPoint para palestras, seminários, reuniões com servidores internos e externos; auditoria de procedimentos e processos como elaboração de planilhas, registro de informação, análise de documentos, conferência de cálculos; auditoria e revisão pelo controle interno.	Esta dimensão, envolve: elaboração de fluxo de caixa e planejamento orçamentário com acompanhamento das receitas e despesas previstas e realizadas; colaborar na redação / geração / conferência de relatórios financeiros; contato com o mercado financeiro; elaboração/Acompanhamento de relatórios e/ou cronogramas financeiros de gestão como um todo em virtude do que foi definido no Planejamento Estratégico; atua como apoio para atividades da área administrativa/financeira; escrituração: notas fiscais, registro de servidores, correspondências diversas; processo de pagamentos diversos; acompanhamento da Taxa de Administração; dentre outros assuntos relacionados.
NEGOCIAÇÃO	SUSTENTABILIDADE
Esta dimensão, envolve: buscar o menor preço e melhor qualidade nas aquisições da instituição; apresentar o que há de melhor e mais vantajoso para a organização dentro do aspecto legal; acompanhar as reuniões de negociação com fornecedores; efetuar propostas para resolução de problemas; auxiliar na elaboração de planos para captação de melhoria contínua.	Esta dimensão, envolve: acompanhar a aquisição de papel e outros materiais que sejam ecologicamente corretos; otimiza, diversifica e conserva a Carteira de Investimentos dentro das normas legais; verifica e analisa a economia de energia e água; acompanha a elaboração de lembrancinhas das atividades integrativas do Grupo de Terceira Idade, no sentido de utilizar materiais reciclados; implantação de energia solar.
SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	ARQUIVOS E DOCUMENTOS
Envolve: acompanha os procedimentos das atividades e auxilia nos serviços administrativos; suporte / atualização nos processos internos, colabora na redação e digitação de documentos em geral; recepção; protocola; dar encaminhamento; chancela; cadastra; processa; fornece informações diversas.	Esta dimensão, envolve: continuação da Organização, digitalização e localização de arquivos físicos e digitalizados exercendo o controle do arquivo; conferência de documentos; recebimento, expedição e controle de documentos e nos agendamentos; formação e desenvolvimento dos acervos do Ipsemc; análise e descarte de documentos e papéis sem valor legal de permanência.
OUTRAS ATIVIDADES	COMPRAS
Organiza fardamento, folha de pagamento; controle e informações do registro de ponto dos funcionários; auxilia na folha de pagamento; capacitação: treinamentos diversos; reuniões e eventos; participação em palestras e atividades práticas que aborda informações sobre a questão previdenciária; gestão e organização de materiais; apoio na gestão de patrimônio; Inovação nos sistemas de gestão utilizados pela área; receber e respeitar orientações sobre ética, responsabilidade social e princípios constitucionais aplicados ao direito administrativo da atividade pública; gestão da Informação.	Suporte em pesquisas internas; controles internos; acompanhamento das requisições de compra; leitura, entendimento das regras de trabalho referente as atividades de compras; realiza sob supervisão os pedidos de cotação, recebendo e analisando as propostas e acompanha a manutenção e atualização das necessidades institucionais; efetua compras: contrata fornecedores, negocia preços; elaboração de formulários e procedimentos para cotação, compras e relação com fornecedores; na oficialização dos pedidos de compra; coopera no controle de materiais.



Figura nº -----(Fonte: Instituto Intranet Portal)

10.8 E-Social no âmbito do Sistema de Governança Previdenciária do IPSEMC, destaca-se:

O eSocial em órgão público é um sistema essencial para a gestão integrada das obrigações trabalhistas, previdenciárias e fiscais dos entes da Administração Pública direta e indireta. Ele unifica o envio de informações que antes eram prestadas a diversos órgãos federais, trazendo mais padronização, transparência e controle.

- I- **O que é o eSocial:** O eSocial é um ambiente nacional digital no qual os órgãos públicos informam, em tempo real ou periódico, dados relativos a:
- vínculos funcionais;
 - folha de pagamento;
 - contribuições previdenciárias;
 - acidentes de trabalho;
 - afastamentos;
 - eventos de saúde e segurança do trabalho (SST).

Seu objetivo principal é **simplificar o cumprimento das obrigações legais** e melhorar a fiscalização e a qualidade das informações prestadas.

- II- **Abrangência no setor público:** Nos órgãos públicos, o eSocial alcança:

- servidores estatutários;
- empregados públicos celetistas;
- comissionados;
- temporários;
- estagiários;
- agentes políticos, quando aplicável.

Cada vínculo possui regras específicas de registro, exigindo atenção especial na classificação correta dos eventos.

- III- **Principais informações prestadas:** Entre os dados enviados ao eSocial pelos órgãos públicos, destacam-se:
- cadastro do ente federativo e suas unidades;
 - admissão, exoneração, aposentadoria e óbito;
 - remunerações e descontos;
 - recolhimentos previdenciários;
 - afastamentos legais (licença, férias, cessão, etc.);
 - comunicações de acidente de trabalho (CAT);
 - exames médicos e condições ambientais de trabalho.

- IV- **Importância para a gestão pública:** A implantação do eSocial fortalece a administração pública ao:
- aumentar a transparência da folha de pagamento;
 - reduzir inconsistências cadastrais e financeiras;
 - facilitar a fiscalização pelos órgãos de controle;
 - melhorar o planejamento previdenciário;
 - integrar informações com a Receita Federal, INSS, Ministério do Trabalho e TCU/CGU, conforme o caso.

V- Desafios na implantação: Apesar dos benefícios, os órgãos públicos enfrentam desafios como:

- adequação dos sistemas de RH e folha;
- integração entre setores (RH, contabilidade, jurídico, SST);
- capacitação contínua das equipes;
- saneamento de cadastros antigos;
- adequação às normas específicas do regime estatutário e do RPPS.

VI- Reflexos para o RPPS: Para os Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS), o eSocial é estratégico, pois:

- melhora a qualidade das informações previdenciárias;
- contribui para maior confiabilidade nos dados atuariais;
- fortalece a governança previdenciária;
- auxilia no cumprimento das exigências legais e de controle externo.

O eSocial não é apenas uma obrigação acessória, mas uma ferramenta de modernização da gestão pública. Quando bem implementado, promove eficiência administrativa, segurança jurídica e maior controle sobre os gastos com pessoal, sendo fundamental para a sustentabilidade fiscal e previdenciária dos órgãos públicos.

VII- Matriz de Riscos do e-Social: Apresentamos um print a seguir da parte da Matriz de Riscos que mostra Cabedelo em um Bom Nível no e-Social:



ENTE FEDERATIVO	UF	FONTE: DRR	ATIVOS	INATIVOS	COMP	EXTRAÇÃO DE 06/2025		PONTUAÇÃO		CLASS. RISCO
						S-1202	S-1207	S-1202	S-1207	
Cabedelo	PB	2025	1789	861	202501	2137	858	119,45%	99,55%	BOM NÍVEL DE ENVIO
Cabo de Santo Agostinho	PE	2025	4023	1920	202501	3945	1928	98,09%	100,42%	BOM NÍVEL DE ENVIO
Cabo Frio	RJ	2025	5711	2874	202501	6139	1982	107,49%	95,56%	BOM NÍVEL DE ENVIO
Cabrobó	PE	2025	864	405	202501	851	405	98,50%	100,00%	BOM NÍVEL DE ENVIO
Capetor	SC	2025	1033	687	202501	1208	0	116,94%	0,00%	EM RISCO
Caçapava do Sul	RS	2025	939	649	202501	866	612	92,23%	94,30%	BOM NÍVEL DE ENVIO
Caculéândia	RO	2025	215	41	202501	200	24	93,02%	58,54%	REQUIER ATENÇÃO

10.9 Desafios de Inadimplência do Ente Federativo Superados com a força do trabalho conjunto

O Exercício de 2025 foi atípico, repleto de problemas complexos para a governança previdenciária, tendo em vista que a inadimplência do Ente Federativo junto ao Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), no que se refere à contribuição patronal, a taxa de administração e ao aporte suplementar, representou um dos principais desafios enfrentados ao longo do exercício de 2025. Trata-se de uma situação sensível, pois impacta diretamente o equilíbrio financeiro e atuarial do regime, exigindo atuação técnica, administrativa e institucional firme por parte da gestão previdenciária.

No decorrer do ano, registraram-se atrasos pontuais no repasse das contribuições patronais, taxa de administração e no cumprimento do aporte suplementar definido no plano de equacionamento do déficit atuarial. Esses compromissos são obrigações legais do Ente Federativo, previstas na legislação previdenciária e fundamentais para garantir a sustentabilidade do RPPS e a segurança dos benefícios presentes e futuros.

A inadimplência, ainda que temporária, demandou monitoramento rigoroso, registro contábil adequado e adoção de providências administrativas, incluindo notificações formais, diálogo institucional e acompanhamento pelos órgãos de governança, como o Conselho Deliberativo e o Conselho Fiscal. Todo o processo foi conduzido com observância aos princípios da legalidade, transparência e responsabilidade fiscal.

É importante destacar que, ao longo de 2025, a situação foi integralmente regularizada. O Ente Federativo promoveu a quitação dos valores em atraso, tanto da contribuição patronal quanto da taxa de administração e quanto ao aporte suplementar, foi feito o parcelamento especial do período de maio a agosto/2025, nos termos da Emenda Constitucional EC nº 136/2025, de 9 de setembro de 2025, neste momento, aguardando homologação do Ministério da Previdência – MPS, restabelecendo a normalidade dos repasses e reforçando o compromisso com a solvência do RPPS. Essa regularização contribuiu para a recomposição do fluxo financeiro do regime e para a preservação do equilíbrio atuarial.

Assim, apesar do desafio enfrentado, o exercício de 2025 evidenciou a capacidade de articulação institucional e de governança do RPPS, bem como a importância do acompanhamento contínuo das obrigações previdenciárias do Ente. A superação da inadimplência reafirma o compromisso com a boa gestão previdenciária e com a proteção dos direitos dos segurados e beneficiários.



11. ATIVIDADES JURÍDICAS / CONTENCIOSO

Nas reuniões de Planejamento Estratégico visando o acompanhamento das ações em todas as áreas do Ipsemc obteve-se o resultado quanto aos processos judiciais além de todos os pareceres emitidos nos processos de aposentadorias e pensões da instituição.

O contencioso judicial é quando existe um conflito de interesses no sentido de analisar e compreender sua defesa nos processos que estejam em tramitação, com a juntada de peças que sejam necessárias à constituição de provas a serem usadas para os fins a que se destina. Essas ações são conduzidas com extremo zelo, dedicação e amplo conhecimento do litígio para que o resultado seja eficaz. Portanto, tem-se a informar a seguir:

11.1 Relatório de Avaliação do Passivo Judicial – Exercício 2025

Os Relatórios que são semestrais, o do segundo semestre demonstra o resultado anual. São publicados no Portal do IPSEMC: www.ipsemc.pb.gov.br no Menu: Relatórios de Gestão – link: <http://www.ipsemc.pb.gov.br/pg16/relatoriopassivo.aspx>, o qual trata do Passivo Judicial Líquido até 31.12.2025 e relata sobre:

- Precatórios;
- Pareceres emitidos em todos os processos de concessão de benefícios, licitações, contratações; revisão de legislação, entre outros;
- Defesas em processos judiciais efetivadas e cumprimento também de decisões judiciais atualizadas;
- Processos ativos, baixados, como autor, como réu, etc. etc.
- Despachos jurídicos; e,
- Demonstra tabela anual quantificada.

12. PORTAL DO IPSEMC

Criado em 2006 e permanentemente atualizado, tem sido objeto de constante reformulação e adaptação, tendo em vista ser uma poderosa ferramenta de transparência. A cada ano o portal do Ipsemc vem agregando serviços e sendo disseminado como um canal de comunicação e prestação de serviços junto a seus usuários e comunidade de modo geral. Assim, sofre um aumento significativo nos acessos.

O Portal tem como objetivo também atender à Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação – LAI), o que proporciona maior transparência, além de promover a divulgação e conscientização dos servidores a respeito do Instituto, seus serviços e funções perante os segurados.

Com o advento do Planejamento Estratégico o Portal passa sempre por atualizações, mesmo que construído por meio de um modelo simples, tradicional em virtude das limitações institucionais.

Gráfico 07: Print do portal do Ipsemc Portal: <http://www.ipsemc.pb.gov.br>



13. PRÁTICAS DA GESTÃO PREVIDENCIÁRIA DO MUNICÍPIO EXECUTADAS DENTRO DO ASPECTO DO CONTROLE INTERNO, QUALIDADE E TRANSPARÊNCIA PÚBLICA

Como se verifica, é um Projeto que coleta experiências inovadoras de gestão e prestação de serviços públicos diferenciados que busquem continuamente a excelência e acompanhem o desenvolvimento global. Nasceu como fruto do enfrentamento de inúmeros problemas que pareciam invencíveis, insuperáveis, todavia, houve compromisso e propósito, houve fé e coragem, houve luta e batalha. Na verdade, nada fácil, mas podem ser destacadas de modo amplo uma vez que o Ipsemc enquanto unidade gestora tem Portal próprio atualizado permanentemente divulgando tudo nesse ambiente público, cujas ações envolvem:

13.1 Práticas de Transparência – tudo divulgado no Portal.

13.2 Práticas de Ética – a Unidade Gestora possui seu próprio Código de Ética.

13.3 Práticas de Equidade – a unidade gestora divulga matéria de interesse dos segurados:

- a) Por meio do Portal (<http://www.ipsemc.pb.gov.br>)
- b) Por meio da página do Facebook (<https://facebook.com/ipsemc>)
- c) Por meio do Previpsemc (<http://www.ipsemc.pb.gov.br/pg16/previpsemc.aspx>)
- d) **Oferece capacitação aos servidores e conselheiros**
À medida do possível, lutamos por cursos conseguido por meio de parcerias com várias instituições no próprio auditório do IPSEMC, em Congressos anuais, tais como os promovidos pela Asprevpb, Abipem e Aneprem. Isso dentro das possibilidades atuais, porque no âmbito previdenciário é imprescindível o devido preparo e atualização constante sobre novas normas legais instituídas uma vez que as mudanças ocorrem numa dinâmica sem precedentes. Na tabela de Atividades Item 23 deste relatório, mostrou-se alguns eventos de qualificação e aperfeiçoamento técnico-profissional dos quais a equipe do Ipsemc participou em 2024.
- e) **Possui Ouvidoria** - Criada pela Lei 1505/2010 do Ipsemc, a Ouvidoria pode ser contatada pelo e-mail ouvidoria@ipsemc.pb.gov.br ou via portal (<http://www.ipsemc.pb.gov.br/pg16/ouvidoria.aspx>), via whatsapp institucional. Também pode ser marcada uma audiência por meio de telefone e pessoalmente.
- f) **A unidade gestora possui página no Instagram** - <https://www.instagram.com/ipsemc>
- g) **A unidade gestora possui página no Youtube desde maio de 2012.**

13.4 Práticas de Responsabilidade Corporativa e Social

- a) Qualifica todos os membros do Comitê de Investimentos – Todos os membros certificados.
- b) Qualifica todos os membros dos Conselhos CONDPREV e CONFIPREV todos os membros certificados.
- c) Realiza de modo contínuo, com apresentação de resultado a cada semestre, pesquisa de satisfação com os segurados para avaliar a qualidade da prestação dos serviços previdenciários;
- d) Registra as Provisões Matemáticas;

- e) Realiza recadastramento dos inativos e pensionistas;
- f) Possui a Cartilhas sobre os Direitos Previdenciários já com a Reforma da Previdência;
- g) Efetua Ações Sustentáveis para colaborar com a sustentabilidade socioambiental.
- h) Elaborou a Carta de Serviços disponível no Portal;
- i) Elaborou Novo Planejamento Estratégico para o período de 2024 a 2030.
- j) Elaborou Plano de Capacitação para 2026.

Além destas práticas, o Ipsemc também desenvolve, dentro do seu Programa de Educação Previdenciária (PEP), Programa de Preparação para Aposentadoria (PPA) e “Vida Saudável”, atividades Integrativas sem a utilização de verba previdenciária, uma vez que é desenvolvido em parceria com o Centro de Convivência do Idoso (CCI) – Secretaria Municipal de Assistência Social, bem como instituições diversas que promovam atividades lúdicas, educativas e culturais, tendo como principal objetivo proporcionar uma melhor qualidade de vida para aos aposentados e cidadãos da Terceira Idade.

As atividades integrativas envolvem desde passeios turísticos e educativos, que são previamente planejados, e principalmente atividades semanais, que vão desde exercícios físicos, como hidroginástica, postura corporal, dança (moderna e popular), até aulas de artesanato, tratamento fisioterapêutico, e ainda festejos típicos (Carnaval, Páscoa, Confraternização Natalina etc.), palestras educativas sobre saúde, segurança digital, internet e temas afins, entre outras. Atualmente, há em torno de 200 alunos participando das atividades integrativas do Ipsemc e CCI.

Atualmente, as atividades integrativas desenvolvidas pelo instituto e CCI possuem um blog próprio inserido no portal do Ipsemc, a fim de não perder o foco das notícias e informações corporativas. O blog possui o seguinte endereço: <http://www.ipsemc.pb.gov.br/blog/>. Nele são registrados os principais fatos, informações e eventos das atividades integrativas e do Programa de Educação Previdenciária (PEP) bem como explicita cada atividade e seus orientadores,

No link abaixo poderá ser visualizada as atividades, eventos promovidos dentro do programa de atividades integrativas, em 2025.

Link: <http://www.ipsemc.pb.gov.br/blog/>

13.5 Transparência em sua amplitude

Como delineou o Manual do Pró-Gestão RPPS, “a transparência cria meios adequados e eficientes de divulgação das informações relevantes para as partes interessadas além daquelas impostas por leis ou regulamentos. A transparência proporciona confiança tanto internamente quanto nas relações da organização com terceiros.

A transparência também ocasiona um estado de Equidade, ou seja, um tratamento justo e isonômico entre os segurados interessados: servidores ativos, aposentados, pensionistas, o ente federativo, agentes internos ou externos, servidores da unidade gestora, prestadores de serviços, agentes financeiros, órgãos de supervisão, orientação e supervisão bem como a sociedade em geral com os quais o RPPS cumpre rigorosamente os passos deste relacionamento.

A transparência acarreta a visualização da prestação de contas, ou seja, os agentes de governança: administradores, gestores, conselheiros tornam-se responsáveis pelos seus atos e omissões. Com esses mecanismos a organização possibilita que todos os envolvidos no sistema previdenciário mantenham esta rotina em suas atividades administrativas relacionadas a seus controladores ou representados.

A transparência também mostra a responsabilidade corporativa, ou seja, o zelo com os recursos do RPPS, com o objetivo de serem alocados segundo a legislação que rege a matéria e para os fins a que se destina: pagamento dos benefícios concedidos e a conceder. Também denota a adoção de um conjunto de iniciativas que revelam preocupações sociais e ambientais abrangendo desde ações para melhoria da qualidade de vida dos colaboradores até cooperação com ações sociais, mitigação de impactos ambientais, dentre outras, como bem dispõe o Manual do Pró-Gestão RPPS.

Como mostrado nos relatórios semestrais/2025, tudo se encontra disponibilizado no Portal do IPSEMC, por exemplo:

I- Normas e/ou documentos corporativos

- 1) Leis – Legislação Previdenciária no Menu: Publicações no link: <http://www.ipsemc.pb.gov.br/pg16/legislacao.aspx>
- 2) Atas do Comitê de Investimentos no Menu: Publicações no link: <http://www.ipsemc.pb.gov.br/pg16/coi.aspx>
- 3) Atas do Conselho Administrativo: CAMPREV no Menu: Conselhos no link: <http://www.ipsemc.pb.gov.br/pg16/camprev.aspx>
- 4) Atas do Conselho Fiscal: CONFIPREV no Menu: Conselhos no link: <http://www.ipsemc.pb.gov.br/pg16/confiprev.aspx>
- 5) Atas da Diretoria Executiva no Menu: Publicações no link: <http://www.ipsemc.pb.gov.br/pg16/diretoriaexecutiva.aspx>
- 6) Periódico Oficial do IPSEMC – POI no Menu: Publicações no link: <http://www.ipsemc.pb.gov.br/pg16/diretoriaexecutiva.aspx>
- 7) Calendário de Reunião dos Conselhos no Menu: Conselhos no link: http://www.ipsemc.pb.gov.br/pg16/camprev_calendario.aspx
- 8) Calendário de Reunião da DE no Menu: Publicações no link: http://www.ipsemc.pb.gov.br/pg16/executiva_calendario.aspx
- 9) Organogramas dos Conselhos no Menu: Conselhos nos links: http://www.ipsemc.pb.gov.br/pg16/camprev_organograma.aspx e http://www.ipsemc.pb.gov.br/pg16/confiprev_organograma.aspx respectivamente.
- 10) Código de Ética no Menu: Institucional no link: <http://www.ipsemc.pb.gov.br/pg16/codigodeetica.aspx>
- 11) Cronograma das Ações Previdenciárias no Menu: Institucional no link: <http://www.ipsemc.pb.gov.br/pg16/cronogramaacoes.aspx>
- 12) Histórico do IPSEMC / Resumo no Menu: Institucional no link: <http://www.ipsemc.pb.gov.br/pg16/historico.aspx>
- 13) Organograma do IPSEMC no Menu: Institucional no link: <http://www.ipsemc.pb.gov.br/pg16/organograma.aspx>
- 14) Relatório de Gestão Atuarial no Menu: Relatórios de Gestão no link: <http://www.ipsemc.pb.gov.br/pg16/rgga.aspx>
- 15) Relatório Anual de Governança / Gestão do IPSEMC no Menu: Relatórios de Gestão no link: <http://www.ipsemc.pb.gov.br/pg16/relatoriogestao.aspx>
- 16) Relatório de Controle Interno no Menu: Relatórios de Gestão no link: <http://www.ipsemc.pb.gov.br/pg16/controleinterno.aspx>

- 17) Planejamento Estratégico no Menu: Institucional no link: <http://www.ipsemc.pb.gov.br/pg16/planejamentoestrategico.aspx>
- 18) Acórdãos do TCE-PB - Prestações de Contas do IPSEMC no Menu: Institucional no link: <http://www.ipsemc.pb.gov.br/pg16/tce.aspx>
- 19) Termos de Uso do Portal no Menu: Institucional no link: <http://www.ipsemc.pb.gov.br/pg16/termos.aspx>
- 20) Política de Privacidade no Menu: Institucional no link: <http://www.ipsemc.pb.gov.br/pg16/politica.aspx>
- 21) Certificado de Regularidade Previdenciária – CRP emitido pelo Ministério da Economia – ME/SPREV no Menu: Institucional no link: <http://www.ipsemc.pb.gov.br/pg16/crp.aspx>
- 22) Relatório de Avaliação Atuarial / DRAA no Menu: Relatórios de Gestão no link: <http://www.ipsemc.pb.gov.br/pg16/draa.aspx>
- 23) Relatório de Análise de Hipóteses no Menu: Relatórios de Gestão no link: http://www.ipsemc.pb.gov.br/pg16/atuarial/hipoteses_2021.pdf
- 24) Demonstrativo de Investimentos DIPR no Menu: Investimentos no link: <https://cadprev.previdencia.gov.br/Cadprev/faces/pages/modulos/dipr/consultarDemonstrativos.xhtml>
- 25) DAIR no Menu: Institucional no link: <https://cadprev.previdencia.gov.br/Cadprev/faces/pages/modulos/dair/consultarDemonstrativos.xhtml>
- 26) DPIN no Menu: Institucional no link: <https://cadprev.previdencia.gov.br/Cadprev/faces/pages/modulos/dpinV2/consultarDemonstrativos.xhtml>
- 27) Certidões Negativas do IPSEMC no Menu: Institucional no link: <http://www.ipsemc.pb.gov.br/pg16/certidoes.aspx>
- 28) No Menu: Carta de Serviços além das informações sobre os vários serviços tem o Guia de Benefícios no link: <http://www.ipsemc.pb.gov.br/pg16/guiabeneficios.aspx>
- 29) Cartilha Previdenciária no Menu: Carta de Serviços no link: <http://www.ipsemc.pb.gov.br/pg16/cartilhaprevidenciaria.aspx>
- 30) Programa de Educação Previdenciária - Preparação para Aposentadoria - PPA no Menu: Carta de Serviços no link: <http://www.ipsemc.pb.gov.br/pg16/cartilhaprevidenciaria.aspx>
- 31) Programa de Educação Previdenciária / Pós Aposentadoria no Menu: Institucional no link: <http://www.ipsemc.pb.gov.br/blog/>
- 32) Formulários APRs – Autorização de Aplicação e Resgastes no Menu: Investimentos no link: <http://www.ipsemc.pb.gov.br/pg16/aprs.aspx>
- 33) Atas do Comitê de Investimento do IPSEMC –COI no Menu: Investimentos no link: <http://www.ipsemc.pb.gov.br/pg16/coi.aspx>
- 34) Organograma do Comitê de Investimento do IPSEMC –COI no Menu: Investimentos no link: http://www.ipsemc.pb.gov.br/pg16/coi_organograma.aspx
- 35) Calendário do Comitê de Investimento do IPSEMC –COI no Menu: Investimentos no link: http://www.ipsemc.pb.gov.br/pg16/coi_calendario.aspx
- 36) Demonstrativos de Investimentos no Menu: Investimentos no link: http://www.ipsemc.pb.gov.br/pg16/coi_demonstrativo.aspx
- 37) Edital de Credenciamento de Instituições Financeiras no Menu: Investimentos no link: <http://www.ipsemc.pb.gov.br/pg16/editalcredenciamento.aspx>
- 38) Laudo de Credenciamento de Instituições Financeiras no Menu: Investimentos no link: <http://www.ipsemc.pb.gov.br/pg16/laudocredenciamento.aspx>
- 39) Política Anual de Investimentos - PAI no Menu: Investimentos no link: http://www.ipsemc.pb.gov.br/pg16/investimento_politica.aspx
- 40) Relatório Analítico de Investimentos no Menu: Investimentos no link: <http://www.ipsemc.pb.gov.br/pg16/relatorioinvestimento.aspx>

- 41) Relatório de acompanhamento dos Investimentos no Menu: Investimentos no link: <http://www.ipsemc.pb.gov.br/pg16/relatorioinvestimentoacompanhamento.aspx>
 - 42) Relatório Anual de Investimentos no link: http://www.ipsemc.pb.gov.br/pg16/pdf/investimentoAcomp_43.pdf
 - 43) Relatório de Solvência / ALM no Menu: Investimentos no link: <http://www.ipsemc.pb.gov.br/pg16/solvencia.aspx>
 - 44) Contabilidade / Transparência (onde constam: Empenhos, Balancetes e Balanço Anual) do IPSEMC no Menu: Serviços no link: <http://www.ipsemc.pb.gov.br/pg16/transparencia.aspx>
 - 45) Auto Atendimento (contracheque) no Menu: Serviços no link: <http://www.ipsemc.pb.gov.br/pg16/contracheque.aspx>
 - 46) Auto Atendimento (declaração de IRRF) no Menu: Serviços no link: <http://www.ipsemc.pb.gov.br/pg16/contracheque.aspx>
 - 47) Auto Atendimento (extrato previdenciário) no Menu: Serviços no link: <http://www.ipsemc.pb.gov.br/pg16/contracheque.aspx>
 - 48) Legislação / Resoluções e outros no Menu: Serviços no link: <http://www.ipsemc.pb.gov.br/pg16/legislacao.aspx>
 - 49) Previpsemc (Informativo do IPSEMC) no Menu: Serviços no link: <http://www.ipsemc.pb.gov.br/pg16/previpsemc.aspx>
 - 50) Consulta a Certidão de Tempo de Contribuição – CTC emitida pelo IPSEMC no Menu: Serviços no link: <http://www.ipsemc.pb.gov.br/pg16/ctc.aspx>
 - 51) Atendimento de Processos que estejam vinculados ao Portal no Menu: Serviços no link: <http://www.ipsemc.pb.gov.br/pg16/contracheque.aspx>
 - 52) Menu: Contato, por meio do qual o(a) segurado(a) e/ou cidadão outro poderá entrar em contato para fins de atendimento previdenciário.
 - 53) Menu: Ouvidoria – por meio do qual o(a) segurado(a) e/ou cidadão poderá também entrar em contato para assuntos previdenciários de seu interesse.
 - 54) Menu: Pesquisa de Satisfação – por meio da qual o(a) segurado(a) poderá colaborar opiando, sugerindo, avaliando a governança previdenciária do Município.
- II- Outro Canal de Transparência é o TCE-PB que dispõe da documentação do IPSEMC, pois fiscaliza, audita.
- III- Outro Canal de Transparência é o Ministério da Previdência / Secretaria Especial de Previdência também que dispõe da documentação do IPSEMC, pois fiscaliza, audita.
- IV- **Resumo: Tudo está à disposição dos segurados:**
- a) Lei de Criação do IPSEMC;
 - b) Acórdãos do TCE-PB;
 - c) Leis federais que regem RPPS;
 - d) Lei Previdenciária Municipal;
 - e) Atas dos colegiados;
 - f) Código de Ética;
 - g) Os regimentos internos;
 - h) O Planejamento Estratégico;
 - i) Portarias Ministeriais;
 - j) Práticas contábeis;
 - k) Tudo está disponibilizado no Portal da Autarquia;
 - l) Outros que possam existir no âmbito da entidade.

14. PESQUISA DE SATISFAÇÃO

14.1 APRESENTAÇÃO

O Ipsemc realiza periodicamente pesquisas de satisfação com o objetivo de aprimorar os serviços prestados à comunidade de segurados. No segundo semestre de 2025, a pesquisa foi aplicada de forma presencial e online, abrangendo aposentados, pensionistas, servidores ativos e demais usuários dos serviços do Instituto.

Este capítulo apresenta os resultados quantitativos e qualitativos obtidos no período de julho a dezembro de 2025, contribuindo para a avaliação da qualidade dos serviços, identificação de pontos fortes e oportunidades de melhoria. Difere do relatório próprio da Ouvidoria, que tem seu próprio padrão (estrutura, critérios e metodologia) de análise.

14.2 OBJETIVOS DA PESQUISA

- Avaliar a qualidade dos serviços prestados pelo Ipsemc a partir da percepção dos usuários.
- Identificar pontos de excelência e aspectos que necessitam de aprimoramento.
- Reforçar o compromisso institucional com a melhoria contínua e com a excelência no atendimento ao público.
- Subsidiar a gestão em ações corretivas ou de manutenção dos padrões de qualidade.

14.3 CRITÉRIOS PERCENTUAIS DA AVALIAÇÃO

Cordialidade: Avalia a educação, respeito e atenção demonstrados pelos servidores no atendimento ao público, prioridade de atendimento, paciência, entre outros.

RESULTADOS: Muito satisfeito: 97%; Satisfeito: 3%; Outros: 0,0%.



Figura 1 - Critério de Cordialidade

Agilidade: Mede a rapidez e eficiência no atendimento e na execução dos serviços demandados pelos usuários. **RESULTADOS:** Muito satisfeito: 100%; Outros: 0,0%.



Figura 2 - Critério de Agilidade

Qualidade dos Serviços: Refere-se à precisão, clareza, confiabilidade e adequação técnica das informações e soluções prestadas.

RESULTADOS: Muito satisfeito: 100%; Outros: 0,0%.



Figura 3 - Critério de Qualidade

Ambiente Físico: Avalia as condições estruturais, acessibilidade, estacionamento, conforto, limpeza e organização do espaço físico de atendimento ao público.

RESULTADOS: Muito satisfeito: 97%; Insatisfeito: 3%; Outros: 0,0%.



Figura 4 - Critério de Ambiente Físico

14.4 RESULTADOS CONSOLIDADOS – PERCENTUAIS GERAIS

Tabela 1 - Resultados dos critérios adotados

Critério	Muito Satisfeito	Satisfeito	Pouco Satisfeito	Insatisfeito
Cordialidade	97%	0%	0%	3%
Agilidade	100%	0%	0%	0%
Qualidade	100%	0%	0%	0%
Ambiente Físico	97%	0%	0%	3%

14.5 ANÁLISE QUALITATIVA: COMENTÁRIOS DOS USUÁRIOS

Principais Elogios

- Atendimento cordial, humanizado e eficiente.
- Qualidade técnica dos serviços prestados.
- Organização e conforto das instalações físicas.
- Citação nominal de servidores como Glaudenes, Vanessa, Daniela e Cristiane.

14.6 PROVIDÊNCIAS AVALIADAS

Embora não tenha havido críticas e comentários negativos dos participantes no período, o Ipsemc implantou um serviço de prova de vida online, por meio do qual conseguimos também disponibilizar o Censo Previdenciário Online. Esse serviço é uma antiga aspiração de parte de nossos segurados.

14.7 SETORES ENVOLVIDOS NA PESQUISA

- **Setor de Processamento de Dados (SPD):** Responsável pela compilação, tabulação, sistematização e análise estatística dos dados, bem como pelo atendimento institucional em canais digitais (portal, redes sociais e sistema de mensagens). Atua na geração de planilhas, gráficos e relatórios de suporte à tomada de decisões.
- **Setor de Atendimento (Recepção e Protocolo):** Executa o atendimento presencial, telefônico e online, além da aplicação dos formulários impressos de satisfação. Também realiza o primeiro contato com os segurados por meio do WhatsApp institucional, sendo peça central na experiência direta do usuário.
- **Diretoria e Assessoria Jurídica:** Oferecem atendimento técnico especializado aos segurados, especialmente em demandas relativas a benefícios e direitos. São responsáveis por avaliar sugestões e manifestações direcionadas à área jurídica.
- **Setor de Ouvidoria:** Atua de forma proativa, analisando e correlacionando os dados da pesquisa com outras manifestações recebidas institucionalmente. Propõe ajustes, contata setores competentes, acompanha providências e consolida os resultados em relatórios internos e externos, assegurando transparência, escuta ativa e controle social.
- **Controle Interno** – Participa por meio do acompanhamento sistêmico da execução das atividades relacionadas à pesquisa, garantindo a conformidade dos processos com a legislação, com os princípios da administração pública e com os objetivos institucionais. Não atua na coleta ou análise direta dos dados, mas fiscaliza a regularidade, a legalidade e a efetividade das ações decorrentes da pesquisa.
- **Presidência do Ipsemc** – resumidamente, seu papel consiste em:
 - **Aprovar a realização da pesquisa e garantir sua continuidade como ferramenta oficial de escuta do usuário.**
 - **Analisar os relatórios consolidados**, deliberando sobre providências e prioridades com base nos resultados apresentados.
 - **Articular e cobrar providências junto às diretorias e setores envolvidos**, garantindo que as ações decorrentes da pesquisa estejam alinhadas aos objetivos estratégicos da autarquia.
 - **Viabilizar institucionalmente a execução de melhorias**, dentro dos limites legais e orçamentários, promovendo a cultura de aperfeiçoamento contínuo.
 - **Assegurar transparência e responsabilização institucional**, autorizando a divulgação dos resultados ao público e reforçando o compromisso com a boa governança.

14.8 PRINCÍPIOS DA PESQUISA DE SATISFAÇÃO DO Ipsemc

1. **Privacidade e Proteção de Dados:** Garantia de que todos os dados pessoais, mesmo que mínimos, serão tratados conforme a **Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD)**, respeitando a confidencialidade e o uso responsável das informações.
2. **Anonimato do Participante:** A identidade do respondente **não é coletada nem associada às respostas**, protegendo-o de qualquer julgamento, constrangimento ou consequência negativa.

3. **Voluntariedade:** A participação deve ser **espontânea**, sem imposições, com liberdade para não responder ou deixar itens em branco.
4. **Transparência:** Deve ser claro o objetivo da pesquisa, a forma de uso dos dados, e os meios pelos quais os resultados serão divulgados ou utilizados.
5. **Finalidade Pública e Institucional:** A pesquisa deve ser usada **exclusivamente para aprimorar os serviços**, jamais para fins comerciais, promocionais ou pessoais.
6. **Utilidade e Aplicabilidade:** As informações coletadas devem gerar **insumos concretos para diagnóstico, melhoria contínua e tomada de decisão**.
7. **Acessibilidade:** O instrumento deve ser **compreensível e acessível a todos os públicos**, respeitando o nível de letramento, idioma e possíveis deficiências dos participantes.
8. **Responsabilidade Técnica:** Deve ser conduzida com rigor, zelo e ética pelos setores responsáveis, que devem garantir a **fidedignidade dos registros e a integridade dos resultados**.

Princípios para Publicação, Acompanhamento e Tomada de Decisões

1. **Transparência Institucional:** Os resultados devem ser **divulgados de forma clara, acessível e objetiva** à população, demonstrando o compromisso da instituição com a verdade e a melhoria dos serviços públicos.
2. **Prestação de Contas:** A instituição tem o dever de **informar à sociedade o que foi feito a partir dos dados coletados**, com base em critérios técnicos, legais e orçamentários.
3. **Planejamento Orientado por Evidências:** Os resultados devem servir como **base concreta para decisões estratégicas**, reformulações de processos e definição de prioridades de gestão.
4. **Compromisso com a Melhoria Contínua:** Todo retorno/resposta/manifestação de pensamento do usuário deve ser visto como **insumo valioso para aperfeiçoamento**, e não apenas como avaliação. Mesmo elogios devem ser analisados para identificar boas práticas replicáveis.
5. **Responsabilidade Compartilhada entre Setores:** A análise e execução das providências **não devem ficar restritas a um único setor**, mas envolver áreas técnicas, administrativas e decisórias da instituição.
6. **Viabilidade e Legalidade das Ações:** Antes da adoção de qualquer medida sugerida pela pesquisa, deve-se verificar sua **compatibilidade com a legislação vigente, as competências institucionais e a disponibilidade de recursos**.
7. **Registro e Monitoramento das Providências:** As sugestões e críticas devem ser **documentadas, acompanhadas e avaliadas periodicamente**, com indicadores de execução, prazos e responsáveis.
8. **Devolutiva*¹ aos Usuários:** Sempre que possível, deve-se **publicar o que foi feito ou está em andamento**, mesmo que a providência não seja imediata ou viável. Isso fortalece a confiança institucional. Esse procedimento é feito por meio da publicação dos relatórios e matérias referentes à pesquisa de satisfação.

Em suma, a pesquisa de satisfação do 2º semestre de 2025 demonstra a manutenção da confiança dos usuários nos serviços oferecidos pelo Ipsemc, destacando a excelência no atendimento e na qualidade dos serviços. As críticas e sugestões apresentadas serão consideradas com seriedade, dentro dos limites legais e orçamentários, para o contínuo aperfeiçoamento institucional.

15. ATIVIDADES NA ÁREA DE COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA - COMPREV

A Lei nº 9.796, de 05 de maio de 1999 dispõe sobre a compensação financeira entre o Regime Geral de Previdência Social e os regimes de previdência dos servidores da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, nos casos de contagem recíproca de tempo de contribuição para efeito de aposentadoria. O Decreto nº 3.112 de 06 de julho de 1999 dispõe sobre a regulamentação da Lei nº 9.796, de 5 de maio de 1999, que versa sobre compensação financeira entre o Regime Geral de Previdência Social e os regimes próprios de previdência dos servidores da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, na contagem recíproca de tempo de contribuição para efeito de aposentadoria. A Portaria MPAS nº 6.209, de 16 de dezembro de 1999 estabelece procedimentos operacionais para a realização da compensação previdenciária de que dispõe a Lei nº 9.796/99 e o Decreto nº 3.112/99. E a Portaria MF/MTPS nº 410, de 29 de julho de 2009 disciplina o art. 14-A do Decreto nº 3.112, de 06/07/2009, que dispõe sobre Compensação Previdenciária.

O Ipsemc até o final de 2025 conta com o seguinte histórico/resumo financeiro que conservamos no presente relatório evidenciando a situação atual junto ao COMPREV:

15.1 Resumo Financeiro da Compensação Previdenciária – COMPREV

VALOR RECEBIDO EM (R\$)	VALOR PAGO EM R\$
14.948.677,38	389.829,63
Total Geral recebido + Valor Pago OBS. Visto que o valor pago já é compensado no próprio sistema).	15.338.507,01

Tabela 09: Resumo financeiro da Comprev

15.2 Amostragem gráfica dos Processos na COMPREV

ANO	PROCESSOS APROVADOS	TOTAL EM FLUXO
2021	10	140
2022	57	195
2023	93	272
2024	37	306
2025	37	341

Tabela 10: Resumo Controle de Processos na Comprev

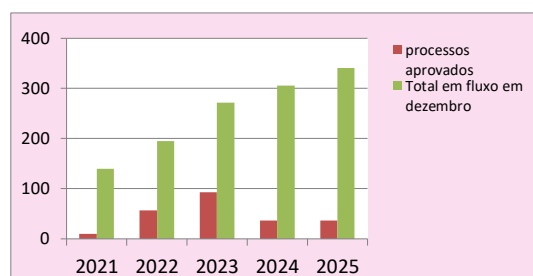
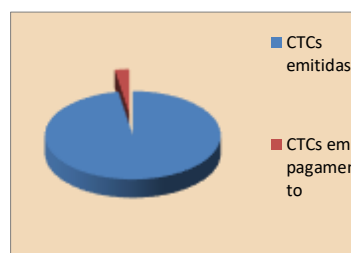


Gráfico 12: Comparativo de processos nCompensação Previdenciária

15.3 CTCs Emitidas e CTCs em pagamento

- b) 222 CTCs emitidas
- c) 6 CTCs em pagamento



16 ANÁLISE DA CARTEIRA DE INVESTIMENTOS DO IPSEMC

A Carteira de Investimentos é trabalhada com enorme esforço, atenção e dedicação exclusiva, tendo em vista que envolve riscos diversos, que são variáveis externas que acabam interferindo para melhor ou para pior, face às mudanças, na economia nacional e internacional, movimentos no exterior, comportamentos mercadológicos, ocorrências geopolíticas. Está diversificada em 34 (trinta e quatro) fundos de investimentos, sendo 16 em Renda Fixa e 14 em Renda Variável e 4 Fundos no Exterior, com isso tenta-se evitar que a rentabilidade esteja exposta ao mesmo tipo de risco, mercado ou indexador, razão porque segmenta-se dessa forma, visto que com uma diversificação responsável e comprometida, forma-se uma carteira de ativos com uma estratégia ancorada em diferentes indexadores justamente para proporcionar o equilíbrio e o balanceamento necessários à uma melhor e maior segurança, liquidez, o que redundará na mitigação de riscos.

Neste sentido o IPSEMC busca cumprir e andar dentro do que dispõe as normas especificadas:

- I- Resolução do Conselho Monetário Nacional - CMN nº 4.963, de 25 de novembro de 2021, (doravante denominada simplesmente “Resolução CMN nº 4.963/2021”) e a Portaria MTP nº 1.467, de 2 de junho de 2022 (doravante denominada simplesmente “Portaria nº 1.467/2022”), que dispõem sobre as aplicações dos recursos dos regimes próprios de previdência social instituído pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios;
- II- Portaria 1.467/2022, de 2 de junho de 2022, do Ministério do Trabalho e Previdência – MTP, Art. 251, conforme previsto nos §§ 2º e 3º do art. 11 da Lei 11.457, de 16 de março de 2007, por meio da Secretaria de Previdência Social, que dispõe sobre a fiscalização dos Regimes Próprios de Previdência Social, delegando o credenciamento e outras disposições;
- III- Portaria nº 185, de 14 de maio de 2015, da Secretaria de Previdência Social, que institui o Programa de Certificação Institucional e Modernização da Gestão dos Regimes Próprios de Previdência Social da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios - "Pró-Gestão RPPS";
- IV- Política Anual de Investimentos – PAI/2024 baixada pela Resolução IPSEMC nº 07/2023, datada de 31 de outubro de 2023, publicada no Portal do Ipsemc <http://www.ipsemc.pb.gov.br/pg16/pdf/politica2024.pdf> ..
- V- Portaria Ministerial nº 1.467/2022 - Disciplina também os parâmetros e as diretrizes gerais para organização e funcionamento dos regimes próprios de previdência social dos servidores públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, em cumprimento à Lei nº 9.717, de 1998, aos arts. 1º e 2º da Lei nº 10.887, de 2004 e à Emenda Constitucional nº 103, de 2019.

A análise de uma carteira de investimentos previdenciários envolve a avaliação de ativos e estratégias que visam garantir a segurança e o crescimento do patrimônio ao longo do tempo, especialmente com o objetivo de prover recursos para a aposentadoria. Aspectos-chave a serem considerados ao analisar uma carteira de investimentos previdenciários:

Perfil do Investidor:

Anda temos um perfil conservador porque lidamos com recursos de terceiros que visam o pagamento de benefícios concedidos e a conceder. Isso é crucial para determinar a alocação de ativos apropriada. Investidores mais conservadores podem preferir uma alocação maior em ativos de renda fixa, enquanto investidores mais arrojados podem optar por uma maior exposição a ativos de renda variável.

Diversificação:

A diversificação é uma estratégia fundamental para reduzir o risco da carteira. Para isso vivemos em alerta para que a carteira esteja distribuída entre diferentes classes de ativos, setores e geografias. Isso pode incluir ações, títulos, fundos imobiliários, entre outros em conformidade com a legislação pertinente.

Horizonte de Investimento:

Considerar o horizonte de investimento, especialmente em investimentos previdenciários é essencial. Se a aposentadoria estiver a longo prazo, pode haver mais flexibilidade para alocar em ativos de maior volatilidade, visando maiores retornos a longo prazo.

Tributação:

Entender as implicações tributárias dos investimentos escolhidos. Alguns investimentos previdenciários podem ter vantagens fiscais, como a previdência privada, por exemplo. Avaliar como os ganhos de capital e os rendimentos serão tributados ao longo do tempo.

Custos:

Estar ciente dos custos associados aos investimentos, como taxas de administração, corretagem e impostos. Minimizar esses custos pode aumentar os retornos líquidos ao longo do tempo.

Rebalanceamento:

Periodicamente, reavaliar a carteira e fazer ajustes conforme necessário para manter a alocação desejada. O rebalanceamento ajuda a garantir que a carteira continue alinhada aos objetivos de longo prazo, ajustando-se às mudanças nas condições de mercado.

Acompanhamento:

Manter-se atualizado com as condições econômicas, eventos do mercado e mudanças nas regulamentações que possam afetar a carteira. A revisão periódica e a adaptação às mudanças nas circunstâncias são fundamentais.

Reserva de Emergência ou Contingência:

Certificar-se de que o investidor deve se prevenir com os aspectos relacionados à reserva de emergência. Isso evita a necessidade de resgatar investimentos previdenciários em momentos inoportunos devido a despesas sem planejamento.

Toda essa complexa gestão e suas consequentes elevadas dinâmicas nos faz depender da orientação de profissionais financeiros, para isso temos uma consultoria para auxiliar nas análises mais aprofundadas e personalizadas da carteira de investimentos, pois é um pilar / dimensão crucial na garantia dos benefícios concedidos e a conceder, neste sentido o IPSEMC segue lutando, diversificado a carteira de investimentos após todo um estudo e pesquisa realizados com o objetivo de minimizar as perdas ocorridas e melhorar a relação risco/retorno.

Todos os meses o IPSEMC também analisa a carteira de investimentos emitindo relatório mensal publicado no Portal www.ipsemc.pb.gov.br no link: <http://www.ipsemc.pb.gov.br/pg16/relatorioinvestimentoacompanhamento.aspx>.

17 EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O Patrimônio Líquido do Instituto teve nestes últimos anos uma evolução linear apesar dos óbices que giram em torno de inúmeras variáveis externas. Ao longo do ano de 2025 ocorreram picos negativos em alguns fundos como consequência dos eventos domésticos e globais e suas variantes, guerras, eventos políticos nacionais e internacionais que impactam o mercado econômico-financeiro seja para melhor ou para pior. Por mais que nos comportemos de modo conservador tentando proteger a carteira de investimentos institucionais não há como evitar certas ingerências mercadológicas que são variáveis externas sobre as quais não temos controle. Navega-se, desde então em ambiente cheio de nebulosidades, sob o espectro de riscos, pois eles existem até porque não se tem certeza de nada. Não é nada fácil administrar recursos que devem garantir benefícios concedidos e a conceder. A luta, a batalha são diuturnas para atingir a tão difícil meta atuarial em um ambiente volátil, oscilante, complexo, cheio de fatores negativos que, muitas vezes, não contribuem, todavia, temos que ser otimistas para ascender sobre eles e continuar lutando até alcançar o alvo. Com toda variedade de provações a meta atuarial pode ser superada, diferentemente do exercício anterior.

A superação da meta atuarial representa um dos mais relevantes indicadores de êxito na gestão previdenciária, evidenciando equilíbrio, responsabilidade e eficiência na administração dos recursos do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS. Contribui diretamente para o fortalecimento do equilíbrio financeiro e atuarial do RPPS, reduzindo déficits, ampliando a sustentabilidade do sistema e transmitindo maior segurança aos servidores ativos, aposentados e pensionistas. Além disso, demonstra alinhamento com as boas práticas de gestão, transparência e responsabilidade fiscal.

Lidando com variáveis externas, complexas e incontroláveis, lutando todos os dias na administração de nossa carteira, ainda obtivemos um retorno da ordem de R\$ 59.926.782,49. No final de dezembro a Carteira de Investimentos foi consolidada no valor de R\$ 438.528.084,52 não obstante a todas as dificuldades mercadológicas.

Esse desempenho positivo é fruto de uma gestão comprometida com o planejamento estratégico, o cumprimento rigoroso da Política Anual de Investimentos, a diversificação responsável da carteira e o acompanhamento permanente dos riscos e oportunidades do mercado financeiro. Também reflete a atuação integrada dos conselhos, do comitê de investimentos e da equipe técnica, que exercem papel fundamental na governança previdenciária.

17.1 Relação das Instituições Financeiras Credenciadas

As Instituições Financeiras estão devidamente credenciadas no IPSEMC, a relação dos gestores/administradores são exatamente as relacionadas na tabela a seguir:

- I- SUL AMERICA GESTORA DE RECURSOS S.A. (21.813.291/0001-07) Vencimento: 14/08/2027
- II- AZ QUEST INVESTIMENTOS (04.506.394/0001-05) Vencimento: 14/08/2027
- III- ITAÚ UNIBANCO S.A. (60.701.190/0001-04) Vencimento: 31/10/2025
- IV- BANCO BRADESCO S.A. (60.746.948/0001-12) Vencimento: 16/11/2025

- V- BRAM - BRADESCO ASSET MANAGEMENT S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁ (62.375.134/0001-44) Vencimento: 16/11/2025
- VI- BAHIA AM RENDA VARIÁVEL LTDA (13.143.849/0001-66) Vencimento: 19/01/2026
- VII- CAIXA DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A. (42.040.639/0001-40) Vencimento: 19/01/2026
- VIII- RIO BRAVO INVESTIMENTOS LTDA (03.864.607/0001-08) Vencimento: 19/01/2026
- IX- CONSTÂNCIA INVESTIMENTOS (10.626.543/0001-72) Vencimento: 15/03/2026
- X- BEM - DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA. (00.066.670/0001-00) Vencimento: 15/03/2026
- XI- BANCO BNP PARIBAS BRASIL S.A. (01.522.368/0001-82) Vencimento: 15/03/2026
- XII- XP VISTA ASSET MANAGEMENT LTDA. (16.789.525/0001-98) Vencimento: 15/03/2026
- XIII- 4UM GESTÃO DE RECURSOS LTDA (03.983.856/0001-12) Vencimento: 17/05/2026
- XIV- BB GESTÃO DE RECURSOS DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A. (30.822.936/0001-69) Vencimento: 17/05/2026
- XV- CAIXA ECONÔMICA FEDERAL (00.360.305/0001-04) Vencimento: 17/05/2026
- XVI- XP ALLOCATION ASSET MANAGEMENT LTDA (37.918.829/0001-98) Vencimento: 14/06/2026
- XVII- BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A. (07.237.373/0001-20) Vencimento: 14/06/2026
- XVIII- SCHRODER INVESTMENT MANAGEMENT BRASIL LTDA. (92.886.662/0001-29) Vencimento: 14/06/2026
- XIX- MONGERAL AEGON INVESTIMENTOS LTDA (16.500.294/0001-80) Vencimento: 14/06/2026
- XX- SANTANDER CACEIS BRASIL DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A (62.318.407/0001-19) Vencimento: 12/08/2026
- XXI- SOMMA INVESTIMENTOS S.A (05.563.299/0001-06) Vencimento: 12/08/2026
- XXII- BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. (90.400.888/0001-42) Vencimento: 12/08/2026
- XXIII- SANTANDER BRASIL GESTÃO DE RECURSOS LTDA (10.231.177/0001-52) Vencimento: 12/08/2026
- XXIV- FINACAP INVESTIMENTOS LTDA. (01.294.929/0001-33) Vencimento 02/04/2027
- XXV- BTG PACTUAL SERVIÇOS FINANCEIROS S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS (59.281.253/0001-23) Vencimento 14/08/2027
- XXVI- BTG PACTUAL GESTORA DE RECURSOS LTDA (09.631.542/0001-37 Vencimento 14/08/2027
- XXVII- MONGERAL AEGON RENDA VARIÁVEL LTDA (37.95.213/0001-00) Vencimento 01/09/2027

17.2 Cadastramento de Distribuidores e Agentes Autônomos

- I- PRIVATIZA AGENTES AUTÔNOMOS DE INVESTIMENTOS SS (00.840.515/0001-08)
Vencimento: 18/09/2027
- II- PERFORME AGENTE AUTÔNOMO DE INVESTIMENTOS EIRELI (10.819.611/0001-10)
Data de Atualização: 17/05/2026
- III- XP INVESTIMENTOS CORRETORA DE CâMBIO, TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S/A (02.332.886/0001-04) Data de Atualização: 02/04/2027
- IV- ATINA - AGENTES AUTÔNOMOS DE INVESTIMENTOS (40.171.197/0001-46) Vencimento: 18/19/2027

Todos as Instituições Financeiras Credenciadas no IPSEMC estão contidas no site do IPSEMC (www.ipsemc.pb.gov.br) e pode ser acessada no seguinte endereço eletrônico <http://www.ipsemc.pb.gov.br/pg16/laudocredenciamento.aspx> com os respectivas formulários e datas de credenciamento. As que têm seu credenciamento desatualizado foram notificadas a proceder à regularização.

17.3 Carteira Anual Consolidada / Dezembro de 2025 (Salos conciliados fundos de investimentos em bancos) / Enquadramento

O Quadro abaixo apresenta a relação de fundos de investimentos do IPSEMC ao longo de 2025, indicando que todos estão devidamente enquadrados nas normas legais. Os valores são referentes a Dezembro de 2025. Ainda são indicados a liquidez, saldo, participação na carteira do instituto cotistas e enquadramentos.

A Carteira de Investimentos do IPSEMC tem o seguinte Enquadramento anual no mês de dezembro/2025:

Produto / Fundo	Disponibilidade Resgate	Carência	Enquadramento
BB IMA-B 5 RESP LIMITADA FIF CIC RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO LP	D+1	Não há	Artigo 7º, Inciso I, Alínea b
BB IRF-M 1 TÍTULOS PÚBLICOS RESP LIMITADA FIF CIC RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	D+0	Não há	Artigo 7º, Inciso I, Alínea b
BB TÍTULOS PÚBLICOS VÉRTICE 2027 RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	D+0	15/05/2027	Artigo 7º, Inciso I, Alínea b
BNB IMA-B RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA	D+1	Não há	Artigo 7º, Inciso I, Alínea b
CAIXA BRASIL GESTÃO ESTRATÉGICA RESP LIMITADA FIF CIC RENDA FIXA	D+0	Não há	Artigo 7º, Inciso I, Alínea b
CAIXA BRASIL IDKA IPCA 2A TÍTULOS PÚBLICOS RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA LP	D+0	Não há	Artigo 7º, Inciso I, Alínea b
CAIXA BRASIL IMA GERAL TÍTULOS PÚBLICOS RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA LP	D+0	Não há	Artigo 7º, Inciso I, Alínea b
CAIXA BRASIL IRF-M 1 TÍTULOS PÚBLICOS RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA	D+0	Não há	Artigo 7º, Inciso I, Alínea b
ITAÚ INSTITUCIONAL ALOCAÇÃO DINÂMICA RESP LIMITADA FIF CIC RENDA FIXA	D+1	Não há	Artigo 7º, Inciso I, Alínea b
BB ALOCAÇÃO ATIVA RETORNO TOTAL RESP LIMITADA FIF CIC RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	D+3	Não há	Artigo 7º, Inciso III, Alínea a
BB IMA-B RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	D+1	Não há	Artigo 7º, Inciso III, Alínea a
BRASECO INSTITUCIONAL IMA-GERAL RESP LIMITADA FIF CIC RENDA FIXA	D+1	Não há	Artigo 7º, Inciso III, Alínea a
CAIXA BRASIL RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA RE-	D+0	Não há	Artigo 7º, Inciso III, Alínea a

FERENCIADO DI LP			
SANTANDER INSTITUCIONAL PREMIUM RESP LIMITADA FIF CIC RENDA FIXA REFERENCIADO DI	D+0	Não há	Artigo 7º, Inciso III, Alínea a
SANTANDER CRESCIMENTO INSTITUCIONAL RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA CRÉDITO PRIVADO LP	D+1	Não há	Artigo 7º, Inciso V, Alínea b
SOMMA TORINO RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA CRÉDITO PRIVADO LP	D+1 du	Não há	Artigo 7º, Inciso V, Alínea b
4UM SMALL CAPS RESP LIMITADA FIF AÇÕES	D+20 du	Não há	Artigo 8º, Inciso I
AZ QUEST SMALL MID CAPS INSTITUCIONAL RESP LIMITADA FIF CIC AÇÕES	D+29	Não há	Artigo 8º, Inciso I
AZ QUEST SMALL MID CAPS RESP LIMITADA FIF CIC AÇÕES	D+30	Não há	Artigo 8º, Inciso I
BAHIA AM VALUATION RESP LIMITADA FIF CIC AÇÕES	D+4 ou D+33	Não há	Artigo 8º, Inciso I
BB VALOR RESP LIMITADA FIF CIC AÇÕES	D+33	Não há	Artigo 8º, Inciso I
BNB SELEÇÃO RESP LIMITADA FIF AÇÕES	D+4	Não há	Artigo 8º, Inciso I
CONSTÂNCIA FUNDAMENTO FIF	D+15	Não há	Artigo 8º, Inciso I
FINACAP MAURITSSTAD RESP LIMITADA FIF AÇÕES	D+3	Não há	Artigo 8º, Inciso I
ITAÚ DUNAMIS RESP LIMITADA FIF CIC AÇÕES	D+24	Não há	Artigo 8º, Inciso I
MAG SELECTION RESP LIMITADA FIF AÇÕES	D+3 du	Não há	Artigo 8º, Inciso I
AXA WF FRAMLINGTON DIGITAL ECONOMY ADVISORY INVESTIMENTO NO EXTERIOR RESP LIMITADA FIF CIC AÇÕES	D+6 du	Não há	Artigo 9º, Inciso II
MAG GLOBAL EQUITY RESP LIMITADA FIF CIC MULTIMERCADO	D+4 du	Não há	Artigo 9º, Inciso II
SCHRODER SUSTENTABILIDADE AÇÕES GLOBAIS USD IS INVESTIMENTO NO EXTERIOR RESP LIMITADA FIF CIC AÇÕES	D+4 du	Não há	Artigo 9º, Inciso II
4UM BDR RESP LIMITADA FIF AÇÕES	D+19 du	Não há	Artigo 9º, Inciso III
CAIXA ALOCAÇÃO MACRO RESP LIMITADA FIF CIC MULTIMERCADO LP	D+4	Não há	Artigo 10º, Inciso I
CAIXA JUROS E MOEDAS RESP LIMITADA FIF CIC MULTIMERCADO LP	D+0	Não há	Artigo 10º, Inciso I
RIO BRAVO PROTEÇÃO PORTFÓLIO II RESP LIMITADA FIF MULTIMERCADO	D+3 du	Não há	Artigo 10º, Inciso I
RIO BRAVO PROTEÇÃO RESP LIMITADA FIF MULTIMERCADO	D+3 du	Não há	Artigo 10º, Inciso I

Tabela 12: Carteira anual consolidada até dezembro de 2025

Estão expressos acima todos os fundos de investimentos do IPSEMC, ativos em dezembro de 2025.

17.4 Estratégias de Alocação e a Política Anual de Investimentos 2025

A Estratégia de Alocação no âmbito do IPSEMC está disposta na Política Anual de Investimentos – PAI/2025, que traçou o caminho a ser seguido durante o exercício, sem desconsiderar as necessidades de ajustes, se for o caso, porque se trata de um plano estratégico de investimentos formatado dentro da legislação que rege e disciplina a matéria.

Diante do exposto e conforme informações colhidas no fechamento do ano no mês de dezembro/2025, verifica-se que os percentuais de investimentos por enquadramento, não ultrapassaram a estratégia de alocação definidos na Política Anual de Investimentos em vigor. Acostamos informações sobre o Comitê de Investimentos nos Anexos da Portaria TC nº 201/2019.

Apresenta-se neste ato, o quadro extraído da Política de Investimentos 2025 com a estratégia definida.

Artigos - Renda Fixa	Resolução % Pró Gestão - Nível 3	Carteira \$	Carteira %	Estratégia de Alocação - Limite - 2025			GAP Superior
				Inferior %	Alvo %	Superior %	
Artigo 7º, Inciso I, Alínea a	100,00%	0,00	0,00%	0,00%	10,00%	30,00%	131.558.425,36
Artigo 7º, Inciso I, Alínea b	100,00%	239.407.623,94	54,59%	30,00%	33,50%	75,00%	89.488.439,45
Artigo 7º, Inciso III, Alínea a	75,00%	74.606.232,49	17,01%	7,00%	10,00%	20,00%	13.099.384,41
Artigo 7º, Inciso III, Alínea b	75,00%	0,00	0,00%	0,00%	0,00%	20,00%	87.705.616,90
Artigo 7º, Inciso IV	20,00%	0,00	0,00%	0,00%	5,00%	20,00%	87.705.616,90
Artigo 7º, Inciso V, Alínea a	15,00%	0,00	0,00%	0,00%	0,00%	15,00%	65.779.212,68
Artigo 7º, Inciso V, Alínea b	15,00%	7.511.879,32	1,71%	1,00%	1,50%	15,00%	58.267.333,36
Total Renda Fixa	100,00%	321.525.735,75	73,32%	38,00%	60,00%	195,00%	

Artigos - Renda Variável Estruturado - Fundo Imobiliário	Resolução % Pró Gestão - Nível 3	Carteira \$	Carteira %	Estratégia de Alocação - Limite - 2025			GAP Superior
				Inferior %	Alvo %	Superior %	
Artigo 8º, Inciso I	45,00%	72.727.793,41	16,58%	12,00%	15,00%	45,00%	124.609.844,62
Artigo 8º, Inciso II	45,00%	0,00	0,00%	0,00%	0,00%	45,00%	197.337.638,03
Artigo 10º, Inciso I	15,00%	35.525.676,96	8,10%	5,00%	7,00%	10,00%	8.327.131,49
Artigo 10º, Inciso II	10,00%	0,00	0,00%	0,00%	2,00%	10,00%	43.852.808,45
Artigo 10º, Inciso III	10,00%	0,00	0,00%	0,00%	4,00%	5,00%	21.926.404,23
Artigo 11º	15,00%	0,00	0,00%	0,00%	4,00%	5,00%	21.926.404,23
Total Renda Variável / Estruturado / Fundo Imobiliário	50,00%	108.253.470,37	24,69%	17,00%	32,00%	120,00%	

Artigos Exterior	Resolução % Pró Gestão - Nível 3	Carteira \$	Carteira %	Estratégia de Alocação - Limite - 2025			GAP Superior
				Inferior %	Alvo %	Superior %	
Artigo 9º, Inciso I	10,00%	0,00	0,00%	0,00%	0,00%	10,00%	43.852.808,45
Artigo 9º, Inciso II	10,00%	7.128.501,42	1,63%	1,50%	4,00%	10,00%	36.724.307,03
Artigo 9º, Inciso III	10,00%	1.620.376,98	0,37%	0,25%	4,00%	10,00%	42.232.431,47
Total Exterior	10,00%	8.748.878,40	2,00%	1,75%	8,00%	30,00%	

Os limites respeitam as condições previstas na Resolução 4.695/18 em seus Artigo 7º § 10º e Artigo 8º § 10º para RPPS Certificado pelo Pró-Gestão.

17.5 Composição dos Investimentos

A Carteira de Investimentos do IPSEMC está composta da seguinte forma em consonância com as normas legais pertinentes e com a PAI/2025:

Sub-segmento	Valor	%	Característica
GESTÃO DURATION	73.931.236,09	16,86%	GESTÃO DURATION - R\$ 73.931.236,09 - 16,8590%
CRÉDITO PRIVADO	7.511.879,32	1,71%	CRÉDITO PRIVADO - R\$ 7.511.879,32 - 1,7130%
IMA-GERAL	41.425.064,99	9,45%	LONGO PRAZO - R\$ 51.619.430,38 - 11,7711%
IMA-B	10.194.365,39	2,32%	
IMA-B 5	25.436.607,61	5,80%	MÉDIO PRAZO - R\$ 74.187.998,15 - 16,9175%
IDKA IPCA 2º	43.276.316,72	9,87%	
VÉRTICE MÉDIO	5.475.073,82	1,25%	
IRF-M 1	85.063.827,13	19,40%	CURTO PRAZO - R\$ 114.275.191,81 - 26,0588%
CDI	29.211.364,68	6,66%	
AÇÕES - SMALL / MID CAPS	17.635.426,79	4,02%	AÇÕES - R\$ 72.727.793,41 - 16,5845%
AÇÕES - ÍNDICE ATIVO	3.586.257,09	0,82%	
AÇÕES - LIVRES	28.753.466,90	6,56%	
AÇÕES - VALOR	22.752.642,63	5,19%	
MULTIMERCADO - CONSERVADOR	12.016.568,08	2,74%	MULTIMERCADO - R\$ 35.525.676,96 - 8,1011%
MULTIMERCADO - MACRO	15.153.221,08	3,46%	
MULTIMERCADO - OUTROS	8.355.887,80	1,91%	
AÇÕES - EXTERIOR	6.322.929,31	1,44%	EXTERIOR - R\$ 8.748.878,40 - 1,9951%
INVESTIMENTO NO EXTERIOR	805.572,11	0,18%	
BDR NÍVEL I	1.620.376,98	0,37%	

Tabela 15: Composição dos investimentos

17.6 Receitas de Investimentos

As receitas de investimentos estão descritas conforme quadro a seguir especificado:

Investimentos	Valor	%	Mês anterior	Variação
Renda Fixa	321.525.735,75	73,32%	316.137.711,32	5.388.024,43
Renda Variável	108.253.470,37	24,69%	108.358.373,94	-104.903,57
Invest. Exterior	8.748.878,40	2,00%	8.576.163,25	172.715,15
Total	438.528.084,52	100,00%	433.072.248,51	5.455.836,01

Tabela 16: Receitas dos investimentos

17.7 Rentabilidade

A rentabilidade de um investimento é sempre um fator de preocupação quando administramos recursos de terceiros e, principalmente recursos previdenciários, ainda mais quando se vivencia um ambiente desfavorável, altamente complexo, razão porque somos obrigados a viver em um nível de estresse muito elevado em constante trabalho, pesquisa, estudo sobre a melhor forma de alocar o capital na montagem de uma carteira cuja gestão seja ativa a assim evitar certos riscos de perdas muito embora não consigamos na sua totalidade devido as variáveis externas sobre as quais não temos controle. É obvio que na adversidade surgem oportunidades interessantes com estratégias inovadoras, por exemplo, alcance da meta sobre certa proteção, porém temos a responsabilidade de administrar a fim de garantir o pagamento dos benefícios em tempo real.

A rentabilidade está descrita no quadro a seguir:

Mês	Renda Fixa	Renda Variável	Invest. Exterior	Rentabilidade	Retorno Acumulado	Meta Atuarial	GAP Acumulado
Janeiro	1,46%	3,02%	0,89%	1,83%	1,83%	0,60%	302,46%
Fevereiro	0,81%	-2,25%	-3,02%	-0,03%	1,80%	1,72%	77,13%
Março	0,85%	3,14%	-7,96%	1,21%	3,03%	0,95%	92,20%
Abril	1,49%	4,46%	2,79%	2,23%	5,34%	0,83%	128,17%
Mai	0,94%	2,38%	7,85%	1,42%	6,84%	0,68%	140,21%
Junho	0,89%	1,23%	1,94%	1,00%	7,90%	0,64%	142,37%
Julho	0,82%	-3,73%	2,03%	-0,29%	7,59%	0,72%	120,10%
Agosto	1,23%	5,02%	0,18%	2,12%	9,87%	0,31%	148,46%
Setembro	0,98%	2,64%	1,80%	1,44%	11,45%	0,93%	149,92%
Outubro	1,22%	1,42%	1,97%	1,29%	12,88%	0,55%	156,49%
Novembro	1,19%	5,25%	-3,94%	2,07%	15,22%	0,56%	172,18%
Dezembro	0,89%	-0,10%	2,01%	0,67%	15,99%	0,78%	165,12%

Tabela 17: Rentabilidade

17.8 Índices / Indicadores

Os Indicadores/Benchmark formam um conjunto de índices nos investimentos que são usados para referenciar um fundo de investimentos e também são relevantes como ferramenta para acompanhamento e comparação de rendimentos de investimentos, que subsidiam as tomadas de decisões.

Mês	CDI	Small	IDKA (2anos)	Ibovespa	IPCA	IMA-B	Meta atuarial	Meta reali- zada
Janeiro	1,01%	6,11%	2,06%	4,86%	0,16%	1,07%	0,60%	1,83%
Fevereiro	0,99%	-3,87%	0,61%	-2,64%	1,31%	0,50%	1,72%	-0,03%
Março	0,96%	6,73%	0,41%	6,08%	0,55%	1,84%	0,95%	1,21%
Abril	1,06%	8,47%	1,90%	3,69%	0,43%	2,09%	0,83%	2,23%
Maio	1,14%	5,94%	0,53%	1,45%	0,26%	1,70%	0,68%	1,42%
Junho	1,10%	1,04%	0,25%	1,33%	0,24%	1,30%	0,64%	1,00%
Julho	1,28%	-6,36%	0,59%	-4,17%	0,26%	-0,79%	0,72%	-0,29%
Agosto	1,16%	5,86%	1,38%	6,28%	-0,11%	0,84%	0,31%	2,12%
Setembro	1,22%	1,58%	0,48%	3,40%	0,48%	0,54%	0,93%	1,44%
Outubro	1,28%	0,43%	1,13%	2,26%	0,09%	1,05%	0,55%	1,29%
Novembro	1,05%	6,03%	0,94%	6,37%	0,18%	2,04%	0,56%	2,07%
Dezembro	1,22%	-3,58%	1,15%	1,29%	0,33%	0,31%	0,78%	0,67%

Tabela 18: Índices / Indicadores

17.9 Resgate e Aplicações

Durante o ano de 2025 foram realizadas as movimentações contidas nas APRs para efetuar os pagamentos dos segurados: aposentados, pensionistas, pessoal ativo do instituto e demais obrigações da gestão previdenciária.

Ativos Renda Fixa	Aplicações	Resgates	Saldo Atual
SANTANDER INSTITUCIONAL PREMIUM RESP LIMITADA FIF CIC R...	2.431.540,32	0,00	27.522.271,30
BB IRF-M 1 TÍTULOS PÚBLICOS RESP LIMITADA FIF CIC RENDA...	0,00	4.000,00	53.903.255,20
CAIXA BRASIL IRF-M 1 TÍTULOS PÚBLICOS RESP LIMITADA FIF...	160.466,85	172.000,00	31.160.571,93
CAIXA BRASIL GESTÃO ESTRATÉGICA RESP LIMITADA FIF CIC R...	0,00	80.000,00	52.665.133,55
BB ALOCAÇÃO ATIVA RETORNO TOTAL RESP LIMITADA FIF CIC R...	213.881,71	0,00	17.645.045,44

Ressalta-se ainda que as movimentações são minuciosamente detalhadas, por data, fundo e tipo de movimentação, por meio do Formulário legal denominado de: “Autorizações de Aplicação e Resgate – APR” dispostas no Portal do Instituto: [www.ipsemc.pb.gov.br](http://www.ipsemc.pb.gov.br/pg16/aprs.aspx) no Link: <http://www.ipsemc.pb.gov.br/pg16/aprs.aspx>

Informa-se, ainda, que as APRs estão também registradas no Sistema de Informações dos Regimes Públicos de Previdência Social do Ministério da Economia – ME / SPREV, onde estão disponibilizados os Demonstrativos de Aplicações e Investimentos dos Recursos – DAIR-CADPREV.

17.10 Amostragem da evolução das reservas previdenciárias até dezembro/2025 após conciliação bancária final

Evolução do Patrimônio Líquido por Exercício Financeiro

Exercício	Valores em R\$
2004	3.801.369,64
2005	7.720.398,27
2006	11.527.806,89
2007	16.805.964,94
2008	23.385.589,23
2009	27.684.164,86
2010	32.706.883,52
2011	42.132.348,13
2012	49.970.428,76
2013	61.002.778,13
2014	77.548.201,39
2015	98.804.535,88
2016	124.144.697,33
2017	148.882.898,58
2018	171.450.533,98
2019	202.381.695,29
2020	225.504.466,40
2021	235.843.274,51
2022	266.555.840,89
2023	329.331.116,93
2024	364.025.759,33
2025	440.058.318,30



Amostragem Gráfica da Evolução do Patrimônio

Tabela 20: Evolução do patrimônio líquido por exercício financeiro

18 CONTROLE DA TAXA DE ADMINISTRAÇÃO – DE 2005 A 2025

TAXA DE ADMINISTRAÇÃO 2%				ECONOMIA Aproximada (%)
ANO	LIMITE DA (2%)	DESPESAS	ECONOMIA	
2005	269.666,24	191.649,45	78.016,79	28,93%
2006	392.697,33	367.144,28	25.553,05	6,51%
2007	498.297,24	256.642,62	241.654,62	48,50%
2008	579.837,61	284.976,96	294.860,65	50,85%
2009	664.423,69	551.451,66	112.972,03	17,00%
2010	677.320,73	465.990,37	211.330,36	31,20%
2011	726.010,90	531.114,12	194.866,78	26,84%
2012	766.998,08	640.645,14	126.352,94	16,47%
2013	861.000,95	759.327,88	101.673,07	11,81%
2014	1.137.183,81	912.928,63	224.255,18	16,16%
2015	1.374.351,75	1.005.561,01	368.790,74	23,83%
2016	1.646.041,27	1.109.860,99	536.180,87	32,57%
2017	1.718.086,37	1.330.472,56	387.613,81	23%
2018	1.799.209,98	1.402.676,61	396.533,37	22,04%
2019	1.876.394,05	1.258.126,94	618.267,11	32,95%
2020	1.958.586,23	1.520.927,20	437.614,03	22,05%
2021	1.812.461,56	1.655.282,27	157.179,29	8,67%
2022	2.343.128,38	2.237.059,31	106.069,07	4,52%
2023	3.145.387,40	2.178.312,53	967.074,87	0,30%
2024	3.240.387,37	2.149.014,87	1.091.372,50	33,68%
2025	4. 653.220,54	2.934.594,29	1.718.626,25	36,93%



19 GESTÃO DOS DOCUMENTOS DO IPSEMC

Durante o exercício de 2025, continuamos avançando na implementação do RPPS Digital, podendo atender melhor o que preconiza o Manual de Gestão Previdenciária – Volume V Arquivo Institucional de forma mais eficiente porque com a transformação dos processos e demais documentos para procedimentos eletrônicos a economia de trabalho, tempo e papel é muito relevante.

A Comissão de Descarte vem atuando efetivamente possibilitando melhor organização e consequente otimização do setor e tudo isso registrado em reuniões que dão destino aos documentos existente no Arquivo.

Na tabela a seguir evidenciou-se alguns quantitativos, destacando-se um resumo das atividades do SETARQ.

19.1 Ações do SETARQ em 2025

Acórdãos de aposentados e pensionistas inseridos no sistema.	65
Adequações de processos de aposentadorias de acordo com a Tabela de Temporalidade	45
Alertas de Defesas de Acompanhamento de Gestão Inseridos no Sistema	01
Alertas de Defesas de Processos de Aposentadorias e Pensões inseridos no Sistema	28
Digitalizações de Notas Fiscais para informação ao TCE	12
Desarquivamento de processos de aposentadorias e pensões destinados a Secretária de Administração.	15
Desarquivamento de processos de aposentadoria e pensão destinados ao usuário.	30
Desarquivamento de Portarias – Documentos pessoais de aposentados e pensionistas para realização do censo previdenciário	80
Envio de processos para compensação previdenciária - COMPREV	65
Fragmentação de Xerox duplicadas que foram retirados dos prontuários de servidores. (Cada Lote corresponde em média a 300 folhas)	10 Lotes
Inserção de Processos Físicos de Aposentadorias no Sistema	45
Inserção de Processos Físicos de Pensões no Sistema	30
Informações trimestrais de notificações do TCE/PB ao IPSEMC.	Via Link
Laudos Médicos inseridos no Sistema	10
Pesquisa no site do TCE em busca de notificações referentes ao Ipsemc	205
Pesquisa no site da Prefeitura em busca de leis e decretos	205
Processos de Aposentadorias	38
Processos de Pensões	09
Prestação de Contas	01
Protocolos criados no sistema de processos	262
Protocolos Finalizados no Sistema	135
Prontuário de servidores digitalizados e inclusos no sistema	56

Tabela 23: Ações SETARQ 2025

Para o ano de 2026 adentramos com o objetivo de, para além do arquivo físico, completar o arquivo digital e, estamos aguardando a reforma do prédio-sede terminar para podermos organizar o espaço destinado ao arquivo físico existente por meio da aquisição de **Mobiliários** para melhor guarda dos documentos.

20 GESTÃO DE PROCESSAMENTO DE DADOS / TI/CPSI

21.1 PARQUE TECNOLÓGICO

O Ipsemc possui 10 (dez) computadores (notebooks) próprios em uso adquiridos por processo licitatório, dentro dos trâmites legais: 1 – Gabinete da Presidência; 2 – Assessoria de Informática; 3 – Diretoria de Gestão de Investimentos; 4 – Diretoria Administrativa-Financeira; 5 – Chefia do Setor de Processos; 6 – Diretoria de Atuária; 7 – Diretoria de Benefícios; 8 – Controle Interno; 9 – Coordenação Administrativa; e 10 – Assessoria Jurídica. *Os referidos computadores estão dentro dos padrões de segurança e funcionando normalmente.*

Computadores locados: 07 (sete), distribuídos nos seguintes setores: 02 na Recepção, 01 no setor de Arquivo, 01 na Diretoria de Benefícios, 01 no setor de Processamento de Dados, 01 na Ouvidoria e 01 na Coordenação de Recursos Humanos.

21.2 MANUAL DE POLÍTICA DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

Situação: está em vias de atualização do texto e procedimentos normativos.

21.3 GESTÃO DOCUMENTAL

- **Novo sistema de gestão documental:** O Ipsemc continua buscando soluções por meio de estudos e também licitação de novo sistema para substituir o Sistema de Gestão Integrada da Publicsoft para atender às necessidades de gestão documental do instituto.
- **O sistema 1Doc foi disponibilizado** para os servidores e conselheiros do Ipsemc;
- **O sistema da Publicsoft continua em uso.**

21.4 SISTEMA PARA PROVA DE VIDA

3PREV - Sistema para Prova de Vida: online, já está em execução, permitindo aos segurados do instituto realizar a prova de vida online sem necessidade de deslocamento ao Ipsemc, atendendo uma demanda atual da gestão, usuários e servidores.

21.5 BACKUP

Sistema de backup temporário: A CPSI utiliza um sistema de backup temporário baseado em dois HDs externos para a massa documental do Ipsemc. Documentos novos desde 2021 têm backup automático, incluindo e-mails, portal, aplicativos do governo e instituições bancárias.

21.6 ATUALIZAÇÃO DE PORTAL E REDES SOCIAIS:

Manutenção Contínua: Redes sociais (Facebook, YouTube e Instagram), Portal corporativo e blog de Educação Previdenciária são continuamente atualizados com notícias, avisos, galeria de imagens, eventos, reuniões e documentos obrigatórios.

IMPORTANTE: é necessário retirar todos os logotipos do Twitter de documentos ainda produzidos com o tal logotipo, especialmente no selo corporativo.

21.7 AMEAÇAS E VULNERABILIDADES

Os principais eventos de segurança registrados no período foram envio de mensagens de fraudes financeiras etc. para os e-mails corporativos e envios não-solicitados. As recomendações, avisos e notificações sobre fraudes de modo geral continuam sendo enviadas por e-mail e via WhatsApp.

Atualmente foi constatada a necessidade de informar, esclarecer e conscientizar sobre as fraudes altamente realistas feitas por meio de inteligência artificial que simulam fielmente o rosto e a voz de pessoas conhecidas, inclusive por meio de vídeos altamente convincentes. Os setores de Presidência, Recursos Humanos, CCI/Atividades Integrativas, Recepção e Segurança da Informação têm procurado compartilhar e conscientizar os usuários e servidores sobre questões de segurança no meio digital e online. Bem como a Presidência tem inserido em seu planejamento questões de segurança e educação financeira para questionamento e debate público.

21.8 FRAUDES E INFORMAÇÕES GERAIS

Guias Rápidos: Desde 2022, o SPD atualiza o setor de recepção e também o setor de Atividades Integrativas com guias rápidos de segurança digital, além de atender demandas presenciais e telefônicas. Informações sobre segurança e fraudes continuam sendo compartilhadas via WhatsApp, portal e redes sociais corporativas do Ipsemc. Além de ser tema dos eventos previdenciários promovidos pelo Ipsemc.

21.9 PADRONIZAÇÃO

- Formatos e Diagramas:** O SPD continua padronizando e formatando periódicos, calendários, livros, manuais, cartilhas e outras publicações digitais e impressas do Ipsemc conforme necessário.
- Mapeamentos e documentos correlatos do Planejamento Estratégico** foram construídos pelo setor de Controle Interno por meio de dados de todos os setores que produzem documentos no Ipsemc.
- Atualização:** O Ipsemc utiliza, em seus documentos e mídias sociais, o logotipo institucional do Ipsemc, o selo oficial de Certificação do Pró-Gestão disponibilizado pelo Ministério da Previdência Social e, opcionalmente, o logotipo da Totum. Este último é utilizado, em alguns casos, para indicar que os profissionais do Ipsemc, cuja certificação é exigida pelo Pró-Gestão, alcançaram tal certificação.
- Foi concluída a padronização das assinaturas com logotipo oficial da Certificação Profissional** nos seguintes arquivos: documentos do Gapre; portarias da Dirben; portarias do setor jurídico; documentos do Controle Interno; POI; Condprev; COI e Confiprev.

21.10 LGPD E QUESTÕES DE PRIVACIDADE

- Consultoria Jurídica:** O Ipsemc consulta regularmente a Assessoria Jurídica para garantir conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).
- Termos de Uso e Política de Privacidade do Portal:** atualizadas, conforme legislação pertinente.

21.11 EDUCAÇÃO PREVIDENCIÁRIA

Cartilha de Educação Financeira: em vias de finalização
Atualizações:

- Portal de Educação Previdenciária continua com atualização semanal, divulgando matérias sobre atividades desenvolvidas, eventos, viagens, campanhas de conscientização, matérias sobre qualidade de vida, questões de saúde, terceira idade, qualificação dos servidores, atos de gestão correlatos, dentre outros temas, dentro do preconizado no Manual do Pró Gestão versão 2025.
- Periodicamente, por conta da Política de Práticas Sustentáveis do Ipsemc, são retratados temas ligados a práticas sustentáveis: datas de importância ecológica, ações de conscientização sobre uso de recursos e práticas recomendadas; ações da gestão do instituto e do município; dentre outros;

- c) Plano de capacitação dos gestores, servidores e membros de Conselhos e Comitê de Investimentos: definido pela Presidência juntamente com Diretoria Executiva e Recursos Humanos, dentro dos padrões definidos no Pró-Gestão.

21.12 AGENDA E DATAS ESPECIAIS

Criação de Conteúdo: O SPD elabora artes e textos para capas de redes sociais, stories temporários, matérias e informações sobre datas importantes, eventos e cursos.

21.13 SEGURANÇA DOS COMPUTADORES

- a) **Varredura Eletrônica:** A varredura é configurada para automática.
- b) **Acesso Digital:** Todos os setores possuem computadores com usuários administrador e convidado, conforme a Política de Segurança da Informação. Computadores são desligados ao final do expediente.
- c) **Controle de Acesso Físico:** Registro de visitantes com nome e CPF, monitoramento de câmeras de segurança e fechamento de salas no final do expediente.
- d) **Softwares de Segurança:** Uso de Windows Defender e práticas de navegação segura.
- e) **Privacidade:** A Assessoria Jurídica, SPD, Controle Interno e Dir. de Informática participam de eventos focados em Educação Previdenciária, abordando temas de privacidade e LGPD. Documentos e publicações adaptados para legislação sobre privacidade.

21.14 CARTILHA PREVIDENCIÁRIA

Disponibilidade: Sem alterações, disponível no portal.

21.15 PROJETO DE NOVO PORTAL

Projeto: O setor de Licitação está providenciando a contratação de um serviço de design do novo portal do Ipsemc, para se ajustar aos padrões atuais.

21.16 ASSINATURA DIGITAL DE DOCUMENTOS

Assinaturas digitais foram atualizadas em setembro com validade até dezembro de 2027, dentro do padrão ICP (Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira).

21.17 PESQUISA DE SATISFAÇÃO

A cada semestre é feito um relatório com os resultados das pesquisas de satisfação presencial e online, com resultados e gráficos de desempenho. O relatório abrange ainda as pesquisas de satisfação dos atendimentos feitos por meio do aplicativo do *WhatsApp*.

Os resultados são publicados no portal e nas redes sociais do Ipsemc e os resultados junto com o relatório são ainda enviados para a Presidência do Ipsemc, Controle Interno e Ouvidoria.

O SPD também auxilia na confecção do relatório e análise dos resultados conforme padrões da Ouvidoria do Ipsemc.

21.18 TRANSPARÊNCIA CORPORATIVA

Atualizados: Portal, Periódicos oficiais (POI), APRS, Demonstrativos de Investimentos, Relatórios de Controle Interno, Portal de transparência, CRP, Organograma, Política de Privacidade, Termos de uso, Notícias, Páginas e documentos dos conselhos e comitês, Cronograma de ações, Relatórios em geral, Manuais, Mapeamentos, Carta de Serviços e Campo de Gestão Atuarial.

Em análise: Legislação e Previpsemc.

21.19 PLANO DE RISCO

Definição: Plano de Risco definido e sem alterações.

21.20 INTERNET

Distribuição: Internet para público interno e externo é fornecida por diferentes prestadoras para evitar conflito de acessos e minimizar o uso de banda. Uso de rede cabeada deu mais estabilidade.

21.21 TRANSPARÊNCIA

- a) **Legislação:** Campo de legislação do Portal atualizado pela Chefia de Acompanhamento Processual e Assessoria de Informática.
- b) **Publicações:** Documentos, atos administrativos, legislação e informativos são revisados e atualizados periodicamente pela Assessoria de Informática e SPD.

21.22 ATUALIZAÇÕES DE SISTEMA OPERACIONAL E APLICATIVOS

- a) **Frequência de atualização:** Sistema e aplicativos previamente configurados para atualização e instalação automática ou autorizada pelo usuário.
- b) **Procedimentos:** Execução conforme o tempo disponível do usuário e as orientações recebidas da equipe de TI. As atualizações críticas são priorizadas.

21 ATIVIDADES / INFORMAÇÕES RELEVANTES DIVERSAS COMO ANEXOS

21.1 Controle da Dívida (em anexo)

Considerando a missão institucional do IPSEMC, suas crenças e valores foram definidos os objetivos financeiros e, para isso tem sido primordial manter tudo sob o devido controle, para que se possa agir de forma responsável, transparente e ética, porque lida com o futuro dos seus segurados que são o seu maior patrimônio.

Quando se controla, quando se age sob o espectro de disciplina, quando se executa de forma organizada, provavelmente, alcançam-se os objetivos. Sobretudo, quando operamos no âmbito de uma governança previdenciária com suas inúmeras complexidades, pois se trata de uma gestão de longo prazo, pois se necessita programar os benefícios concedidos e a conceder, como também promover o equilíbrio entre o ativo e o passivo de forma sustentável, na construção de uma poupança segura em mundo totalmente volátil e oscilante, com o fito de controlar, de alguma forma, os imprevistos.

21.2 Relatório de Procedimentos Licitatórios – Administrativos homologados no período de 01/01/2025 a 31/12/2025 (Resolução Normativa RN-TC nº 03/2010) – ANEXO no ART. 15, II, DA RN-TC 03//2010

21.3 Relação de Leis (Enviadas via Banco de Legislação do TCE/PB).

Encaminhadas por meio do “Banco de Legislação do TCE-PB) conforme Resolução Normativa RN TC Nº 06/2021, Art. 1º, II, “a” da Portaria TC nº 201/2019, sendo uma rotina que faz parte do processo administrativo e compreende a forma da organização operar de forma mais eficiente e produtiva. O intuito é garantir que as leis que ocasionaram alguma modificação no RPPS, seja localizada de forma prática para fins dos mais diversos processos organizacionais conforme o que foi planejado. Isso também permite a otimização da gestão.

21.4 Resumo dos Benefícios requeridos concedidos: Processos de Aposentadorias e Pensões em 2025 (Art. 1º, XXIV da Portaria TC Nº 201/2019) Tabela em ANEXO.

21.5 Quadro Demonstrativo da Composição da Diretoria da Unidade Gestora (em anexo)

Art. 1º, VII, da Portaria TC nº 043/2020. O IPSEMC segue a rotina estabelecida que faz parte do processo administrativo e compreende a forma da organização operar de forma mais eficiente e produtiva. O intuito é garantir um melhor controle dos colaboradores em suas respectivas funções institucionais. Isso também permite a otimização da gestão.

21.6 Certidão sobre Inquérito Administrativo (em anexo)

Art. 15, XII, da Resolução Normativa RN TC Nº 06/2021 - informações sobre Inquérito Administrativo é um procedimento de apuração que tem por objetivo determinar a autoria ou a existência de irregularidade praticada no serviço público que possa resultar na aplicação da penalidade de advertência, deve ser compreendido como instrumento de esclarecimento da verdade sobre os fatos.

21.7 Relação de Convênio Celebrados (em anexo)

Art. 15, IX, da Resolução Normativa RN TC Nº 06/2021. O IPSEMC só tem no momento os acordos firmados relacionados e encaminhados.

22 RESUMO DAS ATIVIDADES / DESAFIOS VENCIDOS E CONQUITAS OBTIDAS EM 2025

ORDEM	DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES	QUANTIDADE
1	Aposentadoria por tempo de contribuição	037
2	Aposentadoria por Incapacidade Permanente / Invalidez	003
3	Pensão Vitalícia por morte de Aposentado	004
4	Pensão Temporária por morte de Aposentado	001
5	Pensão Vitalícia por morte de Ativo	007
6	Pensão Temporária por morte de Aposentado	008
7	Benefícios cessados por morte	019
8	Benefícios Indeferidos	012
9	Certidões de Tempo de Contribuições expedidas (do início até a presente data)	222
10	Solicitações outras	066
11	Processos encaminhados ao TCE-PB para homologação da Corte	060
12	Processos de benefícios indeferidos	012
13	Portarias expedidas	089
14	Resoluções Normativas expedidas	001
15	Concessão de Margens Consignadas para a CEF	
16	Certidões de Tempo de Contribuições recebidas no ano	008
17	Declarações e ou Certidões outras expedidas	022
18	Ofícios expedidos	318
19	Memorando expedidos – Sistema Ipsemc	097
20	Memorando expedidos – Sistema 1DOC	055
21	Circulares expedidas – Sistema 1DOC	006
22	APRs expedidas	142
23	Notificações do TCE-PB respondidas	028
24	Despachos diversos realizados	845
25	Cartas de homenagem a aposentados	040
26	E-mails respondidos	251
27	Informações Gerais em atendimento ao cidadão - SERPRO	1.284
28	Mensagens via WhatsApp - SERPRO	777
29	Registro de Atendimento – Controle Acesso – SERPRO	378
30	Recadastramentos de Aposentados e Pensionistas realizados antes do grande censo - SERPRO	445
31	Recadastramentos Aposentados e Pensionistas por chamada de vídeo	018
32	Recadastramentos Aposentados e Pensionistas por visita domiciliar	012
33	Atendimento telefônico (fazer/receber) - SERPRO	173
34	Processos realizados – SERPRO	082
35	Memorando Expedidos – SERPRO	33
36	Ofícios expedidos – SERPRO	57
37	Processos de Outras Solicitações Indeferidas	012
38	Publicada a Cartilha Previdenciária – Reforma da Previdência	
39	Atualização para ajustes de todos os Manuais das dimensões / áreas do Ipsemc.	
40	Atualização para ajustes de todos os Mapeamentos das dimensões / áreas do Ipsemc	
41	Elaboração do Relatório de Prestação de Contas do CONDPREV	
42	Elaboração do Relatório de Prestação de Contas do CONFIPREV	

43	Elaboração do Relatório de Governança 1º Semestre	
44	Elaboração do Relatório de Governança 2º Semestre	
45	Elaboração do Plano Anual de Trabalho do CONDPREV	
46	Elaboração do Plano Anual de Trabalho do CONFIPREV	
47	Elaboração do Plano Anual de Trabalho do COI – Comitê de Investimentos	
48	Elaboração dos Relatórios Mensais de Acompanhamento dos Investimentos	
49	Elaboração dos Relatórios Anual de Investimentos	
50	Elaboração do Relatório Trimestral de Controle Interno	
51	Elaboração do Relatório Semestral do COCAB	
52	Elaboração do Relatório de Avaliação do Planejamento Estratégico 1º Semestre	
53	Elaboração do Relatório de Avaliação do Planejamento Estratégico 2º Semestre	
54	Manutenção do Portal do IPSEMC atualizada	
55	Controle de Bens Patrimoniais móveis, material de higiene e limpeza, consume e expediente atualizados.	
56	Realizadas seis (6) Reuniões Ordinárias do Conselho Deliberativo Municipal de Previdência – COND-PREV	
57	Ata da Reunião	006
58	Realizadas seis (8) Reuniões Extraordinárias do Conselho Deliberativo Municipal de Previdência – COND-PREV	
59	Ata da Reunião	001
60	Realizadas doze (12) Reuniões Ordinárias do Conselho Fiscal Municipal de Previdência – CONFIPREV	
61	Ata da Reunião	012
62	Realizadas seis (5) Reuniões Extraordinárias do Conselho Fiscal Municipal de Previdência – CONFIPREV	
63	Ata da Reunião	005
64	 Reunião inicial 2025 com a DIRBEN e TI (10/01/2025 alinhando processos, estratégias e sistemas na busca por resultados! A Previdência tem suas complexidades e necessita de aprimoramento todos dias, principalmente quando tratamos da concessão de benefícios.!	
65	Reunião com representante do Bradesco - (17/01) sobre a complexa dimensão investimentos. 	
66	 Ipsemc recebe visita da Sra. Thaís Côrtes - Gerente da CEF para assuntos institucionais.	

67	Visita da Equipe do RPPS de Macaíba-RN e Recife-Pe sobre governança previdenciária. 
68	 Mais uma reunião com o SPD e a Ouvidoria do Ipsemc alinhando procedimentos da governança e aplicando melhorias em prol do nosso RPPS.
69	ENTREGA DE ATOS DE APOSENTADORIA – O Ipsemc cumprindo sua missão.       
70	 Reunião com a Sec. de Pol. Públicas para Mulheres - um momento de estabelecimento de parceiras relevantes para com o PPA

71	PARTICIPAÇÃO EM EVENTO PROMOVIDO PELA ASPREVPB Evento de Acolhimento e de Boas-Vindas aos Nobres Gestores do RPPS/PB nesse novo tempo! 🚀 14 Data: 3 de Fevereiro de 2025 🕒 Horário: Das 9h às 13h 📍 Local: Auditório do SICREDI na Rua Professor Geraldo Von Sohsten - Jaguaribe, João Pessoa, PB (em frente ao Tribunal de Contas - TCE/PB - João Pessoa-PB. Tema: "Gestão com Propósito no RPPS: Juntos pelo Bem-Estar Social." 
72	 Reunião importante com os setores de TI e SEPTOD está estabelecendo estratégias que resultem em melhoria contínua.
73	Reunião com a DIRBEN e o SERPRO alinhando as estratégias no atendimento dos segurados, 
74	 1ª reunião de estratégia 2025 (31:1) um encontro focado nas principais ações que visam a melhoria contínua dos processos e atividades, para isso as partes interessadas precisam discutir, definir e refinar as metas e táticas gerais de nosso RPPS.
75	🌐 Dia Internacional da Internet Segura! 🛡️🌐 Com a inteligência artificial, fake news e golpes online se tornaram mais sofisticados, enganando até os mais atentos. Muitas pessoas ainda não sabem como se proteger de fraudes, perfis falsos e mensagens suspeitas. 📌 Com Dicas essenciais para segurança digital dos segurados 

76	 COI IPSEMC Realiza Reunião para Reavaliação do Estratégica da carteira
77	Mais Dicas de Segurança para os nossos segurados Fique atento às fraudes mais comuns e siga estas recomendações para proteger seu dinheiro e seus dispositivos: 
78	 🌸 8 de Março – Homenagem no Dia Internacional da Mulher 💜 Nem só de rosa vive a mulher. Seu universo é feito de todas as cores, de todas as lutas e de todas as
79	 O evento realizado hoje pelo CMDI - Conselho Municipal dos Direitos do Idoso em parceria com o Procon de Cabedelo, realizado na Casa dos Conselhos às 09h30, o encontro proporcionou orientações valiosas para a proteção dos consumidores, com dicas práticas e troca de experiências entre os participantes. 
80	 (18/03/2025) Reinício das aulas de Educação Física com profª Andréia Pereira. PPA – Programa Pós Aposentadoria

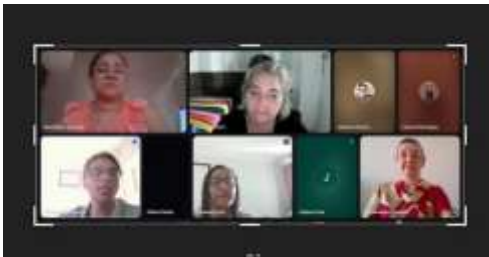
81	Fase de treinamento do novo sistema para realizar prova de vida online, dentre outros outros procedimentos. <u>#RPPS</u> <u>#progestao</u> <u>#censoprevidenciário</u> <u>#cabedelopb</u> <u>#provadevida</u> 
82	 Reunião estratégica aos (13/03) com a DE debatendo, reestruturando e estabelecendo o nosso plano de capacitação 2025 - dentro do PEP Programa de Educação Previdenciária continuada.
83	 REUNIÃO ESTRATÉGICA DA COMISSÃO MINISTERIAL DO PRÓ GESTÃO RPPS EM SALVADOR-BA Semana de trabalhos sob a batuta do Coordenador Dr. Daniel Belmiro e Dra. Márcia Paes, que a Comissão do Pró Gestão reuniu esforços, compromissos e trabalho na luta continua pelos nossos RPPS. Saber onde se quer chegar, prevenir riscos no RPPS e criar estratégias para o futuro são fatores imprescindíveis para quem busca soluções e conquistas. 
84	 Na manhã de (04/04), a professora Rachel Fonseca e seus alunos do curso de Medicina da Faculdade Afya apresentaram uma palestra sobre “Saúde Mental e Dor Crônica” para o grupo de atividades integrativas do IPSEMC/CCI – Programa PPA e destacaram a importância dos cuidados com a saúde mental e a dor crônica na terceira idade.
85	 INAUGURAÇÃO DA 2ª ETAPA DO PRÉDIO SEDE DO IPSEMC

86	RECOMENDAÇÕES AOS NOSSOS SEGURADOS. EDUCAÇÃO PRE-VIDENCIÁRIA. Novo vírus pode roubar seu dinheiro via Pix sem que você perceba! Um novo vírus, detectado pela Kaspersky e batizado de Brats. 
87	 DIA DO TRABALHO – IPSEMC - homenagem no dia 1º de Maio foi instituído internacionalmente como um marco em homenagem às lutas dos trabalhadores por melhores condições de vida, dignidade e justiça social.
88	(18/05) Reunião com a Comissão de Avaliação do Planejamento Estratégico do Ipsemc. 
89	 Na quarta, dia (30/4) tivemos a visita especial do nosso amado Prefeito @andre ao nosso Programa Pós Aposentadoria - PPA - grupo de “Melhor Idade”.
90	Reunião Ordinária do Conselho Deliberativo 
91	 Gestor do RPPS do Município de Ipojuca-PE realiza Visita Técnica Especial ao Ipsemc para Fortalecer Parcerias e Compartilhar Boas Práticas (8/5/2025).

92	PARTICIPAÇÃO NO 58 CONGRESSO NACIONAL DE PREVIDÊNCIA DA ABIPEM NA COORDENAÇÃO DE PAINEL / RECEBIMENTO DO PRÊMIO DE RESPONSABILIDADE PREVIDENCIÁRIA
93	10 ANOS DO PRÓ-GESTÃO RPPS - UM MOMENTO HISTÓRICO O Pró-Gestão RPPS tem se consolidado como uma referência de boas práticas para os Regimes Próprios de Previdência Social no Brasil. Lançado pelo Ministério da Previdência, o programa tem como objetivo fortalecer a governança e a qualidade da gestão dos RPPS, promovendo um modelo que priorize responsabilidade, transparência, controle e eficiência administrativa.
94	Rearruração do Arquivo Físico do Ipsemc com Foco em Organização e Preservação Documental Com o objetivo de aprimorar a gestão documental e garantir melhores condições de acesso e preservação dos registros institucionais, o Ipsemc promoveu importante ação sendo esta a 1ª fase referente a transferência do material para a nova sala para dar seguimento à rearruração do seu arquivo físico.
95	Reunião da Diretoria Executiva para Alinhar Estratégias de Governança
96	O Ipsemc recebe visita de representante da Lema Economia e Finanças
97	RPPS Realiza Reunião Extraordinária da Diretoria Executiva para Tratar de Assuntos Estratégicos da Gestão

98	O IPSEMC recebeu, nesta segunda-feira (26), os servidores da Secretaria de Administração, para uma apresentação sobre o sistema de gerenciamento digital de documentos – Unidoc, 
99	 Aposentados Transformam Habilidades em Arte e Integração Social em Programa de Pós-Aposentadoria
100	A Polícia Rodoviária Federal (PRF) e a Secretaria de Mobilidade de Cabedelo promoveu evento no Ipsemc sob a temática: “Desacelere. Seu bem maior é a vida”, as atividades de hoje foram aqui na sede do Ipsemc de forma que até o Grupo de Melhor Idade do Programa Pós Aposentadoria participou de uma atividade dirigida. 
101	 O Comitê de Investimentos Previdenciários e o Conselho Deliberativo Realizam Reunião para Avaliação de Estratégias e Cenário Econômico
102	O Ipsemc recebe visita técnica dos representantes do Banco do Nordeste – BNB. 
103	 A Diretoria Executiva Previdenciária realizou, nesta (12/5), reunião ordinária com o objetivo de discutir pautas estratégicas relacionadas à gestão do regime próprio de previdência social (RPPS).
104	Aos (12/5) o Ipsemc recebeu visita técnica dessa egrégia Equipe da CEF onde tratou-se assuntos relacionados aos nossos RPPS em geral, sempre buscando o que há de melhor no âmbito da governança previdenciária. 
105	 Prefeito de (Vera Mendes/Piauí] visitou o Ipsemc Cabedelo para conhecer modelo de gestão previdenciária do Município.

106	Visita técnica da Equipe do RPPS de Ceará Mirim- RN 
107	Manutenção do CERTIFICADO DE QUALIDADE NA GESTÃO PREVIDENCIÁRIA - PRÓ GESTÃO RPPS – Nível III 
108	Colaborando com o combate à Discriminação. 03 de Julho – Dia Nacional de Combate à Discriminação Racial Respeitar as pessoas, independentemente da cor da pele, origem ou qualquer característica pessoal, é obrigação legal e também dever de consciência. Ninguém é melhor do que ninguém por conta de cor. Respeitar é garantir que todas as pessoas tenham acesso aos seus direitos com dignidade. #03deJulho #rpps #DiaNacionalDeCombateADiscriminaçãoRacial #RacismoÉCrime #RespeitoÉLei #JustiçaSocial #EquidadeRacial #IPSEMC #ConsciênciaRacial #BrasilSemRacismo #DireitosHumanos #Censo2022 #PopulaçãoNegra #ServiçoPúblicoInclusivo 
109	Participação no Congresso Estadual de Previdência da ASPREVPB ocorrido no Cebtro Cultural “Ariano Suassuna” – Unidade do TCE/PB    

110	Reunião da Diretoria Executiva para Alinhar Estratégias de Governança. A DE do Ipsemc se reuniu mais uma vez com o objetivo de discutir e alinhar medidas diversas, diante do atual cenário econômico e da necessidade de garantir o equilíbrio financeiro institucional visto que lidamos com vidas preciosas que lutaram e trabalharam pelo nosso Município. Durante o encontro, foram apresentadas análises de atividades operacionais, tecnológicas e debatidas alternativas para otimizar sem comprometer a qualidade dos serviços prestados. A pauta incluiu a revisão de processos internos, racionalização do uso de recursos, otimização do controle, da transparência, do compromisso, da responsabilidade previdenciária que nos envolve todos os dias. 
111	 Reunião Conjunta com os Conselhos Deliberativo e Fiscal Previdenciários do Município no cumprimento da missão institucional. (28/08).
112	Aos (28/08) Reunião Ordinária do Conselho Deliberativo - CONDPREV no cumprimento da missão institucional. 
113	Audiência Pública de Prestação de Contas 2024 do Ipsemc Nesta quarta-feira (03), o Ipsemc, com apoio da Prefeitura Municipal de Cabedelo, realizou a audiência anual para prestação de contas referente ao exercício de 2024. O encontro apresentou os principais resultados da gestão previdenciária, projeções atuariais, aplicação dos recursos, legislação previdenciária, dentre outros e abriu espaço para participação dos segurados e demais participantes. Agradecemos a presença de todos neste momento de transparência e diálogo que podem fortalecer a previdência municipal de Cabedelo. #RPPS #Ipsemc #gestãoprevidenciária #progestão     

114	Censo Previdenciário de Cabedelo A Prefeitura Municipal de Cabedelo, por meio do IPSEMC – Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Cabedelo, realizou o Censo Previdenciário 2025, conforme Decreto nº 125/2025, atualizado pelo Decreto nº 132/2025. O Censo foi de caráter obrigatório e abrange todos os servidores efetivos da Administração Direta e Indireta, ativos, aposentados, pensionistas do Ipsemc. Incluídos também os servidores da Câmara Municipal de Cabedelo, os que se encontram à disposição em outros órgãos e aqueles que estão de licença sem vencimentos. O objetivo foi atualizar os dados cadastrais, funcionais e financeiros, consolidando o Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIS/RPPS) e assegurando a regularidade dos benefícios.
115	Conselho Deliberativo realiza mais uma reunião O Conselho Deliberativo realizou mais a quinta reunião extraordinária para apreciação e deliberação de pautas importantes voltadas ao fortalecimento da governança e da gestão previdenciária do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) do Município de Cabedelo. Durante o encontro, os conselheiros analisaram relatórios técnicos e administrativos referentes ao primeiro semestre de 2025, entre eles o Relatório de Governança, o Relatório de Gestão Atuarial e o Relatório de Reavaliação do Planejamento Estratégico, o Relatório de Análises das Hipóteses, reestruturações atuariais necessárias que apresentaram diagnósticos e recomendações voltadas à melhoria contínua da administração dos recursos previdenciários na forma legal. “As deliberações do Conselho demonstram o compromisso permanente com uma gestão previdenciária responsável e com o fortalecimento das boas práticas de governança”, destacou a presidência do órgão.
116	O Município de Cabedelo obteve a renovação do Certificado de Regularidade Previdenciária (CRP), emitido pela Secretaria de Regime Próprio e Complementar do Ministério da Previdência Social, com validade até 29 de março de 2026.
117	Parabéns a mais uma Guarda Metropolitana de Cabedelo Sra. Elisabete da S. Ferreira, pelo alcance da vitória de sua aposentadoria concedida nos termos da legislação previdenciária, por <i>ter cumprido os requisitos legais, pelos serviços prestados ao nosso Município!</i>
118	XI Seminário Municipal de Previdência reúne aposentados e servidores em debate sobre sustentabilidade e boas práticas na gestão previdenciária Em um clima de integração e aprendizado, o XI Seminário Municipal de Previdência foi realizado nesta [22/10], promovido pelo IPSEMC para um grupo específico. O evento reuniu aposentados, servidores públicos e especialistas em previdência para discutir os desafios e avanços na gestão dos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS). Com o temática previdenciária, o seminário teve como objetivo principal fortalecer a cultura previdenciária no serviço público, promover a capacitação dos agentes envolvidos na gestão previdenciária e incentivar o diálogo sobre políticas sustentáveis para o equilíbrio financeiro e atuarial dos RPPS, como também sobre a prevenção de golpes e fraudes. A programação contou com palestras e painéis conduzidos pela presidente, assessor jurídico e diretoria atuarial especialistas da área, abordando assuntos como governança e transparência na previdência pública, planejamento atuarial, educação previdenciária, sustentabilidade financeira, papel dos conselhos e prevenção na gestão do RPPS e na vida dos seus segurados. Como sempre, “nosso propósito é capacitar e sensibilizar todos os envolvidos com a gestão previdenciária, reforçando o compromisso com a responsabilidade e a transparência. Cada edição do Seminário representa um passo a mais na consolidação de um sistema previdenciário sólido e sustentável”, afirmou a presidente. O XI Seminário também foi marcado pela troca de experiências entre os participantes e pelo reconhecimento do esforço conjunto para garantir a segurança previdenciária dos servidores municipais.

119	XII Seminário Municipal de Previdência reúne servidores em debate sobre sustentabilidade e boas práticas na gestão previdenciária Em um clima de integração e aprendizado, o XI Seminário Municipal de Previdência foi realizado nesta [2410], promovido pelo IPSEMC para uma turma de nossa honrosa Guarda Metropolitana. O evento reuniu aposentados, servidores públicos e especialistas em previdência para discutir os desafios e avanços na gestão dos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS). Com o temática previdenciária, o seminário teve como objetivo principal fortalecer a cultura previdenciária no serviço público, promover a capacitação dos agentes envolvidos na gestão previdenciária e incentivar o diálogo sobre políticas sustentáveis para o equilíbrio financeiro e atuarial dos RPPS. A programação contou com palestras e painéis conduzidos pela presidente, assessor jurídico e diretoria atuarial.   
120	Treinamento em Investimentos para o COI e Conselhos tendo como palestrantes Especialistas da Privatiza. 
121	Participação em evento da Câmara Municipal de Cabedelo – celebração da Semana do Idoso. 
122	Consulta à Dra. Claudia Iten do MPS visando solução inerente ao nosso RPPS. 

123	Reunião da Comissão do Pró-Gestão RPPS no MPS em Brasília-DF, na luta incessante para promoção das boas práticas de gestão dos RPPS. 
124	Reunião do Conselho Deliberativo Municipal de Previdência - CONDPREV 
125	Visita Técnica da Egrégia Equipe da PBPREV – onde tratamos sobre o Pró-Gestão RPPS. 
126	REUNIÃO DE ABERTURA DA AUDITORIA DO PRÓ-GESTÃO MARCA INÍCIO OFICIAL DOS TRABALHOS EM NOSSO RPPS  A Reunião de Abertura da Auditoria do Pró-Gestão em nosso RPPS foi realizada nesta data (17/11), reunindo representantes da unidade gestora - membros da equipe auditada enquanto profissionais responsáveis pela condução do processo de avaliação. O encontro marcou o início oficial das atividades de auditoria, previstas no escopo do Programa de Certificação Institucional voltado ao fortalecimento da governança, gestão e transparência dos Regimes Próprios de Previdência Social. Durante a reunião, foram apresentados os objetivos, metodologia, etapas e prazos do trabalho, esclarecendo como serão conduzidas as análises dos processos e práticas de gestão. Também foram alinhadas as responsabilidades de cada setor envolvido, reforçando a importância da colaboração e da disponibilização tempestiva das informações solicitadas pela auditora. Com a abertura oficial, a auditoria inicia a fase de levantamento e análise documental, seguida pelas entrevistas e verificações in loco, conforme o cronograma previamente estabelecido. Ao final, será emitido relatório técnico contendo recomendações e oportunidades de melhoria para o regime próprio. A reunião foi encerrada com a reafirmação do compromisso conjunto com a transparência, a responsabilidade e a excelência na gestão previdenciária.

127	REUNIÃO DE FECHAMENTO DA AUDITORIA DO PRÓ-GESTÃO MARCA INÍCIO OFICIAL DOS TRABALHOS EM NOSSO RPPS A Reunião de FECHAMENTO da Auditoria do Pró-Gestão em nosso RPPS foi realizada e, como resultado temos a consciência quanto a permanência do nosso trabalhoso mas, maravilhoso Nível III do Programa de Certificação Institucional que só contribui para o fortalecimento da governança, gestão e transparência do nosso RPPS. Durante a reunião, foram apresentados os ótimos resultados deste programa que é nossa “paixão”, pois nos coloca dentro de padrão de excelência comprovada, assegurando conformidade às diretrizes, fortalecendo mecanismos de controle interno. Resta-nos agradecer a Deus pela força, capacidade, determinação, resiliência, amor e dedicação que nos permite gerir a previdência municipal com tal padrão de excelência. Agradecer a nossa equipe institucional, bem como a SEAD, mais precisamente à Junta Médica do Município, e à equipe do SESMT, à FOLPAG, ao RH, pois todos tem o seu relevante papel dentro da governança com a reafirmação do compromisso conjunto com a transparência, a responsabilidade e a excelência na gestão previdenciária. JUNTOS SOMOS MAIS FORTES! 
128	 Entrega de Portarias aos novos aposentados – celebrando a conquista!
129	Reunião Extraordinária com os Conselhos CONFIPREV e COND- PREV 
130	 Participação no 13º Congresso Brasileiro de Conselheiros da ABIPEM – Centro de Convenções de Recife-Pe.
131	 REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA COM OS CONSELHOS PARA DE- LIBERAÇÃO DA POLÍTICA ANU- AL DE INVESTIMENTOS 2026.

132	Última Reunião Ordinária do CONDPREV 2025 
133	 Reunião Institucional para os últimos ajustes no PCA 2026.
134	Reunião do COI para deliberação sobre ajustes necessários à PAI 2025. 
135	Última Reunião Institucional para alinhamento das estratégias de governança  
136	Pequena Amostragem das Ações do PPA – Programa Pós Aposentadoria (Encontra-se mais detalhado no Relatório do PPA) O grupo de artes, coordenado pelas Prof^{as} Walquíria Araújo e Marinês Salviano, conclui e vende objetos de enfeites, feitos com base em materiais reciclados diversos (tecidos, feltro, EVA, borrachas, linhas, papéis, cartões entre outros). 

137	Grupo de Dança Livre Atividades à beira-mar Hidroterapia
138	Educação Física Visita aos Enfermos
139	Feira de Saúde efetuada Pela Faculdade AYFA Aula de Violão
140	“Nosso trabalho em equipe visa proporcionar sustentabilidade ao nosso RPPS.” (Léa Praxedes)

Tabela 24: Resumo de Ações / Atividades

23 METAS DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO ALCANÇADAS EM 2025

- 1- Manutenção Certificado de Regularidade Previdenciária – CRP – 100% alcançada;
- 2- Manutenção do Nível III do Programa de Qualidade e Modernização dos Regimes Próprios de Previdência – Pró-Gestão RPPS. 100% alcançada.
- 3- Manutenção dos critérios inerentes ao Equilíbrio Financeiro e Atuarial – regularização por meio da lei Municipal nº 1824/2017 alterada pela Lei Municipal nº 19074/2018. Alterada pela Lei 2571/2025 que reestruturou o plano de amortização do déficit atuarial. - Ações Sustentáveis para Reduzir o Déficit Atuarial – Ação Contínua.
- 4- Manutenção do Censo Previdenciário, por meio do Sistema RPPS que é atualizado pelo mês de aniversário do segurado, de acordo com os padrões definidos pelo MPS. Realização do grande Censo Previdenciário – 100% alcançada.
- 5- Envio de todos os processos de benefícios pelo Sistema On-line do Tribunal de Contas do Estado – TCE-PB - meta 100% alcançada.
- 6- Realização de eventos diversos com aposentados, pensionistas e pessoal da terceira idade em consonância com as parcerias que se obteve da Prefeitura e de outras organizações – 100% alcançada – mesmo que em um ano extremamente difícil - meta contínua).
- 7- Realização de estudo atuarial visando à devida verificação de viabilidade do equilíbrio financeiro e atuarial da autarquia, 100% alcançada.
- 8- Atendimento das notificações do Tribunal de Contas do Estado – TCE do Ministério do Trabalho e da Previdência Social – MTPS, 100% alcançada (meta contínua).
- 9- Reformulação do portal Ipsemc – 86% alcançada em relação a 2021. Em estudo e retroalimentação.
- 10- Registro, tombamento e manutenção dos bens patrimoniais e materiais do Ipsemc – com etiquetas contendo código de barras, visando um melhor acompanhamento, organização e controle desses bens – 100% alcançada em relação ao nosso sistema integrado sempre alimentado (meta contínua).
- 11- Contabilização das provisões matemáticas – 100% alcançada (meta contínua).
- 12- Aplicação dos Manuais estabelecidos no âmbito do IPSEMC – sempre atualizando em conformidade às normas legais.
- 13- Divulgação da imagem institucional – ação contínua – sendo efetivada com sucesso, pois o IPSEMC está no Portal, Facebook, Youtube, Instagram etc. (meta contínua).
- 14- Atualização constante, pontual e com transparência do Portal do Ipsemc (meta contínua).
- 15- Manutenção do Programa de Capacitação dos Servidores – dentro das possibilidades existentes (meta contínua).
- 16- Estudos, reuniões com Comitê de Investimentos, Conselhos Fiscal e Deliberativo, Consultoria, objetivando melhor diversificação da Carteira de Investimentos com o fito de se alcançar a meta atuarial. (ação contínua).
- 17- Realização de estudo de solvência / ALM para ajustamento entre ativo e passivo a fim de promover o equilíbrio financeiro e atuarial da autarquia – (ação contínua).

- 18- Manutenção de Sistema de Controle de Estoque de Materiais para registro de materiais do Ipsemc – visando um melhor acompanhamento, organização e controle.
- 19- Continuidade do Sistema de Licitações em consonância com a Nova Lei 14.133/2021 e suas alterações posteriores.
- 20- Manutenção e atualização dos manuais e mapeamentos das atividades institucionais 100% alcançada.
- 21- Manter a prática de ações sustentáveis no que diz respeito a:
 - a) economia de papel, porém em caso de uso, utilização de papel de madeira de reflorestamento para consumo na instituição, uma vez que além de ser ecologicamente correto eles já são facilmente encontrados à venda nos grandes magazines e diversas empresas já adoram esta medida (ação contínua.
 - b) Processos digitais a todo vapor o que promoveu uma economia significativa de papel conforme gráficos apresentados.
 - c) coleta seletiva do lixo em geral produzido na instituição (ação contínua).
 - d) economia de energia, água etc. (ação contínua) uma vez que foi implantada Energia Solar que proporcionou uma significativa economia da energia.
 - e) reaproveitamento da água que escorre dos aparelhos de ar-condicionado.
 - f) decoração de eventos e confecção de lembranças dos festejos típicos do Programa de Atividades Integrativas com material reciclado.
- 22- Manutenção dos contracheques online, conforme prevê o Manual de Segurança da Informação – MTPSI, em consonância 100% alcançada (meta contínua);
- 23- Reestruturação da sede institucional – meta alcançada para atender aspectos da sustentabilidade e da acessibilidade.
- 24- Relatórios de DUE Diligence realizado.
- 25- Política Anual de Investimentos –PAI 2025 cumprida.
- 26- Política Anual 2026 elaborada, aprovada e publicada no prazo legal.
- 27- Compensação Previdenciária atualizada.
- 28- Equipe institucional certificada com a nova certificação RPPS.
- 29- Conselho Deliberativo Municipal de Previdência 100% certificado.
- 30- Conselho Fiscal Municipal de Previdência 100% certificado.



24 METAS DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO PARA 2026

- 1- Manter a Certificação em Nível III do Programa de Certificação Institucional e Modernização da Gestão dos Regimes Próprios de Previdência Social da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios – “Pró-Gestão RPPS.
- 2- Manter o CRP – Certificado de Regularidade Previdenciária, através do preenchimento de trinta e cinco critérios estabelecidos por lei federal. – (meta contínua).
- 3- Realizar grande recadastramento (Prova de Vida) com inativos e pensionistas.
- 4- Realizar eventos diversos com aposentados, pensionistas e pessoal da terceira idade em consonância com as parcerias existentes com a Prefeitura e outros órgãos. (meta contínua).
- 5- Manter atualizado o envio de processos de benefícios pelo Sistema On-line do Tribunal de Contas do Estado – TCE-PB.
- 6- Dar continuidade ao Programa de Profissionalização – toda a equipe do Ipsemc participando de treinamentos diversos.
- 7- Realizar atividades integrativas entre ativos e inativos do município com a parceria da Prefeitura e outras organizações.
- 8- Atender notificações do Tribunal de Contas do Estado – TCE do Ministério do Trabalho e da Previdência Social – MTPS (se for o caso).
- 9- Modernizar e Continuar a incorporação de conteúdo e serviços ao portal Ipsemc, atualização constante, pontual e transparente – ação contínua.
- 10- Manter o registro e tombamento dos bens patrimoniais e materiais do Ipsemc – com etiquetas contendo código de barras, visando um melhor acompanhamento, organização e controle desses bens (meta contínua);
- 11- Contabilização das provisões matemáticas - (meta contínua).
- 12- Agir de forma a cumprir as ações estabelecidas no novo planejamento estratégico do Ipsemc;
- 13- Alimentar regularmente o sistema próprio de registro individualizado de servidores ativos da PMC, com base nos arquivos de folha de pagamento utilizados para implantar os contracheques online, conforme prevê o Manual de Segurança da Informação – MTPSI, em consonância com as normas que regem a matéria, (meta contínua). Após censo previdenciário e atualização da base.
- 14- Manter o Programa de Educação Previdenciária Capacitação dos Servidores – dentro das possibilidades existentes (meta contínua).
- 15- Estudar, pesquisar e reunir Comitê de Investimentos, Conselhos Fiscal e Deliberativo, Consultoria, objetivando melhor diversificação da Carteira de Investimentos com o fito de se alcançar ou até superar a meta atuarial – (ação contínua).
- 16- Realizar de estudo atuarial visando à devida verificação de viabilidade do equilíbrio financeiro e atuarial da autarquia. (ação contínua).
- 17- Lutar pela extinção do déficit atuarial;
- 18- Manter a prática de ações sustentáveis no que diz respeito a:
 - a) economia de papel (ação contínua);
 - b) coleta seletiva do lixo em geral produzido na instituição (ação contínua);
 - c) economia de energia, água etc. (ação contínua).
 - d) recomendação para os servidores do Ipsemc utilizarem canecas ao invés de copos descartáveis. Na luta para realizar o Projeto Socioambiental do Ipsemc.
- 19- Manter a Compensação Previdenciária.
- 20- Manter atualizada a Manualização, mapeamentos e fluxogramas das atividades organizacionais, caso haja necessidade.
- 21- Lutar pela finalização da arrumação e reorganização da sede do IPSEMC em todos os setores.
- 22- Estar atento às novas normas e efetuar os ajustes nos fluxos processuais, bem como todas as recomendações da Auditoria do Pró-Gestão RPPS – caso haja.

25. CONTROLE DE BENS PATRIMONIAIS MÓVEIS, MATERIAL DE LIMPEZA E HIGIENE, CONSUMO E EXPEDIENTE – CONFORME (ART. 15, X e XI da RN-TC nº 03/2010 – em anexo.

Tendo em vista a necessidade de organizar, executar, controlar e avaliar os bens patrimoniais do Ipsemc foi elaborado, após laborioso e exaustivo estudo e trabalho, e, portanto, baixado por meio da Resolução nº 001/2015 o Manual de Gestão Patrimonial do Ipsemc. Esta atividade visa a otimização física dos materiais em estoque ou em uso decorrente da simplificação de variedades, reutilização, recuperação e movimentação daqueles considerados ociosos ou recuperáveis, bem como a alienação dos antieconômicos e irre recuperáveis. Os estoques são objeto de constantes revisões e análises, assim sendo, estas atividades são responsáveis pela identificação dos itens ativos e inativos.

Com o advento do Manual de Gestão Patrimonial do Ipsemc fica claro e evidente que o controle objetiva estabelecer procedimentos para a administração do patrimônio imobilizado ou mobilizado organizar, controle e regularizar em conformidade com as normas vigentes, visto que o controle físico dos bens da Instituição tem proporcionado a nós gestores e usuários do patrimônio uma melhor compreensão da natureza e da finalidade desta atividade, além de orientar as ações dos servidores quanto ao melhor gerenciamento e planejamento do patrimônio público ao efetuar o recebimento, registro, manutenção, controle e desfazimento do seu ativo permanente, através de um controle eficiente.

Na verdade, o estabelecimento de normas e regras dessa atividade objetiva oferecer a todos os que fazem o Ipsemc, orientações para uma gestão eficaz e transparente dos bens que compõem o acervo patrimonial do Instituto, a partir da correta observância quanto a recepção, registro, controle, utilização, guarda, conservação, e desfazimento, quando cabível, em consonância com a legislação atinente à gestão patrimonial de bens públicos.

26. CONTROLE DE CERTIDÕES DE TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO EMITIDAS E RECEBIDAS – em anexo

A Certidão de Tempo de Contribuição é o documento que comprova os recolhimentos previdenciários dos servidores públicos efetivos para o Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), que visa a averbação do tempo de contribuição em outro regime de previdência, ou seja, ela possibilita a contagem recíproca do tempo de contribuição entre os regimes de previdência existentes (INSS e os RPPS – federal, estadual ou municipal).

O IPSEMC vem controlando de forma efetiva o recebimento de certidões tanto do Regime Geral de Previdência Social INSS, como de outros RPPS que já vem acostada aos processos de benefícios, uma vez que é documento obrigatório para quem averbou tempo de serviços, tanto é que os processos de aposentadorias já homologados pelo Tribunal de Contas do Estado – TCE-PB estão sendo compensados normalmente.

Assim sendo, o IPSEMC elaborou o controle de certidões recebidas de outros RPPS para poder estar organizado quando for liberado o sistema de compensação previdenciária entre os RPPS. Essa ferramenta de controle é de extrema relevância para acelerar o processo do COMPREV quando de sua implantação.

No âmbito desta Autarquia controlam-se as certidões de tempo de contribuição tanto emitidas quanto recebidas, pois só assim fica garantida a compensação desde que haja o devido enquadramento legal.

ANO	CTC emitidas pelo IPSEMC	ANO	CTC recebidas pelo IPSEMC
2009	3	1994	1
2010	4	2011	1
2011	7	2015	2
2012	5	2016	4
2013	10	2018	6
2014	12	2019	5
2015	12	2020	00
2016	19	2021	00
2017	19	2022	02
2018	29	2023	03
2019	29	2024	04
2020	13	2025	08
2021	14		
2022	06		
2023	14		
2024	13		
2025	13		
TOTAL	222	TOTAL	47

Tabela 25 – CTCs emitidas e recebidas por exercício

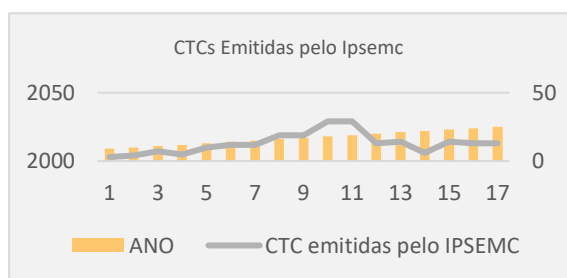


Gráfico 15 – CTCs emitidas

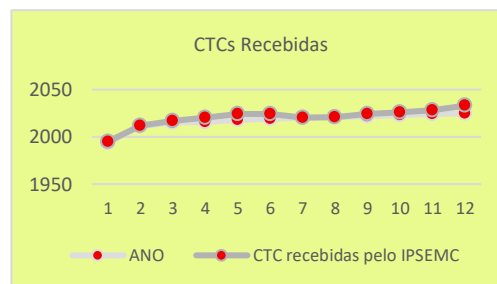


Gráfico 15 – CTCs Recebidas

27. CONSELHO DELIBERATIVO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA - CONDPREV E CONSELHO FISCAL MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA – CONFIPREV

Os Conselhos Municipais Deliberativo – Condprev e Fiscal - Confiprev são órgãos superiores de deliberação colegiada, que tem como principal objetivo estabelecer o caráter democrático e descentralizado da administração, em cumprimento ao disposto no art. 194 da Constituição, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, que preconiza uma gestão quadripartite, com a participação do Governo, dos servidores em atividade, dos empregadores e dos aposentados. Esses Conselhos ao longo do tempo vêm aperfeiçoando sua atuação no acompanhamento e na avaliação dos planos e programas que são realizados pela gestão previdenciária municipal, na busca por melhor desempenho dos serviços prestados à clientela previdenciária.

As Atas dos Conselhos e demais anexos seguem nas Abas definidas no Sistema do TCE-PB, conforme o que determina o art. 1º, XXX e XXXI da Portaria TC nº 201/2019.

28. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O ano de 2025 ficará marcado como um tempo de grandes desafios. Não foi um ano fácil. Foi um ano que exigiu força emocional, equilíbrio espiritual, maturidade e perseverança. Definitivamente, 2025 não foi para os fracos.

Foi um período em que muitos planos precisaram ser revistos, decisões difíceis tiveram de ser tomadas e a fé foi colocada à prova. Enfrentamos pressões, incertezas e responsabilidades que testaram nossos limites. Houve momentos de cansaço, de silêncio e até de muitas lágrimas. Mas também houve aprendizado, crescimento e amadurecimento.

Os fracos desistiram. Os fortes continuam, mesmo cansados, exaustos. Os resilientes permaneceram de pé, mesmo quando o chão parecia instável. Cada desafio enfrentado em 2025 nos ensinou que não é a ausência de problemas que define a vitória, mas a capacidade de permanecer firme em meio a eles.

Esse ano revelou quem somos de verdade. Revelou caráter, compromisso, coragem e fé, força e foco. Mostrou que resistir já é uma forma de vencer. Que continuar, mesmo sem todas as respostas, é um ato de coragem. Que confiar em Deus, quando tudo parece contrário, é sinal de maturidade espiritual.

Se eu e você chegamos até aqui, saibamos: eu e você somos mais fortes do que imaginamos. O que não nos destruiu, nos fortaleceu. O que tentou nos parar, nos preparou. 2025 pode ter sido difícil, mas também foi um ano que forjou vencedores.

Que as lições desse tempo nos tornem mais sábios, mais humanos e mais dependentes de Deus. E que, ao olhar para trás, possamos dizer com convicção: sobrevivemos, aprendemos e seguimos em frente — porque 2025 não foi para os fracos, foi para os perseverantes.

***“Força, Foco e Fé
Fé para acreditar que é possível alcançar.
Força para lutar sem desistir ou duvidar.
Foco para realizar ou sonhos ainda mais depressa do que se imagina ser capaz.”***

30. PARECER DA ASSESSORIA JURÍDICA DO IPSEMC

PARECER N.º: 010/2026

PROCESSO: Relatório da Gestão 2026 – Ano Base 2025

REQUERENTE: PRESIDÊNCIA DO IPSEMC

ASSUNTO: ANÁLISE JURÍDICA DA GESTÃO

GESTÃO ADMINISTRATIVA E PATRIMONIAL. EXERCÍCIO 2026 – ANO BASEe: 2025. RELATÓRIO MINUCIOSO. MANUTENÇÃO DO NÍVEL PROFISSIONAL DE GESTÃO. DESENVOLVIMENTO CONTUMAZ. VERIFICAÇÃO DE ÓRGÃO DE CONTROLE EXTERNO. CERTIFICAÇÃO INSTITUCIONAL. PRÓ-GESTÃO RPPS. NÍVEL III MANTIDO. RECERTIFICAÇÃO ALCANÇADA. RECONHECIMENTO REGIONAL E NACIONAL. REGULARIDADE E AVANÇO INCONTESTE.

- Diante do detalhado relatório posto, que carrega prova indubidosa do êxito na manutenção do profissionalismo da gestão administrativa e patrimonial, o que é demonstrado pela notável recertificação institucional no Pró-Gestão RPPS Nível III, em que auditoria independente comprova a excelência e boas práticas de gestão, bem como o exame de órgão de controle externo com a manutenção do CRP, e com notório reconhecimento regional e nacional, além de medidas para a conservação da solidez atuarial, e manutenção do prumo na política de investimentos, vislumbra-se a regularidade da gestão no ano fiscal de 2026.

I – EPÍTOME FÁTICO

A Presidência desta autarquia previdenciária, em mais uma laudável ação para imprimir transparência a sua gestão no exercício de 2025, vem, publicamente, prestar conta dos atos e ações administrativas e patrimoniais tomadas à frente do Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Cabedelo - IPSEMC.

Instrui seu relatório de Gestão de forma completa e cristalina, com demonstrativos financeiros e contábeis, relatórios administrativos, fotos, e demais impressos que documentam os atos realizados.

Feito o sucinto relatório, passo a emitir parecer.

II – DA ANÁLISE DA GESTÃO

Esta Assessoria Jurídica, por intermédio deste subscritor, Assessor Jurídico Previdenciário, com inscrição na OAB/PB n.º 10.660, instado a se manifestar, no que tange ao aspecto legal, sobre as medidas administrativas/financeiras adotadas no ano pretérito, buscará apreciar e analisar, de modo crítico e imparcial, o Relatório de Gestão do Exercício de 2025 ora apresentado.

Prefacialmente, em breve resumo histórico direcionado a uma visão espaço-temporal do Instituto – imprescindível para a feitura de um parecer abalizado, o qual já fora relatado nos anos anteriores – esclarecemos que esta autarquia previdenciária teve sua criação com a Lei Municipal n.º 687/1993, e com fonte constitucional fincada no art. 40 da Carta Política de 1988, este, inclusive, com suas posteriores modificações introduzidas pelas redações das Emendas Constitucionais n.º 20/1998, 41/2003, 47/2005, 70/2012 e 103/2019.

De igual modo é relevante informar que esta autarquia passou por momentos de dificuldade nos anos de 2003 e 2004, ocasionados, notadamente, pela falta de repasse das contribuições mensais: patronais e dos servidores municipais.

Tal fato, é bem verdade, resultou em uma ameaça concreta à viabilidade técnica e financeira deste órgão municipal, gerando uma incerteza quanto à concessão e manutenção dos benefícios previdenciários, atuais e futuros, e, por conseguinte, em uma preocupação por parte da atual presidência quanto à resolução do problema de modo célere e não traumático.

Não obstante, escamoteando os dados e relatórios técnicos, podemos concluir que as medidas de controle e otimização de gastos administrativos implantados a partir de maio de 2004 – mantidos e aperfeiçoados até o exercício fiscal atual – surtiram, e surtem, consideráveis efeitos positivos na condução paulatina desta autarquia no desiderato de uma solidez atuarial imprescindível para a respeitabilidade do instituto perante os segurados e dependentes, e sociedade em geral.

Feitos mais uma vez esses apontes iniciais, adentremos no mote central, qual seja, a gestão do exercício fiscal de 2025.

Ab initio, esta assessoria observa em um macro balanço que a gestão busca incessantemente superar os obstáculos surgidos, para tanto valendo de empenho, trabalho, e adoção de medidas de inovação tecnológica no âmbito administrativo e de atendimento ao público.

Com efeito, e considerando todo esse cenário, temos que em cotejo ao ano de 2025 vislumbramos, pela evolução patrimonial, que este órgão previdenciário mantém-se consistente, o que nos impinge à certeza de sua viabilidade e manutenção, mesmo porque há uma adequada e eficaz capitalização dos recursos previdenciários, fato que demonstra um alto grau de responsabilidade por parte da Presidente do órgão previdenciário, qualidade que é corroborada diante da manutenção da autonomia e capacitação do Comitê de Investimento - COI – órgão técnico-auxiliar da presidência – e dos Conselhos Previdenciários para a condução da política de investimentos e gestão dos recursos previdenciários.

Ante este panorama traçado de aperfeiçoamento da instituição, e na posse de dados científicos, notadamente do Cálculo Atuarial, permanecemos com o conceito de robustez do sistema previdenciário municipal, especialmente em vista da garantia de pagamento dos benefícios previdenciários presentes e vindouros em face do equacionamento do déficit atuarial ainda existente.

Missão complexa e difícil, mas que continua sendo cumprida com esmero e competência.

Não obstante, sem desejar ser repetitivo, consignamos que essa visão só é possível devido a linha de gestão pública adotada, com interesse político-administrativo na correção da implacável curva atuarial (manutenção e instrumentalização do Plano de Investimentos, com reforço do COI e de consultoria financeira), aliado a medidas concretas de correção da forma de aplicação dos recursos previdenciários – preservando sempre a segurança, e buscando uma melhor rentabilidade para o alcance da meta atuarial.

Registre-se, nesta órbita, um fato de extrema importância: a autarquia previdenciária, no ano de 2025, não obstante o difícil cenário nacional acima relatado, lutou bravamente para o atingimento da meta atuarial, fazendo com que se acrescesse às reservas previdenciárias, somente de rentabilidade, algo superior a R\$ 59.000.000,00 (cinquenta e nove milhões de reais).

Superado esse ponto nevrálgico, analisemos a parte administrativa *strictu sensu*.

Importante destacar, na abertura deste ponto, que a gestão conseguiu novamente o Certificado de Regularidade Previdenciária-CRP, emitido por órgão de controle externo do Ministério da Previdência Social, o que, por si só, aponta a correção administrativa na condução deste regime próprio de previdência social.

Prosseguindo a exposição, temos que para administrar a estrutura organizacional desta autarquia, a gestora dispõe de uma taxa de administração, a qual, diante da leitura dos balancetes contábeis, indiscutivelmente é aplicada com economia e adequação. Espelho fiel desta percepção é a constante qualificação profissional do quadro de servidores (este ano notadamente com a continuação de cursos, seminários, e congressos na área de Gestão Previdenciária), a conservação da estrutura física das instalações, e a modernização dos equipamentos e sistema de informática, tendo como único fim colimado a melhoria no atendimento aos segurados e dependentes deste Instituto.

Não obstante, há de se destacar neste ano de 2025 o fato deste órgão previdenciário ter conseguido manter sua certificação institucional no Pró-Gestão RPPS para o Nível III, onde se confirma, por auditoria independente, a busca da excelência administrativa e a utilização de boas práticas de gestão, tudo no desiderato de blindar o sistema e prestar melhores serviços aos seus usuários.

Em sequência da análise, é de se sobressair que mesmo dispondo apenas da taxa de administração, a gestora, no exercício financeiro sub-análise, conseguiu não só fazer reserva para readequação da sede deste órgão, mas também dotou o Instituto de Previdência de instalações e equipamentos modernos e funcionais, facilitando reiteradas ações de vanguarda de inserção no mundo digital (com segurança) em que a atual sociedade vive, permanecendo como um órgão público paradigma para os demais.

Com a mesma taxa de administração, continuou adimplindo pontualmente toda a despesa corrente, sem atropelos ou dificuldades, haja vista a permanente determinação de equacionamento de desperdícios da máquina administrativa. Noutra vertente, e com os mesmos parcos recursos se mantém promovendo a qualificação profissional dos servidores.

Também é de se destacar que medidas de controle e transparência continuam sendo adequadamente tomadas, por intermédio do Comitê de Controle e Avaliação de Benefícios - COCAB, da Ouvidoria, e da especialização do Controle Interno.

Impende destacar que refeito o planejamento estratégico, o qual está em constante execução, este se tornou uma valiosa ferramenta na busca da excelência da gestão, fato que vem começando a ser percebido pelos beneficiários e segurados do sistema de previdência.

Verifica-se, no mesmo norte das realizações, que o detalhamento das metas consta do próprio relatório, sendo repetitiva nova citação. Cabendo apenas lançar holofotes sobre os fatos da manutenção do Certificado de Regularidade Previdenciária - CRP, bem como do imediato cumprimento das determinações exaradas por esta i. Corte de Contas.

Por todo esse conjunto de ações, e aqui se negrite, a gestão deste órgão conseguiu o reconhecimento entre as demais entidades de previdência ao ter sido conservada na qualidade de integrante de vários Grupos de Trabalho do antigo Ministério da Previdência Social, e na condição de dirigente das maiores associações nacionais (ABIPEM e ANEPREM) e regional (ASPREV).

Enfim, todo esse conjunto de decisões administrativas colimou em um instituto de previdência moderno e de referência nacional e regional.

ANTE O EXPOSTO, e mesmo sob a densa nuvem criada pela pandemia que ainda assola a humanidade, diante da incontestável capacidade administrativa da Presidente deste órgão ao equacionar problemas, atingindo os objetivos traçados, e conduzindo uma correta aplicação dos recursos previdenciários, o instituto de previdência, continuando neste norte manter-se-á viável por longo espaço de tempo, garantindo a concessão dos benefícios previsto na legislação, em especial a proteção do servidor municipal e de sua família, o que nos conduz a opinar pela REGULARIDADE da gestão previdenciária.

S.M.J.,
É o Parecer.

Cabedelo/PB, em 12 de janeiro de 2026.

LANDSBERG F. DO NASCIMENTO

Assessor Jurídico Previdenciário do Ipsemc

31. DELIBERAÇÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA

I- Introdução

O Conselho Deliberativo do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS- Ipsemc, no uso de suas atribuições legais e regimentais, reuniu-se, extraordinariamente, para analisar o Relatório de Governança da Gestão Previdenciária – Exercício: 2026 – Ano Base: 2025, documento que consolida as práticas, controles, mecanismos de transparência e ações institucionais realizadas durante o período de referência. O presente parecer tem por finalidade registrar a deliberação deste colegiado quanto à adequação, consistência e conformidade das informações apresentadas.

II- Análise do Relatório de Governança

Após apreciação detalhada, o Conselho Deliberativo constatou que o Relatório de Governança referente ao exercício de 2026 – Ano Base: 2025:

1. Atende às diretrizes normativas vigentes, demonstrando alinhamento com os princípios de legalidade, eficiência, economicidade, transparência e responsabilidade fiscal aplicáveis ao RPPS.
2. Apresenta de forma clara as estruturas de governança adotadas pela gestão previdenciária, incluindo:
 - Mecanismos de liderança e responsabilidades definidas;
 - Processos de gestão estratégica e gestão de riscos;
 - Estrutura de controle interno;
 - Instrumentos de integridade, conformidade e auditoria;
 - Indicadores de desempenho e monitoramento, conforme delineado pelo planejamento estratégico.
3. Evidencia boas práticas de governança, destacando avanços em planejamento, gestão atuarial, gestão de investimentos, atendimento aos segurados e modernização administrativa.
4. Demonstra coerência entre metas, resultados e ações executadas, mostrando progressos em áreas essenciais da gestão previdenciária, com registros de atividades, relatórios, normativos e comprovações documentais.
5. Apresenta recomendações para melhorias contínuas, reforçando o compromisso com a sustentabilidade do regime e com a maturidade das práticas de governança.

III- Conclusão

Diante da análise efetuada, o Conselho Deliberativo considera o Relatório de Governança adequado, completo e em conformidade com as exigências legais e técnicas, retratando de forma fidedigna a realidade da gestão previdenciária.

Assim, este Conselho emite parecer favorável à aprovação do Relatório de Governança da Gestão Previdenciária do RPPS – 2026, referente ao Exercício de 2025, recomendando o envio ao Tribunal de Contas do Estado – TCEPB, junto à PCA 2026, sua publicação e arquivamento, conforme estabelece a legislação pertinente e as normas internas.

IV- Deliberação

O Conselho Deliberativo, por unanimidade, **APROVA** o Relatório de Governança da Gestão Previdenciária do RPPS referente ao exercício analisado.

Cabedelo-PB, 22 de janeiro de 2026.

CONSELHO DELIBERATIVO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA – CONDPREV

Léa Santana Praxedes

Presidente do Conselho

Wilma Alves de Lima

Conselheira /Representante dos Servidores Ativos da Câmara Municipal

Juliana de Lima Silva

Conselheira/ Representante dos servidores ativos do Município

Marileide Lourenço da Silva

Conselheira /Representante dos Servidores Inativos